

UNESP  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Câmpus de Araraquara - SP

ANDRÉIA ROVIERO

TERRAS NAS MÃOS DOS PEQUENOS:
relações produtivas e econômicas dos pequenos produtores de cana para as usinas de açúcar e
álcool do interior paulista

ARARAQUARA
2015

ANDRÉIA ROVIERO

TERRAS NAS MÃOS DOS PEQUENOS:

relações produtivas e econômicas dos pequenos produtores de cana para as usinas de açúcar e álcool do interior paulista

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, câmpus de Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e movimento social

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos

Bolsa: FAPESP

ARARAQUARA – SP
2015

ANDRÉIA ROVIERO

TERRAS NAS MÃOS DOS PEQUENOS: relações produtivas e econômicas dos pequenos produtores de cana para as usinas de açúcar e álcool do interior paulista.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, câmpus de Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e movimento social

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos

Bolsa: FAPESP

Data da defesa/entrega: 30/04/2015

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Darlene Ap. de Oliveira Ferreira
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Regina Aparecida L. de Camargo
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Jaboticabal

Local: Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Araraquara – SP.

Roviero, Andréia

TERRAS NAS MÃOS DOS PEQUENOS: relações produtivas e econômicas dos pequenos produtores de cana para as usinas de açúcar e álcool do interior paulista / Andréia Roviero – 2015
128 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos

1. Cana-de-açúcar. 2. Pequenos produtores. 3. Região central do Estado de São Paulo. 4. Agricultura. 5. Perfil do agente produtivo. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*A Marcos Guilherme Moreira Leal, in memoriam,
E ao meu avô, Amilcar Percim, o melhor agricultor que já conheci,
Dedico este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de vários bons caminhos que se encontraram. Eu não conseguiria ter feito metade da proposta desta pesquisa sozinha, e múltiplos foram os fatores, as pessoas e os amigos que contribuíram para esta realização.

Em primeiro lugar, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP). Seu apoio foi fundamental para a realização da pesquisa de campo e para a minha manutenção enquanto estudante, além do profundo orgulho que tenho de fazer parte dessa instituição como pesquisadora.

Meu imenso respeito e agradecimento aos agricultores participantes desta pesquisa, que compartilharam comigo um pouco de suas vidas e as aprendizagens obtidas do mundo rural. Este foi, sem dúvida, o maior ensinamento que esta pesquisa me ofertou.

Agradeço também à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral de Jaboticabal (CATI), por ter me recebido enquanto pesquisadora. E sou igualmente grata à Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara (CANASOL), pela ajuda inicial na localização dos agricultores canavieiros e pela simpatia para troca de conversas e pelos direcionamentos. Por fim, agradeço também por terem permitido a minha visita à Usina Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda.

Foi de grande importância, também, o apoio dos professores e alunos da turma de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP, câmpus de Araraquara. Os ensinamentos obtidos nessa instituição forneceram o suporte para a minha formação e a base necessária para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Também agradeço o apoio dos representantes técnico-administrativos da FCLAr, em especial à Selma de Fátima Chicareli.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos, por sua paciência e insistência para conseguir minha evolução enquanto mestranda, por suas ideias e direcionamentos desde a formação inicial do projeto até o texto final desta pesquisa.

Não posso deixar de agradecer, ainda, aos meus amigos do grupo de estudos “Capitalismo Cognitivo, Ruralidade e Agricultura”: o apoio de cada um de vocês sempre foi importantíssimo. Obrigada por compartilharem conhecimentos e experiências durante nossas reuniões.

Agradeço, também, à Prof.^a Dr.^a Regina Aparecida L. de Camargo, por sua ajuda com indicações bibliográficas, pelas dicas para melhorar a pesquisa e por sanar as minhas dúvidas. Sou grata também à Prof.^a Dr.^a Elisabeth Criscuolo Urbinati, que, mesmo não fazendo parte do universo das ciências humanas, sempre esteve disposta a me escutar e a ler meus textos.

Agradeço por ela ser mais do que professora, em sua ajuda, e por sempre estar perto de minha família.

De todas as muitas pessoas que tenho a agradecer fora do meio acadêmico, primeiro, e em especial, agradeço aos meus avós maternos, Amilcar e Antoninha, por terem me criado e formado com os ensinamentos mais preciosos que um ser humano pode transmitir para o outro, na vida, e acima de tudo pelo amor que dedicam a mim.

Em segundo lugar, e não menos especial, agradeço à minha mãe, Damares, por sua garra e luta diária ao meu lado, por secar minhas lágrimas e afugentar meus medos e por sempre deixar claro que nunca estarei sozinha neste mundo. Mãe, você é o meu porto seguro, meu estímulo e minha melhor referência do que é ser uma boa pessoa. Agradeço também à minha irmã Mariana, pelas noites compartilhadas de estudos, pelos conselhos e por sua amizade. Agradeço, ainda, ao Rick, um grande amigo e companheiro de anos. Rick, você é parte de mim, não entende o quanto é especial e para você não importam os porquês existentes, a única coisa que importa é que você sempre escolheu estar ao meu lado.

Agradeço, enfim, ao João Paulo, meu melhor amigo, que sempre está ao meu lado, me escutando e me ajudando, que é companheiro tanto nas vitórias, quanto nas dificuldades, e que foi meu parceiro, nas visitas aos agricultores, e guia e instrutor de práticas agronômicas, além de ter me ajudado com dicas de leituras para a pesquisa. Sem seu carinho e compreensão, eu não teria alcançado o equilíbrio que tenho hoje, nem teria aprendido tudo o que aprendi. Querido João Paulo, obrigada por compartilhar o seu amor comigo. E, do mesmo modo, agradeço também aos seus pais, Raimundo e Vitória, pelo acolhimento e pela torcida de sempre e por terem me colocado, desde o início, como membro da família.

Sou uma pessoa de extrema sorte, em todos os meus caminhos encontrei pessoas boas e muito amigas, na escola, na universidade, durante o tempo de intercâmbio, e também isso aconteceu durante a pós-graduação. Não vou listar todos os nomes de meus amigos aqui, porque me estenderia mais que o necessário dentro dos agradecimentos, sendo assim, deixo apenas meu muito obrigada aos meus companheiros de vida e saibam que sei, que se buscasse em cada canto desse mundo pessoas tão especiais como meus amigos, não acharia os mesmos iguais e tão queridos.

*“[...] Plantemos a roça
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha
Fartura teremos
e donos de sítio
felizes seremos.”*

(CORALINA, 2011, p. 243)

RESUMO

Esta pesquisa tem o propósito de mapear, discutir e entender a realidade do pequeno produtor canavieiro do Estado de São Paulo, a partir dos olhares da sociologia e da antropologia rural. Os pequenos agricultores são maioria no interior do Estado de São Paulo. A metodologia desta pesquisa é qualitativa, mas foram também produzidas amostragens estatísticas. Assim, a partir da aplicação de questionários semiestruturados, buscamos compreender o universo e o perfil desse agente produtivo. Foram entrevistados 40 pequenos produtores canavieiros, em duas sedes municipais dos escritórios de desenvolvimento rurais (EDR) da região central do Estado de São Paulo: Jaboticabal e Araraquara. A partir dessas entrevistas, procuramos entender a relação dos produtores com a propriedade da terra. Além disso, buscamos analisar as produções e as escolhas dos produtores estudados de acordo com a sua sociabilidade com relação às usinas e aos demais espaços frequentados por eles. Produzir cana-de-açúcar gera controvérsias, tanto no terreno econômico, quanto no ambiental e social. A realidade da cana desencadeia, pois, a necessidade de se resgatar a sua história, investigando, sobretudo, como se deu o processo que tornou a cana a principal cultura produzida no Estado de São Paulo. É por isso que este trabalho também tem uma seção dedicada ao histórico da produção de cana-de-açúcar no Estado. Nessa seção, arrolamos os principais desafios e impactos envolvidos na produção de cana-de-açúcar, e também buscamos compreender o papel do pequeno produtor, no contexto socioeconômico da região central desse Estado, ao longo dos últimos anos. Nessa conjuntura, estão presentes valores ligados à sociedade rural, sobretudo no que diz respeito às lembranças de uma época em que o contato com o campo era diário. Constatamos que, mesmo nos casos em que os produtores foram levados para um outro modelo de realidade, ainda existe um sentimento de pertencimento e ligação com a terra, independentemente da cultura produzida no momento. A pesquisa de campo mostrou, por exemplo, que, mesmo a cana-de-açúcar sendo uma produção totalmente voltada para a indústria sucroalcooleira, a afetividade e a ligação com a terra ainda são mantidas pelos pequenos proprietários canavieiros. Em suma, pode-se dizer que este trabalho vai além do fator econômico, uma vez aborda questões ambientais e sociais relacionadas ao plantio de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar. Pequenos produtores. Região central do Estado de São Paulo. Agricultura. Perfil do agente produtivo.

ABSTRACT

This research aims to understand, map and discuss the situation of the small sugarcane producer and the thematic that surround it, starting from the looks of sociology and rural anthropology. The farmer considered as small, are most in the state of São Paulo. The research methodology is qualitative. So through the application of semi-structured questionnaires, we seek to understand more about the universe and profile of rural agent. Were interviewed 40 small producers sugarcane in the municipalities headquarters of rural development offices - EDR - the central region of São Paulo, Jaboticabal and Araraquara. The objective is to understand the relationship of the producers with their land ownership, productions, choices, sociability with plants and other areas frequented by them between other questionings that reveal and help understand who is the small sugarcane producer of central State. For this, we required investigate how established the production of cane sugar in the state, with its history, challenges and impacts. Sugarcane production generates various controversies and defenses, both in the economic area and in the environmental. The actual reality of cane sugar triggers the need to rescue as his installation as main crops produced in the state of São Paulo, and understand the role of small farmers in the socioeconomic context of the central region of the state. At this juncture, are present mentions of rural universe. Be on souvenir production of a time of more contact with the rural environment, or even rural ties that were taken to the urban, since there is a feeling of belonging and connection to the land, regardless of culture produced at the moment. The field research revealed of the fact that the cane sugar, a fully oriented production for ethanol industry, did not invalidate the affection and connection to the land maintained by smallholders. The economic factor, a number of factors that carried them to the choice to produce sugarcane.

Keywords: Sugar cane. Small producers. Central region of São Paulo. Agriculture. Profile of the sugarcane producers.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Entrada do sítio do entrevistado nº 02 da região de Araraquara	97
Foto 2	Sítio de pequeno produtor canavieiro e produtor de hortaliças hidropônicas	97
Foto 3	Sítio de pequeno produtor canavieiro que só tem cana-de-açúcar	98
Foto 4	Vista da região de Araraquara, “mar de cana” no horizonte	98
Foto 5	Sítio de pequeno produtor canavieiro que, na maioria de sua propriedade, tem cana-de-açúcar, mas que pretende investir em outras culturas diversificadas, como pitaia e couve	99
Foto 6	Sítio de pequeno produtor canavieiro, onde a sede teve que ser abandonada	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Idade: anos de vida x entrevistados	41
Gráfico 2	Escolaridade	45
Gráfico 3	Forma de acesso à terra	46
Gráfico 4	Divisão dos produtores canavieiros	49
Gráfico 5	Relacionamento com a usina	54
Gráfico 6	Outro tipo de produção? Para consumo próprio?	57
Gráfico 7	Que cultura plantaria se não fosse a cana?	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Esquema metodológico	2
Figura 2	Regiões produtoras de cana-de-açúcar no Brasil	5
Figura 3	A economia colonial do século XVIII	8
Figura 4	Escritório de desenvolvimento rural (EDR) e Regionais Agrícolas (RA) no Estado de São Paulo	14
Figura 5	Distribuição geográfica da área cultivada e número de produtores, 2007/2008	15
Figura 6	Mapa da produção canavieira no Brasil, com ênfase nas Usinas da Região Centro-Sul	16
Figura 7	Mapa da região administrativa central do Estado de São Paulo - Usinas de cana-de-açúcar e destilarias	21
Figura 8	Imagem aérea da Usina Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda	22
Figura 9	Distribuição geográfica de UPAs de cana-de-açúcar, 2007/2008	29
Figura 10	Região central do Estado de São Paulo, com ênfase nos municípios de Jaboticabal e Araraquara	30
Figura 11	Estabelecimentos familiares e não-familiares no Brasil	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução da produção de cana-de-açúcar e álcool e participação dos carros a álcool na venda de automóveis no Brasil, 1974/75 a 2009/2010.	12
Tabela 2	Sistema Nacional de Cadastro Rural - Índices básicos 2005	25
Tabela 3	Os municípios das Regionais Agrícolas de Jaboticabal e Araraquara: Região central do Estado de São Paulo. Toneladas produzidas de cana-de-açúcar no ano de 2012	31
Tabela 4	Cana para indústria – Região Central do Estado de São Paulo	32
Tabela 5	Cana para indústria – município de Araraquara	33
Tabela 6	Cana para indústria – município de Jaboticabal	34
Tabela 7	Agricultores canavieiros dos municípios de Jaboticabal e Araraquara – Idade x Local atual de moradia	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Estatísticas Agrícolas, Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo, 2007/08.	27
Quadro 2	Estatísticas Agrícolas, Município de Araraquara, Estado de São Paulo, 2007/08	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABAGIRP – Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto
- APP – Área de Preservação Permanente
- ATR – Açúcar Total Recuperável
- CAIC – Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização
- CANASOL – Associação dos Fornecedores de Cana de Araraquara
- CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- CCT – Corte, Carregamento e Transporte
- CIDE – Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
- CONSECANA – Conselho dos produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo
- COOPERCITRUS – Cooperativa de Produtores Rurais de CITRUS
- EDR – Escritório de Desenvolvimento Rural
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- GEE – Gases do Efeito Estufa
- IAC – Instituto Agrônomo de Campinas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool
- IEA – Instituto de Economia Agrícola
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INCA – Instituto de Cooperativismo e Associativismo
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LUPA – Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo
- INVESTE – Investimentos do Estado de São Paulo
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- ORPLANA – Organização de Plantadores de Cana de Região Centro-sul do Brasil
- PEA – População Economicamente Ativa
- PIB – Produto Interno Bruto
- PITAA – Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda
- PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool
- RA – Regional Agrícola

SAA – Secretaria de Agricultura e Abastecimento

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

UDOP – União dos Produtores de Bioenergia

ÚNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar

UPAs – Unidades de Produção Agrícola

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	4
1 O SETOR SUCROALCOOLEIRO	8
1.1 Consolidação do setor sucroalcooleiro e a produção canavieira	8
1.2 As usinas e a cana-de-açúcar	15
1.3 Estrutura fundiária e propriedade da terra: em busca de uma metodologia	23
1.4 Araraquara e Jaboticabal: um “campo de pesquisa”	29
2 O PERFIL DO AGENTE: PEQUENOS PRODUTORES, FORNECEDORES E ARRENDATÁRIOS DE CANA	36
2.1 O agente produtivo e sua classificação: um debate com a literatura	36
2.2 Faixa etária, escolaridade e moradia	41
2.3 O Perfil da propriedade: renda e produção	46
2.4 Propriedade e produtor: “produção” para além da cana	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICES	75
APÊNDICE A - Questionário	76
APÊNDICE B - Entrevistas realizadas e médias dos dados	82
APÊNDICE C - Fotos de pesquisa de campo	96
ANEXOS	100
ANEXO A - Tabelas e quadros	101

APRESENTAÇÃO

A ideia desta pesquisa surgiu após leituras, nas áreas da sociologia e da antropologia rural, e também em decorrência de minha participação, durante o ano de 2012, no grupo de estudos “Capitalismo Cognitivo, Ruralidade e Agricultura”. Essa atividade contribuiu muito para a discussão, consolidação dos conceitos e questionamentos sobre o tema.

Além disso, o trabalho com pequenos produtores canavieiros detém um significado de cunho pessoal. Acompanho, desde criança, o trabalho na agricultura realizado por meus avós maternos. Por aqueles tempos, mesmo sem entender o que cada ano agrícola representava, presenciei o ambiente rural e seu cotidiano.

Mais recentemente, na região rural de Jaboticabal, tive a oportunidade de conhecer melhor o referido universo empírico, quando participei, em 2012, do estágio “Extensão universitária em Reforma e Colonização Agrária”, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Regina Aparecida L. de Camargo, do Departamento de Economia Rural da UNESP de Jaboticabal. Durante esse estágio, percorri vários municípios da Região de Jaboticabal e Araraquara, visitando diferentes perímetros rurais e cidades como Motuca, Restinga, Jaboticabal, Colômbia, Pradópolis, Matão, Bebedouro, Serrana e Araraquara.

Ao averiguar os escritórios de desenvolvimento rural da região central do Estado de São Paulo, constatei que os municípios em questão apresentavam características relevantes para esta pesquisa, como, por exemplo, a alta concentração de produção e de produtores que se dedicam ao cultivo de cana-de-açúcar.

Diante dessa constatação, selecionamos dois desses municípios, Jaboticabal e Araraquara, para constituírem o campo desta pesquisa. Tal escolha deve-se, essencialmente, à nossa preocupação em entender uma região que apresenta uma crescente taxa de expansão da produção de cana-de-açúcar. Além disso, também contribuiu para essa escolha o fato de esses dois municípios estarem localizados próximos a Ribeirão Preto, município conhecido como a “capital” do agronegócio brasileiro, cerne das atenções e das produções dos estudos na área canavieira.

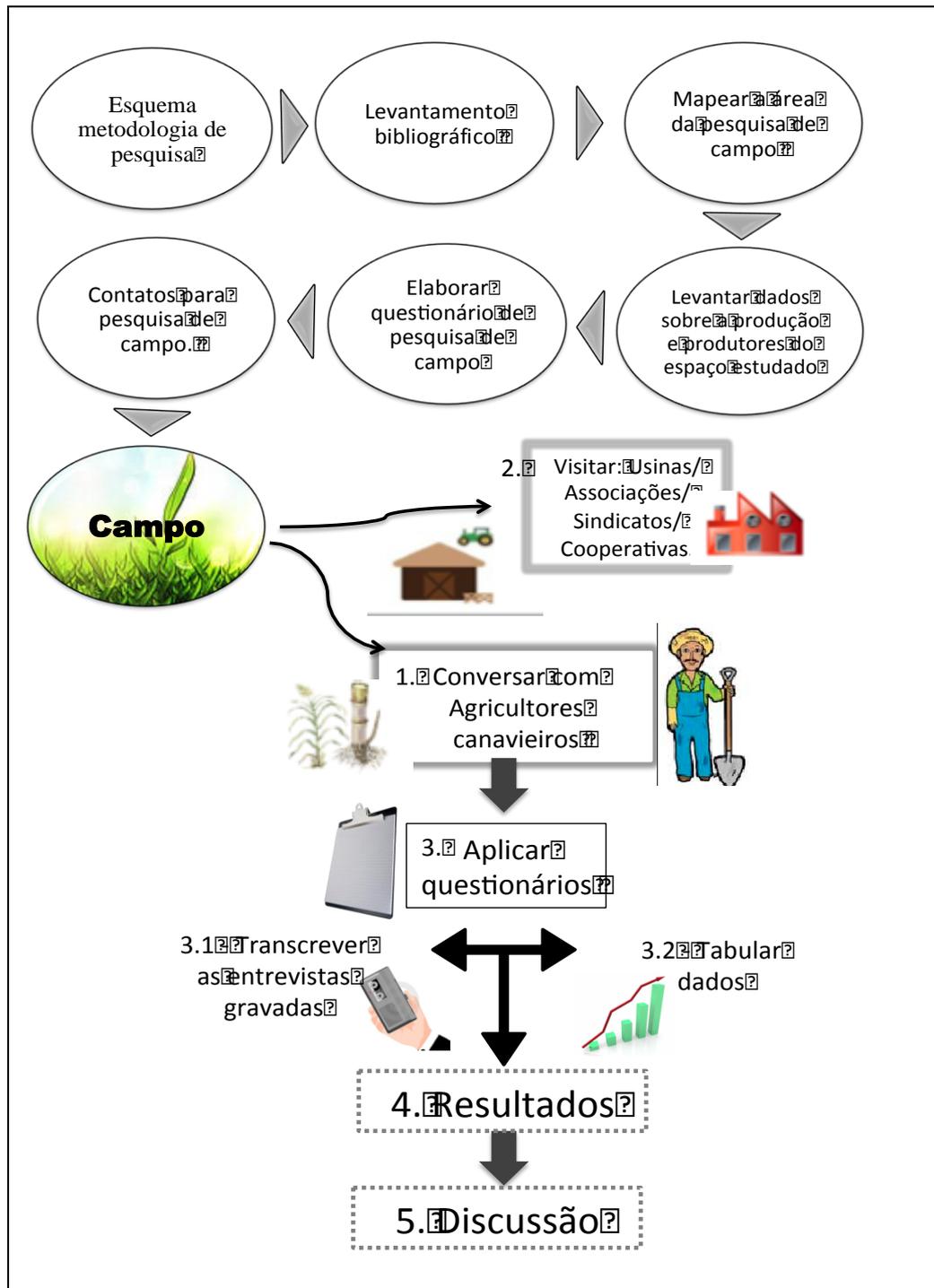
A partir dessa escolha, foi possível ampliar as concepções acerca do assunto central desta pesquisa. Em um espaço onde a expansão da cana-de-açúcar é crescente, existe uma variedade no perfil dos agentes, sejam eles produtores, fornecedores ou arrendatários. Tal configuração sugere uma heterogeneidade que este trabalho pretende abordar.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa na área da sociologia, com uso de dados descritivos obtidos a partir do contato direto com o objeto estudado, este estudo busca

produzir uma análise com base, fundamentalmente, em fenômenos sociais, sempre levando em consideração a perspectiva dos próprios entrevistados.

A metodologia e as etapas da pesquisa de campo estão esquematizadas na Figura 1- “Esquema metodológico”.

Figura 1- Esquema metodológico



Fonte: Organização do autor.

A linha cronológica da metodologia é subdividida em: levantamento bibliográfico; coleta dos dados disponíveis sobre a região central do Estado de São Paulo; sistematização dos dados referentes aos produtores; elaboração do questionário¹; e posteriormente a fase de pesquisa de campo, as etapas foram: 1. conversa com os agricultores; 2. contatos com usinas, destilarias, associações de fornecedores e cooperativas; 3. aplicação do questionário aos produtores.

Em suma, o trabalho que ora se apresenta está estruturado da seguinte maneira:

A primeira seção está dividida em quatro subseções. Nas duas primeiras subseções, discorre-se sobre a consolidação e a história da cana-de-açúcar no Brasil, especialmente no Estado de São Paulo. Na terceira subseção, estão apresentadas as bases metodológicas que foram adotadas nesta pesquisa. Por último, a quarta subseção traz os dados desta pesquisa organizados em categorias, de acordo com os padrões, as tendências ou mesmo as discontinuidades observados nas entrevistas com os pequenos produtores.

A segunda seção também está dividida em quatro subseções. A primeira dedica-se às semelhanças e diferenças entre o perfil do agricultor camponês e o do agricultor familiar. Na segunda subseção, a ênfase recai sobre o perfil do produtor canavieiro e suas principais características, tais como idade, histórico de vida no mundo rural, família, escolaridade, a forma de acesso à terra, entre outros pontos que ligam a subjetividade desse produtor à sua história e à sua propriedade. Por fim, a terceira e a quarta subseções discutem a propriedade e suas especificidades, como o tamanho da área plantada e a sociabilidade que envolve o pequeno produtor canavieiro.

¹ O questionário aplicado aos 40 pequenos produtores canaveiros entrevistados nessa pesquisa encontra-se na íntegra no Apêndice A (p.76) desse trabalho.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca entender e discutir o perfil dos pequenos produtores, fornecedores e arrendatários canavieiros. Esses produtores são agentes importantes na economia agrícola do Estado de São Paulo e estão presentes em todo o interior paulista, mas, embora sejam maioria entre os agricultores da região, têm sua imagem ofuscada em meio à considerável produção de monocultura da cana-de-açúcar. É por esse motivo, essencialmente, que o presente trabalho se propõe a conhecer melhor esses pequenos produtores e a construir seus perfis.

Desenvolve-se hoje, sobretudo no meio acadêmico, importantes pesquisas que tentam compreender a importância e o significado da agricultura e dos agricultores no meio rural. Penso que, além da mensuração dos dados disponíveis, deve-se ressaltar, igualmente, a significação da família dos agricultores para o meio rural, sejam ou não, eles, a maioria da população. Pode-se formular, a este respeito, a hipótese de que parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas (WANDERLEY, 2001, p. 37).

Para entender a importância do pequeno produtor canavieiro, esta pesquisa analisou as causas que levaram o agricultor a optar pela cana-de-açúcar. A outra preocupação deste trabalho foi investigar se a produção de cana levou esse agente a um afastamento de sua origem rural, ou mesmo se houve mudança em sua afetividade² em relação à terra e à sua propriedade.

Estamos considerando, neste trabalho, que investigar o perfil do produtor de cana-de-açúcar é o primeiro passo para se obter informações sobre a relação do produtor tanto com a terra (relação afetiva), quanto com as usinas (relação econômica). A partir desta pesquisa, portanto, será possível conhecer não apenas os interesses e as visões de mundo dos pequenos proprietários, mas também a sociabilidade econômica envolvida em suas relações com a terra e com as usinas.

² Quanto à relação econômico-afetiva com a terra, ao pensarmos no perfil do pequeno produtor canavieiro, devemos nos lembrar que o fato de eles plantarem cana não inviabiliza a relação com a terra. Mesmo em situações em que o manejo é executado pela usina, os agricultores que participaram da pesquisa de campo revelaram afetividade pela terra, e não apenas uma ligação com a necessidade econômica ou com a cultura que é cultivada no momento. A relação com a terra vai além da relação com a cana-de-açúcar. Fernandes (2006) ressalta que pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. É nas dimensões territoriais que acontecem todas as relações sociais dos agricultores familiares, como educação, cultura, produção, infraestrutura, organização política, mercado e outros, ocorrendo sempre de forma interativa e completiva. Dessa forma, o território não deve ser percebido apenas como um local onde a sociedade habita, mas como um território cultural, com uma parcela de identidade, fonte de uma relação afetiva. (MENDES E SILVA, 2010, *apud* FERNANDES, 2006, p. 4).

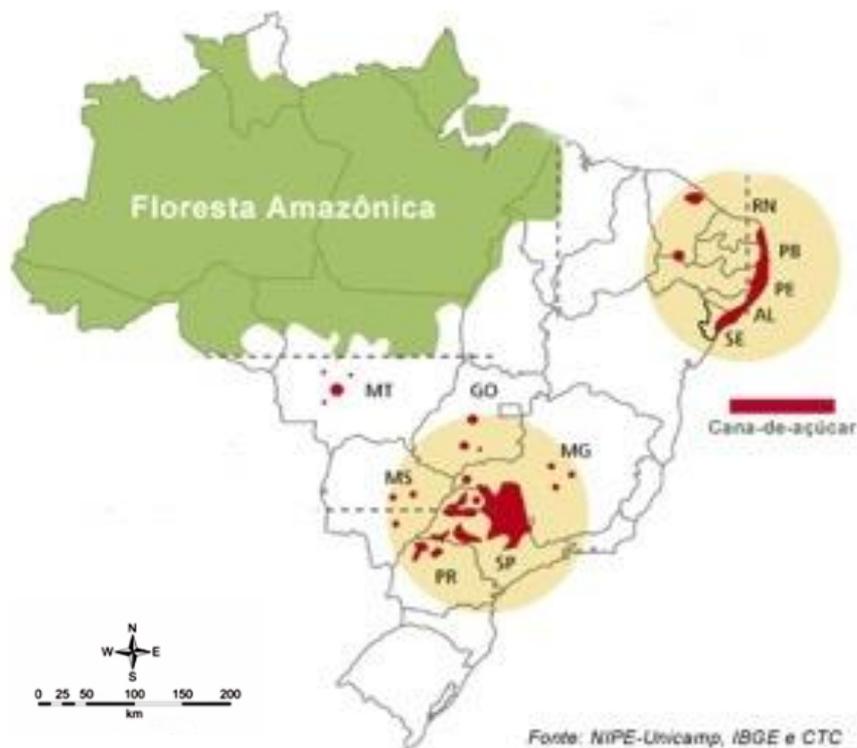
Na primeira seção deste trabalho, discorreremos sobre as oscilações do mercado de cana-de-açúcar, no Brasil, e sobre as políticas e planos econômicos destinados ao setor, sempre observando de que modo à produção de cana-de-açúcar vem influenciando os interesses de grandes empresas internacionais.

A história do setor canavieiro no Brasil é marcada pela presença do Estado. As políticas voltadas ao setor priorizaram a produção de cana em larga escala pelas agroindústrias e pelos grandes proprietários, em detrimento do cultivo de cana pelos agricultores familiares e pequenos proprietários. No entanto, isso não impediu que a expansão canavieira se desse em áreas de agricultura familiar levando, em algumas situações, a inserção destes agricultores no complexo canavieiro como fornecedores de cana para a agroindústria, porém de forma subordinada, provocando vários desdobramentos socioambientais (CARVALHO, 2008, p. 27).

A observação do funcionamento da agroindústria e da produção canavieira ajuda-nos a entender melhor o papel que o pequeno produtor desenvolve no setor, além de facilitar a compreensão do que a própria cana representa - economicamente, ambientalmente e socialmente.

Na figura 2, abaixo, destacam-se os principais polos produtores de cana-de-açúcar no Brasil.

Figura 2: Regiões produtoras de cana-de-açúcar no Brasil



Fonte: UNICA – União da Indústria de Cana-de-açúcar. Acesso: 25/07/2012.

Conforme se pode observar, o Estado de São Paulo é o responsável por mais da metade da produção de cana, no país, e comporta a maioria das usinas e destilarias brasileiras.

A área cultivada com cana-de-açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira na safra 2013/14 está estimada em 8.799.150 mil hectares, distribuídas em todos estados produtores conforme suas características. O Estado de São Paulo permanece como o maior produtor com 51,31% (4.515.360 hectares) da área plantada, seguido por Minas Gerais com 8,0% (781.920 hectares), Goiás com 9,3% (818.390 hectares), Paraná com 7,04% (620.330 hectares), Mato Grosso do Sul com 7,09% (624.110 hectares), Alagoas com 5,02% (442.590 hectares) e Pernambuco com 3,25% (286.030 hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, com representações abaixo de 3,0% (CONAB, 2014, p.7).

Graziano da Silva (1980) aponta a logística canavieira como um fator favorável no incentivo à produção de cana:

Além da evolução quase favorável dos preços de mercado dos produtos modernos (cana-de-açúcar) é preciso destacar a redução nos custos de produção dos mesmos devido ao subsídio aos insumos modernos – fertilizantes, defensivos e mecanização. Não é coincidência, portanto, verificar que as culturas ditas modernas (cana-de-açúcar) em função de utilizarem maiores proporções de insumos modernos – se tornaram mais lucrativas que as tradicionais (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p. 79-80).

A fim de mapear e entender a opção dos pequenos produtores pela cana-de-açúcar, este trabalho analisa a região central do Estado de São Paulo, que é composta por dois escritórios de desenvolvimento rural (EDRs). São representantes dessas EDRs os municípios de Araraquara e de Jaboticabal, lócus desta pesquisa.

Os municípios selecionados têm características importantes que nos ajudam a entender a escolha dos pequenos produtores canavieiros e a alta concentração de produção de cana. É nesse território, por exemplo, que estão localizadas muitas das Unidades de Produção Agrícola (UPAs) dedicadas à cana, além de várias usinas e destilarias.

Para selecionar os produtores canavieiros nos municípios, utilizamos a base de dados do Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA). Esse levantamento pertence à Coordenadoria de Assistência Integral (CATI) do Estado de São Paulo.³

Apesar de seu enfoque qualitativo, este trabalho também traz amostragens estatísticas, chegando a 3,64% dos produtores. Em outras palavras, embora a pesquisa de campo não tenha sido delimitada quantitativamente, mas sim qualitativamente, não desprezamos a

³ Para esta pesquisa, utilizei os dados do último senso da CATI (LUPA), 07/08. Para saber mais, acesse <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>

produção de dados⁴. Importa ressaltar, todavia, que temos a consciência de que não é a quantidade que constrói o perfil do produtor canavieiro, mas sim suas características, seus anseios, suas relações econômicas e sua sociabilidade. Esses pontos foram fundamentais para o entendimento da heterogeneidade dos grupos. Ao considerar esses pontos subjetivos e associá-los entre si, conseguimos construir uma singularidade de perfil dos produtores.

Durante a pesquisa de campo⁵, conversamos com 40 pequenos produtores, residentes nos sedes municipais dos escritórios de desenvolvimento rurais da região central, estabelecendo, assim, uma divisão de 20 entrevistados para cada município. Esse procedimento possibilitou o levantamento de dados qualitativos e quantitativos para esta pesquisa.⁶

Após a apresentação da história canvieira na região central do Estado de São Paulo, especialmente nos municípios aqui estudados, o presente trabalho passa a investigar o papel do pequeno produtor canavieiro no meio rural contemporâneo, com o intuito de entender os diferentes perfis dos agricultores. Assim a segunda seção deste estudo aborda as aproximações e as diferenças existentes entre o camponês e o agricultor familiar, frente à situação dos pequenos produtores canavieiros, e trabalha os dados levantados pela pesquisa com base nos preceitos da sociologia rural.

Em suma, esta pesquisa apresenta a produção canavieira como uma forma de ligação que ultrapassa as meras questões relacionadas ao universo agrícola ou econômico. Almeja-se, neste estudo, ir além da ideia de dualidade entre rural e urbano, ou qualquer outra distinção entre produtores, fornecedores, arrendatários e parceiros de cana-de-açúcar, já que essa distinção é “nada mais do que construções simbólicas, manifestações ou criações culturais concebidas, a partir de hábitos, costumes” (BIAZZO, 2008, p. 145).

⁴ Em caso de dúvidas sobre as médias estatísticas dos produtores que compõem essa pesquisa, no Apêndice B (p. 82) encontram-se na íntegra os dados de cada um dos 40 entrevistados e suas respectivas médias por categorias.

⁵ As fotos tiradas durante a pesquisa de campo e que representam o ambiente estudo estão disponíveis para o leitor no Apêndice C (p. 96).

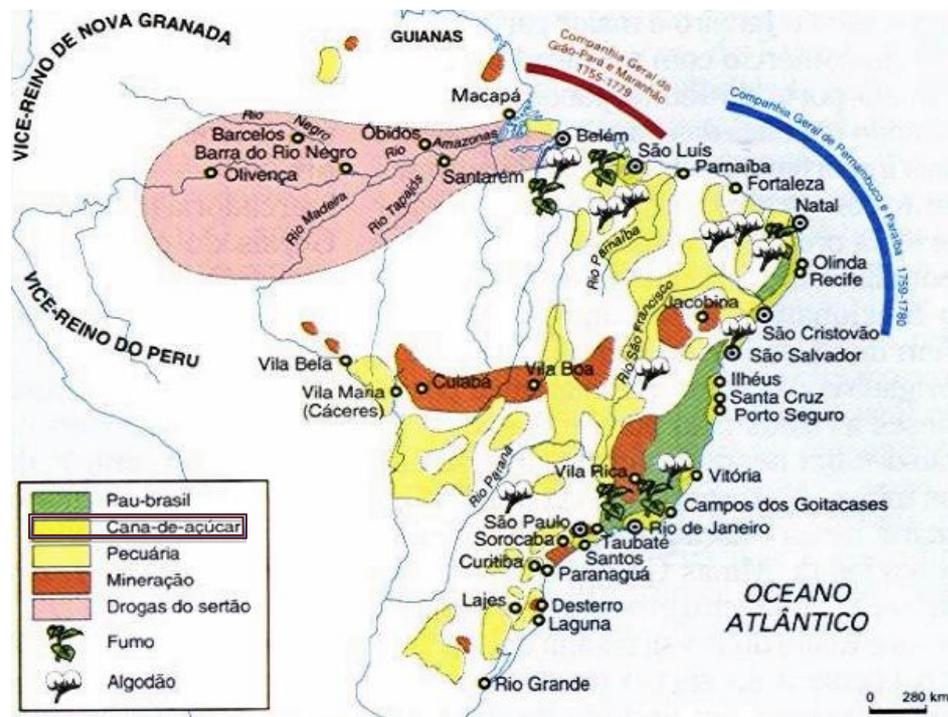
⁶ O trabalho de campo foi, sem dúvida, a parte mais enriquecedora desta pesquisa. Ter o privilégio de estudar seu objeto no campo empírico traz um enriquecimento na pesquisa que me parece inigualável. Conhecer parte da história e opiniões dos produtores deu sentido à hipótese e à pesquisa como um todo e, claro, suporte para o pesquisador conseguir ver o campo e a sociologia rural integrados.

1 O SETOR SUCROALCOOLEIRO

1.1 Consolidação do setor sucroalcooleiro e a produção canavieira

A produção canavieira faz parte da história do Brasil. Introduzida no período colonial, à cana se transformou em uma das principais culturas da economia brasileira (BRASIL, 2013). No Estado de São Paulo, o cultivo teve início em 1532, na Serra do Mar (CAMARGO, 2011). Desde o início da colonização, o produto sempre teve um importante espaço nas exportações (*plantations*) do Brasil (Figura 3).

Figura 3 – A economia colonial do século XVIII



Fonte: O Processo de Ocupação do Estado de São Paulo - Univap. Disponível em: <http://www1.univap.br/sandra/ocupacao.pdf>

O açúcar era uma das especiarias mais apreciadas no mercado europeu, fomentando o desenvolvimento da produção de cana nas terras da colônia.

O rápido desenvolvimento da indústria açucareira, malgrado as enormes dificuldades decorrentes do meio físico, da hostilidade do silvícola e do custo dos transportes, indica claramente que o esforço do governo português se concentra nesse setor (FURTADO, 1984, p. 41).

Outros grandes ciclos econômicos que marcaram a história do Brasil foram o do ouro, no século XVIII, o da borracha, durante a primeira metade do século XIX, e o do café, na segunda metade do século XIX. Mesmo durante a vigência dos outros ciclos econômicos, em nenhum momento o Brasil parou a produção canavieira, mesmo que, em alguns períodos, a cana não tenha estado entre os principais produtos da exportação brasileira.

Com a “crise de 1929”,⁷ o café, principal produto do período, sofreu uma desvalorização e chegou a ser descartado pelo governo. Passado o período de crise, a economia brasileira intensificou-se e reorganizou-se, com vistas à industrialização.

Com o desenvolvimento, houve alterações nas condições de vida da população brasileira. As cidades passaram a receber grande número de pessoas em busca de empregos, e o meio rural começou a se adaptar à ascensão das áreas urbanas. Durante o “êxodo rural”,⁸ houve uma transferência de cerca de 70% dos brasileiros que viviam no campo, até 1990, para a cidade ou periferia urbana (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1999).

Inicialmente, o principal produto oriundo da cana-de-açúcar (para produção e exportação) era o açúcar. Passados alguns anos, o álcool foi adquirindo espaço dentro do mercado, estimulando maiores possibilidades de comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar.

Em meio a oscilações, a cana-de-açúcar conseguiu se estabelecer enquanto cultura produtiva. A produção se manteve de forma tímida no Estado de São Paulo até 1933, quando foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). E assim, com a instituição do IAA, tornou-se possível maior direcionamento do governo a favor da produção de cana-de-açúcar, como exemplo, o decreto nº 19.717⁹, que estabelecia “a adição de 5% de álcool anidro (99,6%

⁷ A Grande Depressão, também chamada por vezes de Crise de 1929, teve início em 1929 e que persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Esse período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto de diversos países, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo. (Wikipédia, a enciclopédia livre, 2015). Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Depressão

⁸ Para ampliar mais o debate sobre êxodo rural: “Nas últimas décadas, essa realidade do êxodo rural familiar modificou-se substancialmente e políticas públicas, como a aposentadoria rural, aumentaram a possibilidade de permanência das pessoas mais idosas no espaço rural. Entretanto, para boa parte da população jovem, que cresceu em meio às dificuldades encontradas para a reprodução socioeconômica das unidades produtivas e com maior acesso à escolaridade com viés urbano, a cidade ainda é visualizada como futuro promissor. As mulheres jovens, atualmente, formam o principal estrato social que empreende um êxodo rural seletivo. A modernização agrícola parece ter diminuído seu papel nas atividades produtivas no meio rural (FROEHLICH *et al*, 2011, p.1675).

⁹ “Em 20 de fevereiro de 1931, o governo brasileiro estabeleceu o decreto nº 19.717, que obrigou a mistura de 5% de álcool na gasolina importada consumida pelo país. A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, em 1933, organizou as bases para o aumento da produção alcooleira nacional por meio de financiamentos de destilarias anexas às usinas de açúcar. Em 23 de setembro de 1938, o decreto-lei nº 737, estendeu a mistura de 5% de álcool à gasolina produzida no país, com a implantação da primeira refinaria nacional de petróleo.”

de pureza) à gasolina [...] essa medida tinha o intuito de proporcionar válvula de escape para contornar ou amenizar eventuais depressões no mercado de açúcar” (BACCARIN, 2011, p.166).

Em 1973, ocorreu o “primeiro choque do petróleo”.¹⁰ Nesse mesmo período, no Brasil, os preços do açúcar sofreram uma desvalorização, desencadeando uma grave crise setorial:

ancorados na elevação do preço do petróleo, os empresários canavieiros passaram a encarar, como provável saída de curto prazo, a elevação da produção de álcool para fins energéticos (BACCARIN, 2011, p.167).

Com isso, em 14 de novembro de 1975, o Estado criou o “Programa Nacional do Álcool”, o PROÁLCOOL, como ficou conhecido. O fortalecimento da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar cresceu em 1979. Ainda nesse mesmo ano, ocorreu o “segundo choque do petróleo”,¹¹ o que levou o setor canavieiro a crescer, mesmo perante as dificuldades enfrentadas pelo açúcar. Como consequência, ampliou-se a produção de álcool, a partir desse período.

Após o Segundo Choque do Petróleo, instalaram-se novas agroindústrias, especialmente destilarias autônomas e os canaviais avançaram sobre novas áreas, como o oeste de São Paulo e a Região Centro-Oeste. A venda de carros a álcool, iniciada timidamente em 1979, disparou, ficando próxima a 92,1% do total dos carros vendidos, em 1986. O álcool anidro teve seu consumo praticamente estabilizado, enquanto crescia fortemente o consumo do álcool hidratado (BACCARIN, 2011, p.171).

Nos anos 80, com as variações que os preços do petróleo sofriam, houve incentivos para que o governo brasileiro criasse uma lei¹² para a fixação do preço da cana-de-açúcar e

(BIODIESELBR.COM, 2015) Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/proalcool/historia/proalcool-industria-sucroalcooeira.htm>

¹⁰ O primeiro choque do petróleo ocorreu em 1973, quando os países do Oriente Médio descobriram que o petróleo é um bem não-renovável e que, por isso, iria acabar algum dia. Os produtores então diminuíram a produção, elevando o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses. As vendas para os EUA e para a Europa também foram embargadas nessa época, devido ao apoio dado a Israel na Guerra do YomKippur (Dia do Perdão). Com isso, as cotações chegaram a um valor equivalente a US\$ 40 nos dias de hoje. (FOLHAONLINE, 2015) Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo_choque1.shtml

¹¹ É importante salientar que os estímulos à produção e à venda de carros com motores a álcool se fortaleceram na virada da década de 1970 para 1980, logo após o Segundo Choque do Petróleo de 1979. Em valores de 2002, o preço do barril de petróleo passou de US\$ 33,0, em 1978, para US\$ 71,9, em 1979. Nesse momento, o álcool passou a ser encarado pela CNAL mais efetivamente como uma das alternativas para enfrentar a crise energética nacional (BACCARIN, 2011).

¹² LEI Nº 4.870, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1965. Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Álcool e sua aplicação, e dá outras providências. Art. 1º Os aumentos ou reduções de quota de produção de açúcar no país serão fixados pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (I.A.A.), tendo em vista as

do álcool em conformidade com seus custos de produção. Mesmo com a adoção dessa medida, o setor ficou praticamente estagnado entre 1985/86 e 1990/91 (BACCARIN, 2011). E foi exatamente nesse período, mais especificadamente na década de 90, que foram extintos o IAA e o PROÁLCOOL.

O planejamento das atividades da agroindústria canavieira do Brasil e, portanto, dos seus dois principais mercados (de açúcar e de álcool) foi virtualmente abandonado com a extinção do IAA em Março de 1990, um dos primeiros atos do novo governo. Desde então, a política setorial tem sido errática, fundamentada em medidas paliativas e geralmente de curto prazo, geralmente em função dos interesses imediatos dos agentes econômicos/sociais mais dependentes daqueles mercados e mais influentes (usineiros e fornecedores). Associado a isto está o fato de que o esvaziamento das atribuições daquele instituto significou o abandono do seu importante trabalho de coleta, sistematização e divulgação de dados referentes aqueles mercados, o que se estendeu aos primeiros anos ou safras da década de 1990 (RAMOS, 2008, p.11).

A retomada do setor sucroalcooleiro aconteceu a partir dos anos 2000. Segundo Baccarin (2011), dentro do campo institucional, merece destaque a aprovação da Lei 10.336/2001,¹³ que criou a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE) e da Lei 10.453/2002.¹⁴

O maior destaque do setor foi, sem dúvida, o ano de 2003, quando a indústria automobilística lançou os veículos “*flexfuel*”¹⁵ ou bicompostíveis, que possibilitavam ao carro funcionar com gasolina e/ou álcool.

Contudo, o fato de maior importância para o mercado de álcool carburante no Brasil foi o advento dos veículos *flexfuel* em 2003. Como a esmagadora maioria dos veículos vendidos a partir de 2004 tem sido desse tipo, a não ocorrência de problema de abastecimento de álcool hidratado, tendo em conta que sua produção pouco cresceu, deve-se ao fato de que muitos proprietários desses veículos tem

necessidades de consumo interno e as possibilidades de exportação para o mercado internacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14870.htm

¹³ Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 - (Lei do Álcool): Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2001/lei10336.htm> de 2001

¹⁴ LEI Nº 10.453, DE 13 DE MAIO DE 2002: Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo (GLP), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10453.htm

¹⁵ Definição das informações no site Nova Cana: “O primeiro automóvel flexfuel foi lançado em março de 2003 pela Volkswagen, utilizando um sistema desenvolvido pela Bosch. O desenvolvimento de um motor que trabalha com álcool ou gasolina, ou qualquer mistura dos dois combustíveis, começou no início dos anos 90. O motor tem um sensor que faz o reconhecimento automático do teor de oxigênio do combustível, detectando assim a presença do álcool. A informação é passada para a unidade de comando que realiza de forma automática a adaptação de todas as funções de gerenciamento do motor ao combustível usado. O motor bicompostível dá ampla liberdade de escolha para os usuários. Eles podem escolher o combustível de acordo com o desempenho que pretendem do veículo, pois há diferenças no rendimento do motor com uso da gasolina ou do álcool.” Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/proalcool/flex-fuel/proalcool-flex-fuel/>

optado pela gasolina porque, entre outras razões, longe das áreas produtoras é difícil encontrar aquele produto e quando é encontrado seu preço não fica suficientemente abaixo do da gasolina. Esta inferência tem em conta também o fato de que o consumo de hidratado recuou significativamente a partir de 2000/01, que a produção de álcool anidro cresceu bem mais do que a do hidratado e acima do seu consumo interno também depois daquela safra (RAMOS, 2008, p.13).

Investir nesse setor e ampliar a produção de cana-de-açúcar significou encontrar um “escape” perante os altos preços do petróleo. Conseqüentemente, com o aprimoramento da produção dos veículos movidos a etanol, esse combustível tornou-se um novo e próspero agente de mercado.

A situação brasileira na produção de etanol é única no mundo. Acumulou-se muita experiência no processo produtivo, tanto agrícola quanto industrial, consegue-se produzir com custos altamente competitivos, vis a vis o preço atual do petróleo e conta-se com consumo interno em crescimento, acompanhando a expansão da frota de carros “flexfuel”. A produção conjunta do açúcar, cujos preços tem se mantidos em patamares elevados, é outro fator a beneficiar o etanol, na medida em que contribui para a rentabilidade setorial. Sob o ponto de vista ambiental, a cana-de-açúcar apresenta capacidade de absorção de dióxido de carbono e balanço energético bem mais positivos que outras matérias primas para o etanol, como o milho. Ao mesmo tempo, o álcool em mistura com a gasolina ou usado sozinho, contribui para redução da poluição atmosférica originada dos motores à explosão. A redução da área de cana colhida queimada, que ora se observa, ajuda a reforçar a imagem positiva do etanol como um combustível renovável e pouco agressivo ao meio ambiente (BACCARIN, 2011, p.179).

É possível visualizar o crescimento de produção da cana-de-açúcar na tabela 1, abaixo, que mostra que a produção de cana-de-açúcar moída aumentou 200,5%, enquanto a produção de açúcar cresceu apenas 16,4% (BACCARIN, 2011).

Tabela 1: Evolução da produção de cana-de-açúcar e álcool e participação dos carros a álcool na venda de automóveis no Brasil, 1974/75 a 2009/2010.

Ano	Cana-de-açúcar		Açúcar		Álcool		%
	Mt	TC	Mt	TC	Bl	TC	
1974/75	74,5		6,7		0,6		
1985/86	223,9		7,8		11,9		92,1
1974/86		200,5		16,4		1.883,3	
1990/91	222,4		7,4		11,5		21,6
1986/91		(0,7)		(5,1)		(3,4)	
1997/98	302,2	4,4	14,8	8,8	15,4	6,9	0,1
1991/98		35,5		100,0		33,9	
2000/01	254,9	(17,8)	16,0	(17,5)	10,5	(19,8)	1,2
1998/01		(15,7)		8,1		(31,2)	
2001/02	292,3	14,7	19,0	18,8	11,5	9,5	3,9
2002/03	316,1	8,1	22,4	17,9	12,5	8,7	6,5
2003/04	357,1	13,0	24,9	11,2	14,6	16,8	25,3

2004/05	381,4	6,8	26,6	6,8	15,2	4,1	55,5
2005/06	382,5	0,3	26,2	(1,5)	15,8	3,9	83,2
2006/07	428,8	12,1	30,7	17,2	17,9	13,3	90,6
2007/08	495,8	15,6	31,3	1,8	22,4	25,1	94,2
2008/09	563,6	13,7	33,1	0,1	27,6	22,9	95,4
2009/10	604,5	7,3	33,1	5,5	25,8	(6,6)	
2001/10		137,2		106,9		145,7	
1975/10		711,4		394,0		4.200,0	

Mt = milhões toneladas; BI = bilhões de litros; TC = taxa de crescimento.

Número entre parênteses indica valor negativo

* A partir de 2003 incluem os modelos "flexfuel"

FONTE: ALCOPAR (2007), ANFAVEA (2010), BACCARIN (2005), MAPA (2009), CONAB (2010b).

Fonte: Sistema de produção agropecuário brasileiro: características e evolução recente, BACCARIN, 2011.

Vejamos alguns dados atuais disponíveis no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA): “O Brasil não é apenas o maior produtor de cana. É também o primeiro do mundo na produção de açúcar e etanol e conquista, cada vez mais, o mercado externo com o uso do biocombustível como alternativa energética” (BRASIL, 2014).

Segundo a ÚNICA¹⁶ (União da Indústria de Cana-de-açúcar), “a cana ocupa cerca de 7 milhões de hectares ou cerca de 2% de toda a terra arável do país, que é o maior produtor mundial, seguido por Índia, Tailândia e Austrália” (MOREIRA e BONIZIO, 2012, p. 84). Considerando o aumento da produção e a redefinição de uma nova geografia agrícola, em estudo recente (2006), pesquisadores constataram que houve aumento da área plantada com cana-de-açúcar em 37,43%. A cana foi a cultura que mais incorporou área de cultivo no Estado de São Paulo: 67,33% (CAMARGO, *et al*, 2008).

Em dados divulgados em Abril de 2014 pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), na safra de 2013/14, foram moídas 658,8 milhões de tonelada de cana, sendo 360,9 milhões para etanol e 297,9 milhões para produção de açúcar. Esses números representam 11,9% de aumento, comparado à safra de 2012/13. A estimativa prevista para a safra de 2014/15 é uma produção de 671,7% milhões de toneladas, significando um acréscimo de 2% em relação à safra atual (CONAB, 2013).

Os fornecedores de cana-de-açúcar do centro-sul brasileiro estão organizados, atualmente, “em 34 associações de fornecedores de cana nos Estados de São Paulo (26), Mato

¹⁶ A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) é a maior organização representativa do setor de açúcar e bioetanol do Brasil. Sua criação, em 1997, resultou da fusão de diversas organizações setoriais. O Estado de São Paulo é responsável por um terço do PIB agroindustrial do Brasil. A associação se expressa e atua em sintonia com os interesses dos produtores de açúcar, etanol e bioeletricidade tanto no Brasil como ao redor do mundo. As mais de 130 companhias associadas à UNICA são responsáveis por mais de 50% do etanol e 60% do açúcar produzidos no Brasil (2012). Fonte: <http://www.unica.com.br/historico-e-missao/>

Grosso (1), Mato Grosso do Sul (1), Minas Gerais (3) e Goiás (2), onde são representados aproximadamente 18 mil fornecedores de cana” (ORPLANA, 2010).

No Estado de São Paulo, existem 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) (figura 4). Esses EDRs são divididos em Regionais Agrícolas (RA) e compõem 15 regiões: Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, São Jose do Rio Preto, Bauru, Barretos, Franca, Ribeirão Preto, Central, Campinas, Sorocaba, Registro, São Paulo, São José dos Campos e Baixada Santista. Em cada um deles, encontram-se as sedes da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Figura 4: Escritórios de desenvolvimento rural (EDRs) e sedes das Regionais Agrícolas (RA) no Estado de São Paulo.



Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA). Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/banco/distrib.php>. Organização do autor.

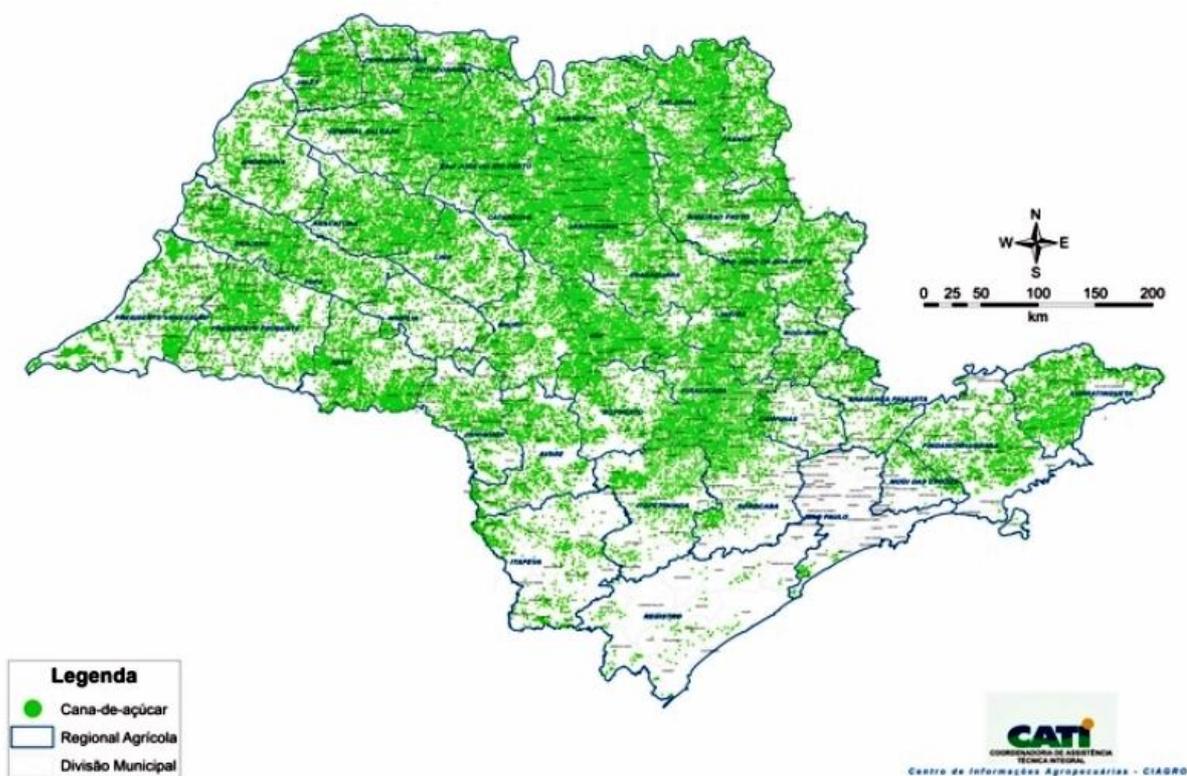
Segundo os dados disponíveis no Instituto de Economia Agrícola (IEA), a cana-de-açúcar arrecadou R\$ 26,0 bilhões no ano de 2013, que correspondem a 45,5% do valor total dos produtos agropecuários produzidos no Estado de São Paulo. “A cana-de-açúcar é o principal produto de 26 das 40 regiões do Estado, ou seja, 65% do território paulista” (TSUNECHIRO, 2013, p.3). A cultura que mais incorporou área foi a cana-de-açúcar, com 67,33% de expansão no Estado (CAMARGO *et al.*, 2008, p.16).

1.2 As usinas e a cana-de-açúcar

Como vimos, a cana-de-açúcar é produzida em quase todo o País, sendo que cerca de 60% da produção concentra-se no Estado de São Paulo.¹⁷ O Estado de São Paulo compreende, aproximadamente, 137 unidades industriais, 150 agroindústrias e 11.500 agricultores, dos quais 93% são considerados pequenos agricultores (UDOP, 2013).

Pela figura 5, abaixo, é possível observar a concentração de unidades de produção agropecuária (UPAs), no Estado de São Paulo, dedicadas à cana-de-açúcar.

Figura 5 - Distribuição geográfica de UPAs de cana-de-açúcar, 2007/2008



Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/mapaculturas/Cana.php>. Acesso em: 22/09/2012.

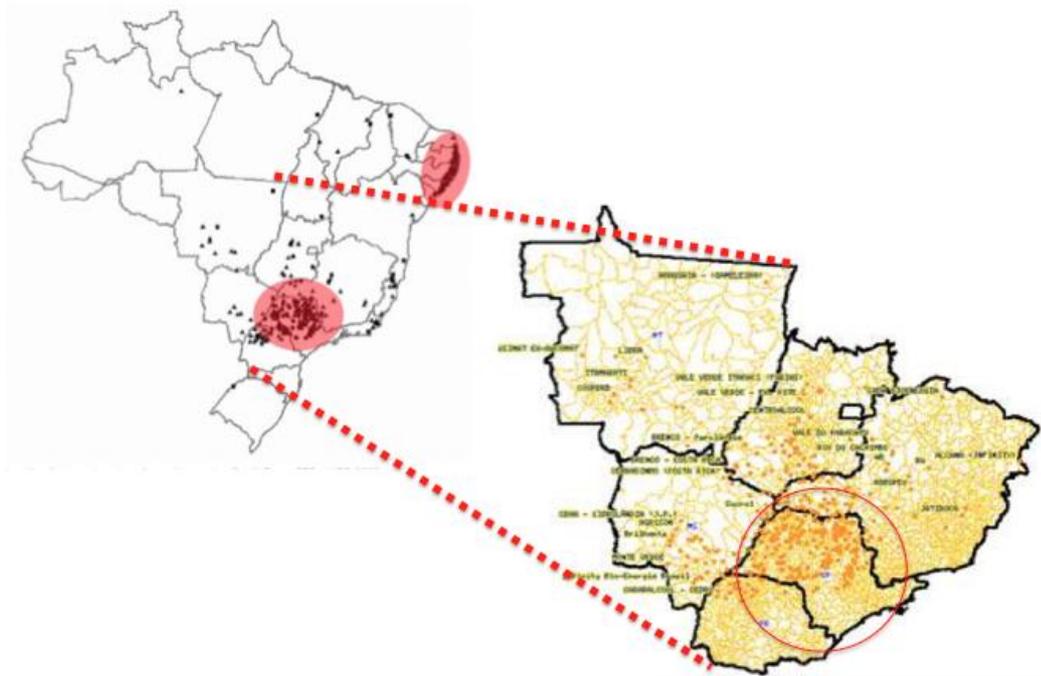
Com o crescimento da produção, as usinas se expandiram na região. Segundo pesquisa realizada em março de 2014, pela CONAB, operam atualmente, no Brasil, 319 unidades de produção sucroalcooleiras, sendo que 90% destas estão localizadas no Estado de São Paulo (Figura 6).

¹⁷ Os principais produtos agrícolas produzidos no Estado de São Paulo, são: amendoim (em casca), limão, laranja, caqui, borracha látex coagulado, chá-da-índia, cana-de-açúcar, palmito, figo, entre outros mais que se encontram na tabela 1 dos anexos deste trabalho.

São Paulo possui usinas instaladas que processam matéria-prima proveniente de cerca de 5,2 milhões de hectares plantados com cana-de-açúcar. Essa área representa 54% dos quase 9,6 milhões de hectares com a cultura em todo o território brasileiro na safra 2011/2012. A área do canavial de São Paulo é equivalente aos territórios da Croácia ou da Costa Rica (INVESTE, 2013).

A distribuição por tipo de agroindústria no país é, em sua maioria, de usinas “mistas”, ou seja, aquelas que se dedicam à produção tanto de álcool quanto de açúcar. Em segundo lugar, aparecem as usinas produtoras de álcool, ou chamadas também de destilarias. Por último, e com os menores índices, as usinas que se dedicam exclusivamente à produção de açúcar (BRASIL, 2012).

Figura 6 - Mapa da produção canvieira no Brasil com ênfase nas Usinas da Região Centro-Sul



Fonte: UNICA e CANASAT, 2009. Organização do autor.

Vale pontuar que, pós colhida, a cana-de-açúcar deve ser processada em, no máximo, 48 horas. Essa característica leva a uma concentração de usinas nas proximidades dos lugares de maiores produções daquela matéria prima.

A cana-de-açúcar apresenta baixa relação valor-peso, o que implica que os canaviais não podem estar muito distantes das usinas e destilarias para se mostrarem economicamente viáveis. Mesmo com a evolução da tecnologia no transporte da cana-de-açúcar, evidenciada no uso de caminhões articulados com duas ou três carrocerias, o que barateou o custo do quilômetro rodado, a distância média dos canaviais a agroindústria não passava, na safra de 2007/08, de 23,2 quilômetros da agroindústria no centro-sul (BACCARIN *et al*; 2009, *apud* CONAB, 2008, p.19).

O açúcar e o álcool representam 90% dos produtos oriundos da extração da cana-de-açúcar; o restante é considerado subproduto. O subproduto não é descartado, mas reaproveitado pelas usinas: “o bagaço, a vinhaça (também chamado de vinhoto ou restilo), a torta de filtro, a levedura” (CORTEZ *et al*, 1992, p.1).

É também pelos seus subprodutos que a cana é considerada uma energia limpa. No procedimento de moagem, por exemplo, o bagaço é o responsável pelo processo de cogeração de energia. Esse processo é uma prática de conservação de energia, no qual ocorre o aproveitamento do calor rejeitado pelas máquinas térmicas, gerando assim energia elétrica e/ou mecânica. Essa energia passa a ser aproveitada para o funcionamento da própria usina, o que diminui os custos da produção.

O Brasil apresenta situação bastante diferenciada em sua matriz energética. Enquanto que no mundo, como já visto, as fontes renováveis representavam, em 2007, apenas 13,2% da energia ofertada, no Brasil esse valor, em 2009, era de 47,3%, sendo 15,2% originados da hidroeletricidade e 32,1% da biomassa. Destes, 10,1% originavam-se da lenha e carvão vegetal, 18,2% de derivados da cana-de-açúcar (etanol como combustível líquido, 5,7%, e bagaço para cogeração de energia, 12,5%) e 3,8% de outras fontes (BACCARIN, 2011, *apud* EPE, 2010, p.163).

Os fatores positivos ajudaram a estabelecer a cana-de-açúcar como um produto altamente rentável para as usinas. Entretanto, não é apenas de fatores positivos que as discussões que envolvem a cana-de-açúcar são compostas. Vários pontos desfavoráveis aparecem na temática canavieira, sejam eles de caráter social, ambiental e/ou econômico.

Em relação ao social, a cadeia produtiva de alimentos, junto com a prática do cultivo intensivo da cana-de-açúcar, altera consideravelmente a dinâmica dos mercados locais, além de aumentar a vulnerabilidade dos pequenos produtores ou agricultores familiares¹⁸.

Outro aspecto social a ser levantado diz respeito à competição entre a produção de alimentos e a produção de agroenergia e ao consequente aumento da insegurança alimentar dos pequenos agricultores, que, historicamente, são os grandes responsáveis pelo cultivo de produtos alimentícios básicos.

Em relação à questão ambiental, críticas frequentes apontam a monocultura da cana-de-açúcar como desfavorável ao meio ambiente. Entre os principais danos apontados pelos estudiosos, destacam-se os seguintes: o aumento crescente nos níveis de desmatamento; a contaminação do lençol freático por agrotóxicos de elevada toxicidade e de longo período residual; a mortandade de polinizadores pela pulverização aérea de produtos fitossanitários¹⁹;

¹⁸ Mais sobre esses agentes na seção 2 deste trabalho.

¹⁹ Outras nomenclaturas para produtos fitossanitários são defensivos agrícolas e agrotóxicos.

a perda da fertilidade natural do solo devido à erosão e à diminuição da biodiversidade e do ecossistema natural, além do elevado consumo de água em todo seu sistema produtivo de açúcar e álcool.

Ainda podemos apontar a prática da queima da palha da cana-de-açúcar, que, apesar de decrescente, ainda é muito utilizada em algumas regiões do Estado de São Paulo, causando problemas respiratórios principalmente em crianças e idosos.

Outro ponto desfavorável, do ponto de vista ambiental, é a alta quantidade de energia fóssil que o processo de produção da cana utiliza. Do plantio até a colheita, é necessário utilizar vários tipos de maquinários e meios de transportes, entre os quais está o caminhão. Portanto, desde a plantação até o corte da cana, passando pelo carregamento da matéria-prima, as usinas utilizam grande quantidade de óleo *diesel*, um combustível que é derivado do petróleo. A cana-de-açúcar, assim, aparece como uma das principais responsáveis pela produção de gases do efeito estufa (GEE) no ambiente,²⁰ pois, como acabamos de pontuar, para ser produzida, necessita de veículos que consomem alta quantidade de petróleo.

Como vimos, se, por um lado, os canaviais apresentam pontos favoráveis ao meio ambiente, como a produção de energia limpa e renovável e a absorção de gás carbônico (CO₂), por exemplo, por outro, a produção canavieira também gera muitos danos ambientais. Prova disso é que, mesmo com a situação favorável apresentada pelo Brasil, na questão da matriz de produção energética, no ano de 2005, o país foi considerado o sexto maior emissor de GEE do mundo (BACCARIN, 2011, *apud* MAPA/MCT/MME/MDIC, 2005). De uma forma geral, a agricultura e a agropecuária são apontadas como as principais atividades geradoras de GEE no país.

O fato é que as discussões sobre a matriz energética mundial apontam a necessidade de alternativas de geração de energias renováveis e, conseqüentemente, de uma possível diminuição da dependência das energias não-renováveis. A cana-de-açúcar mostra-se eficiente, nesse ponto, e é uma das melhores fontes de energias renováveis da atualidade.

²⁰ Uma medida para estimular a sustentabilidade no setor é “O Protocolo Agroambiental, assinado pelo Governador de São Paulo, pelos Secretários de Estado do Meio Ambiente e de Agricultura e Abastecimento e pelos presidentes da União da Indústria Sucroalcooleira (ÚNICA) e da Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil (ORPLANA), que faz parte do Projeto etanol verde, um dos 21 projetos estratégicos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que tem o objetivo de desenvolver ações que estimulem a sustentabilidade da cadeia produtiva de açúcar, etanol verde e bioenergia”. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/files/2011/10/protocoloAgroindustriais.pdf> (Fonte: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 2007)

Sobre a economia canavieira, pode-se dizer que desencadeia dúvidas e críticas também no que diz respeito à concentração de terras e à integração vertical.²¹ Para Graziano da Silva (1980):

a transformação de um complexo rural para um complexo agroindustrial é capaz de alterar as formas antigas de produção, porém, mantendo-se a estrutura agrária inalterada, com a concentração fundiária de poder e privilegiando o financiamento de crédito a grandes proprietários (GRAZIANO DA SILVA, 1980, *apud* LOPES, 2010, p. 5-6).

Normalmente, o capital agrário e agroindustrial canavieiro pertence, em grande parte, ao mesmo agente social (usineiro), e isso aumenta a concentração de capitais nas mãos de poucos proprietários (BACCARIN *et al*, 2009).

Deve-se ressaltar que o avanço da cana-de-açúcar é um fator determinante para o aumento de concentração da posse da terra, pois o arrendamento de pequenas e médias propriedades, onde se produz principalmente alimentos básicos, tem como característica destruição das benfeitorias existentes, o que praticamente inviabiliza o retorno à terra dos seus proprietários quando findar o arrendamento. Outro ponto refere-se à compra da terra do pequeno e médio produtor para o plantio da cana-de-açúcar, e neste caso é o fim, pois eles não conseguirão comprá-la de volta. Diante desse quadro, pode-se considerar que regionalmente não se tem apenas um rearranjo produtivo do setor agropecuário, mas que esse novo ciclo canavieiro vem impor impactos sociais (CAMARGO *et al*, 2008; p. 13).

Cabe ressaltar que a integração vertical é proibida em muitos países produtores de cana-de-açúcar. Se a usina tem como fonte de produção o açúcar e o álcool, ela não deve deter toda a cadeia produtiva. No Brasil, o decreto de Lei nº 3855,²² de 1941, determina que as usinas podem produzir 60% da cana-de-açúcar de uso próprio. Essa medida desencadeou vantagens e desvantagens.

A principal vantagem é a maior segurança para a usina, que garante a matéria-prima necessária. Já a desvantagem está no fato de que a “administração direta da lavoura canavieira levaria a empresa a se desviar do foco principal de seu negócio que é a exploração de açúcar e álcool” (BACCARIN *et al*, 2009, p.20).

O setor sucroalcooleiro recebe críticas também pelo alto número de fusões e aquisições que ocorreram entre as usinas,²³ principalmente na década de 90. Nesse período, a

²¹ A integração vertical é o processo de agregação de dois ou mais elos de uma cadeia de valor. Na produção de um determinado produto, a integração vertical ocorre quando uma empresa passa a controlar operações a montante ou a jusante. – Disponível em: <http://www.portal-gestao.com/item/6435-o-que-%C3%A9-a-integra%C3%A7%C3%A3o-vertical.html#sthash.587BEG9T.dpuf> (PORTALGESTÃO, 2014)

²² Para mais informações, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3855.htm

²³ Para maiores informações, acesse: <http://www.cidadespaulistas.com.br/prt/cnt/mp-usinas-alc-acucar.htm#>

economia brasileira executou políticas de abertura, formando um aumento da entrada de capitais externos no país, o que resultou no crescimento de fusões e aquisições entre empresas.

Para Oliveira (2007), a fusão consiste na combinação de dois ou mais negócios, havendo troca de ações ou dinheiro para compartilhar direitos e obrigações. Na fusão, as empresas são dissolvidas e os direitos e obrigações são combinados. Já a aquisição significa que uma empresa adquire o controle acionário total ou parcial de outra empresa (SIQUEIRA E CASTRO, 2010).

Do ponto de vista de perda para a sociedade, o tamanho das firmas após a fusão ou aquisição pode ser muito elevado, fazendo com que elas tenham grande parcela de mercado, o que proporciona forte poder de monopólio, ou seja, essas firmas passam a produzir menos, a preços bem acima do custo de produção (SIQUEIRA E CASTRO, 2010, p.717).

Siqueira e Castro (2010) comentam que a centralização e a concentração de capitais das usinas substituem a administração familiar, o que afasta o usineiro do agricultor, já que o produtor canavieiro passa a negociar com uma empresa em todos os sentidos econômicos. Há aumento de falências entre as usinas, pois o mercado sucroalcooleiro exige um alto grau de desenvolvimento e tecnologia, determinando constantes pesquisas e adequações de maquinários pelas usinas. Assim, as chamadas “pequenas usinas” não conseguem acompanhar a evolução e adequação necessária de produção.

O processo de fusões e aquisições nesse setor vem se caracterizando pelo aumento da presença de grandes grupos locais, como Grupo José Pessoa, Cosan e Carlos Lyra, e pela entrada de grandes grupos internacionais no mercado local, como Louis Dreyfus Commodities (LDC) e Tereos. A concentração das compras tem ocorrido na região Sudeste, principalmente devido aos custos mais baixos de produção (SIQUEIRA E CASTRO, 2010, p.711).

A fim de entender melhor a relação entre produtor e usina, voltaremos o foco desta pesquisa para a região central do Estado de São Paulo, onde a logística agroindustrial é composta por 12 usinas e destilarias de açúcar e álcool (Figura 7).

Na região referida, o processamento da produção é executado pelas usinas e destilarias locais, sendo elas: Usina São Carlos (Jaboticabal); Usina Ipiranga (Descalvado); Usina Malosso (Itápolis); Usina Maringá (Araraquara); Usina Raízen (Araraquara); Usina Raízen (Guariba); Usina Tamoio (Araraquara); Usina Santa Adélia (Jaboticabal); Usina Santa Clara (Jaboticabal); Usina Santa Cruz (Américo Brasiliense); Usina Santa Fé (Nova Europa); Usina Santa Luiza (Motuca).

Figura 8 – Imagem aérea da Usina Pitangueiras Açúcar e Álcool Ltda



Fonte: PITAA, 2015

Em entrevista, o supervisor do departamento de fornecedores da PITAA afirmou que, no caso dessa usina, existe uma grande dependência dos fornecedores: 80% da cana que a usina recebe vêm dos fornecedores, e apenas 20% são de produção própria da usina. O supervisor também ressaltou a necessidade que a usina PITAA tem de receber dos fornecedores uma cana limpa e produtiva em sacarose.²⁴ Além disso, o supervisor declarou que a PITAA trabalha dentro do sistema CONSECANA,²⁵ no qual a usina se baseia para fazer os pagamentos para os fornecedores e arrendatários. Ainda segundo o supervisor:

“A usina utiliza o valor da cana crua que é valor real, e soma mais o valor do ATR relativo dos últimos 5 anos, menos o valor da quinzena de todo mundo. Assim, procura-se que todo mundo entregue uma cana boa com um ATR bom para que a

²⁴ A colheita, carregamento, transporte, pesagem, pagamento da cana pela qualidade, descarregamento e lavagem são operações determinantes para um bom desempenho industrial. Essas etapas devem ser realizadas em sincronia com as operações industriais para que não ocorra sobreabastecimento, o que demanda armazenamento, com conseqüente queda na qualidade ou falta de cana para a moagem, ocasionando atrasos na produção. Fonte: Processamento da cana-de-açúcar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (ALCARDE, 2005-2011). Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_102_22122006154841.html

²⁵ O CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de S. Paulo) é uma associação formada por representantes das indústrias de açúcar e álcool e dos plantadores de cana-de-açúcar que tem como principal responsabilidade zelar pelo relacionamento entre ambas as partes. Para isso, o conselho criou um sistema de pagamento da cana-de-açúcar pelo teor de sacarose, com critérios técnicos para avaliar a qualidade da cana-de-açúcar entregue pelos plantadores às indústrias e para determinar o preço a ser pago ao produtor rural. O sistema tem adoção voluntária. Pelo sistema, o valor da cana-de-açúcar se baseia no chamado Açúcar Total Recuperável (ATR), que corresponde à quantidade de açúcar disponível na matéria-prima subtraída das perdas no processo industrial, e nos preços do açúcar e etanol vendidos pelas usinas nos mercados interno e externo. A diretoria do CONSECANA-SP é composta por cinco representantes da ORPLANA (Organização dos Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil) e cinco da UNICA, com o mesmo número de suplentes. O conselho conta ainda com uma Câmara Técnica (CANATEC), que assessora a diretoria nas questões técnicas e econômicas, constituída por seis representantes da ORPLANA e seis da UNICA. Fonte: ÚNICA (2015). Disponível em: <http://www.unica.com.br/consecana/>

média da quinzena não caia e para que deste modo não caia o valor da quinzena para eles” (PESQUISADECAMPO, 2014).

Para o supervisor, o sistema cria estímulos para que os agricultores procurem sempre entregar uma cana de qualidade; e é por esse sistema também que se consegue, no final de cada quinzena, apresentar o valor que o fornecedor irá receber ao entregar a cana. Além disso, de acordo com o supervisor, esse trabalho é feito em grupo e faz com que os pequenos produtores participem junto com os demais produtores, médios e grandes, e não fiquem nas margens da produção e da usina. O supervisor complementa:

“Sobre o pequeno, o que vem desfavorecendo o pequeno produtor agora? Dentro do CONSECANA você tem três etapas da cana: a precoce, a média e a tardia. Então assim, tinha que todo mundo tirar a cana um pouco de média, uma pouco de precoce e um pouco de tardia, e nesse sistema o pequeno não consegue fazer isso, por causa da colheita mecanizada. Então, é um ponto que todo mundo vem indicando para melhorar, mas ainda não conseguimos” (PESQUISADECAMPO, 2014).

Mediante os relatos do supervisor da usina PITAA, percebe-se a preocupação em inserir o pequeno produtor no sistema produtivo da usina. Esse esforço, todavia, não se mostrou suficiente para estreitar os laços entre o pequeno produtor e a usina, uma vez que ainda existe uma hierarquia empresarial entre eles.

A própria usina tem dificuldade em administrar uma política voltada aos pequenos produtores. Mesmo que o rendimento do pequeno produtor (fornecedor) dependa da produção da usina, esta, muitas vezes, não é uma possibilidade disponível para ajudar o produtor. Existem dificuldades na estrutura da propriedade desse agricultor (maquinários e implementos) e mão-de-obra disponível para o melhor manejo de seu canavial. E mesmo, que a usina trabalhe com uma política de conciliação dos valores da produção junto aos fornecedores, alguns não tem a apropriada estrutura produtora em seus canaviais, e tão pouco a usina consegue fornecer todos os auxílios necessários aos produtores. Portanto, como pontua Siqueira e Castro (2010), “independente do tamanho da produção e propriedade esse agricultor trabalha com as cartas já postas na mesa, o jogo é determinado pelas usinas”.

1.3 Estrutura fundiária e propriedade da terra: em busca de uma metodologia

Com relação às propriedades, as constantes expansões da cana-de-açúcar torna difícil distinguir onde começa e onde termina uma propriedade, saltando aos olhos um preponderante “mar de cana” (SILVA, 2005). A principal crítica sobre a expansão canavieira é esta: o fato de se tratar de uma monocultura. “No Estado de São Paulo há esse processo de

especulação da terra, a propriedade no Estado obteve uma alta com a presença da cana-de-açúcar, com a sua expansão e crescente crescimento na economia” (LOPES, 2010, p. 6).

A estrutura fundiária dos municípios do Estado de São Paulo é regulamentada pela Lei nº 8.629,²⁶ de 25 de fevereiro de 1993, que classifica as propriedades rurais em pequenas, médias ou grandes. A “pequena propriedade” é um imóvel rural²⁷ compreendido entre 1 a 4 módulos fiscais;²⁸ “média propriedade” é a área entre 4 e 15 módulos fiscais; e “grande propriedade” é o imóvel que tem área superior a 15 módulos fiscais.

O módulo fiscal²⁹ é uma unidade de medida adotada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e é variável para cada Estado da Federação. Perante essa variedade, “autores como José Graziano et al. (1983), Kageyama e Bergamasco (1989/90), Carvalho e Kuhn (1999), adotaram como critério de até 50 hectares para as pequenas propriedades”³⁰ (PERES, 2003). Logo, tendo como referencial os autores mencionados, todos com amplo reconhecimento na área da sociologia rural, esta pesquisa delimitou, para o referencial de seu objeto de estudo, o pequeno produtor que trabalha em áreas de até 50 ha, ou seja, o proprietário de uma área de 1 a 4 módulos fiscais.

Dos produtores agropecuários do Estado, 37% são considerados proprietários de minifúndios (1 módulo fiscal) ou pequenos (1 a 4 módulos fiscais). Lembrando que o Estado de São Paulo é responsável por um terço do PIB agroindustrial do Brasil: é o maior produtor de suco de laranja do mundo e destaca-se na produção nacional de frutas e legumes; é também

²⁶ Para saber mais, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm

²⁷ Imóvel Rural: Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial; (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993)

²⁸ Módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79 e que altera o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), a norma que regula os direitos e obrigações relativos a imóveis rurais para os fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola nacional. Trata-se de uma unidade de medida de área (expressa em hectares) fixada diferentemente para cada município, uma vez que levam em conta as particularidades locais como (art. 50, Lei 4.504/64): o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); a renda obtida com esta exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar (art. 4º, II, Lei 4.504/64).

²⁹ O objetivo desta pesquisa concentra-se em entender o perfil do pequeno produtor canavieiro. É pertinente destacar que a utilização do termo “pequeno” é apenas uma referência à classificação do tamanho da propriedade. Logo, essa terminologia não deve ser entendida de forma pejorativa, uma vez que o agricultor responsável pelo que chega no prato dos brasileiros é o “pequeno”, como mostra a 11. Mesmo com a menor porcentagem de área total (24,3%) de terras do Brasil, eles representam 84,4% dos estabelecimentos de agricultura familiar (LEI FEDERAL 11326/2006 LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, 2006). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>.

³⁰ O INCRA subdivide os proprietários de terra em três grupos: pequenos, médios e grandes. Portanto, como já nos mostrou a classificação da estrutura fundiária brasileira, devemos pensar que o pequeno produtor não é diretamente o responsável pela maior parte da produção de cana-de-açúcar, pois a soma de suas propriedades é desfavorável perante as propriedades dos considerados grandes produtores. Mas, em número, os pequenos produtores são preponderantes, já que representam a maioria de agentes presentes no território de produção canavieira.

um grande produtor de cana-de-açúcar, laranja, milho, café e soja, demonstrando assim sua grande variedade e qualidade em produção e heterogeneidade de produtores (NOSSOSÃOPAULO, 2014).

Para o levantamento estatístico dos pequenos produtores canavieiros na região e nos municípios estudados, foram utilizadas as três principais bases de dados disponíveis: “Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária” (INCRA), o “Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas” (IBGE) e o “Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária” (LUPA) – este último instituído no âmbito da Secretaria Estadual de Agricultura. De todas essas bases, a que se mostrou mais coerente com as necessidades desta pesquisa foi o LUPA. Contudo, para explicitar melhor o motivo da delimitação metodológica realizada, é importante que nos aprofundemos também nas demais bases de dados.

Primeiramente, com relação ao INCRA, importa referir que os dados disponibilizados por esse instituto não classificam os imóveis rurais em pequenos, médios ou grandes. A falta dessa informação impossibilita a identificação do número estimado de pequenos produtores (até 50 ha) e, entre esses quantos são os que plantam cana-de-açúcar (Tabela 2).

Unidade Geográfica		Módulo fiscal (ha)	Situação	
Código Município	Nome do Município		Imóveis	Área
3524303	Jaboticabal	14	1011	69833,9
3503208	Araraquara	12	1025	90720,9

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2013. Organização do autor.

Um dado importante trazido pelo INCRA tem relação com os módulos fiscais dos municípios estudados. O módulo fiscal, em Jaboticabal, corresponde a 14 ha, e, em Araraquara, a 12 ha. Consoante à tabela 2, sabe-se que existem, em média, 1011 estabelecimentos ou imóveis rurais, em Jaboticabal, e 1025, em Araraquara. O INCRA não separa esses estabelecimentos por tamanho e nem por tipo de produção, perspectiva que, conforme mencionado anteriormente, inviabiliza sua utilização como base central de dados para esta pesquisa.

Os dados do IBGE ³¹ trazem um entrave semelhante ao do INCRA. Pelo IBGE, obtêm-se os números dos imóveis separados por tamanho e, mais do que isso, tem-se a separação entre os estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras: próprias, arrendadas ou em parcerias. Além disso, por meio do “Sistema IBGE de Recuperação Automática” (SIDRA), é possível ter acesso à área plantada e colhida de cada município e à quantidade produzida, mas não se consegue estimar quantos são os pequenos produtores, por município, que plantam cana.

Somente a partir do sistema LUPA, portanto, é que foi possível caracterizar os municípios estudados. Feita essa caracterização, selecionamos as unidades de produção agropecuárias (UPA) de até 50 ha e, dentro dessas unidades, estipulamos quantos são os pequenos produtores dedicados à produção de cana.

O Estado de São Paulo, via Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), realiza censos agropecuários desde 1905. Como esses censos não foram feitos com frequência anual, desde o seu início, houve uma demora na obtenção de dados consolidados no Brasil. Só após os anos 1960 é que surgiram os dados que traziam maiores abrangências.

Posterior a esse período, o censo de 1995-96 destaca-se como importante estudo da década de 90 (PORTALLUPA, 2008). O mais recente dos levantamentos do LUPA foi feito nos anos de 2007/2008, tornando-se o primeiro do século XXI. E foi dentro das estatísticas agrícolas disponíveis no LUPA que encontramos as estimativas dos pequenos produtores canavieiros dos municípios de Jaboticabal e de Araraquara.

Interessante visualizar como estão distribuídas geograficamente as Unidades de Produção Agrícola (UPAs) desses municípios e como é alto o grau de concentração na região noroeste e central do Estado de São Paulo. No quadro 1, encontram-se as estatísticas agrícolas do município de Jaboticabal e, no quadro 2, as do município de Araraquara.

³¹ Em caso de dúvida sobre os resultados, consulte os dados disponibilizados pelo IBGE, que estão anexados ao final deste trabalho, nos anexos.

Quadro 1 - Estatísticas Agrícolas, Município de Jaboticabal, Estado de São Paulo, 2007/08. ³²					
Jaboticabal – Município	Unidade	Nº de Upas³³	(%)	Nº de Upas que Plantam cana-de-açúcar - %	Propriedades de 1 – 4 módulos fiscais que plantam cana-de-açúcar - %
Área das Upas 0 – 1 ha	Hectare	6	67,7%	817 – 85,2%	<u>508 – 78,3 %</u>
Área das Upas 1 – 2 ha	Hectare	5			
Área das Upas 2 – 5 ha	Hectare	63			
Área das Upas 5 – 10 ha	Hectare	145			
Área das Upas 10 – 20 ha	Hectare	170			
Área das Upas 20 – 50 ha	Hectare	260			
Total de Upas de 1 – 4 módulos fiscais		649			
Área das Upas 50 – 100 ha	Hectare	148	32,2%		
Área das Upas 100– 200 ha	Hectare	90			
Área das Upas 200 – 500 ha	Hectare	51			
Área das Upas 500 – 1000 ha	Hectare	18			
Área das Upas 1000 – 2000 ha	Hectare	2			
Área das Upas 2000 – 5000 ha	Hectare	-			
Área das Upas 5000 – 10000 ha	Hectare	-			
Total		309			
Total de Upas		958			

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, 2007/08. Organização do autor.

³² O resultado final de interesse desta pesquisa, que é o número de propriedades entre 1 a 4 módulos fiscais destinados à cana-de-açúcar dos municípios de Jaboticabal e Araraquara, foi obtido da seguinte forma: dentro da categoria DADOS CONSOLIDADOS MUNICIPAIS, estão disponíveis as estatísticas agrícolas de todos os municípios do Estado de São Paulo; o que possibilita separar as UPAs por tamanhos de hectares e estimar a porcentagem de quantos produtores por categorias (pequenos, médios e grandes) produzem cana.

³³ Resalto que não obtive os dados precisos durante a pesquisa de quantas dessas UPAs consideradas pequenas em tamanho são exclusivamente produtores de cana, sendo assim, é possível apenas criar uma estimativa perante esses dados. Como exemplo do quadro 1, é estimado que do total de 958 UPAs de Jaboticabal, 817 delas cultivem cana-de-açúcar, assim, esse valor representa mais de 80% entre as UPAs, e torna possível estimar que entre a grande maioria de produtores a cana faça parte da produção anual. É interessante pensar também, que em alguns casos, os pequenos produtores até tenham uma parte da propriedade com cana-de-açúcar, o que não necessariamente significa que essa é sua principal produção e renda, mas isso não os desclassifica da categoria de pequenos produtores canavieiros.

Quadro 2 - Estatísticas Agrícolas, Município de Araraquara, Estado de São Paulo, 2007/08.					
Araraquara – Município	Unidade	Nº de Upas³⁴	(%)	Nº de Upas que Plantam cana-de-açúcar - %	Propriedades de 1 – 4 módulos fiscais que plantam cana-de-açúcar - %
Área das Upas 0 – 1 ha	Hectare	24	79,3%	826 – 71,6%	<u>589 – 64,5 %</u>
Área das Upas 1 – 2 ha	Hectare	23			
Área das Upas 2 – 5 ha	Hectare	72			
Área das Upas 5 – 10 ha	Hectare	86			
Área das Upas 10 – 20 ha	Hectare	541			
Área das Upas 20 – 50 ha	Hectare	167			
Total de Upas de 1 – 4 módulos fiscais		913			
Área das Upas 50 – 100 ha	Hectare	102	20,6%		
Área das Upas 100 – 200 ha	Hectare	51			
Área das Upas 200 – 500 ha	Hectare	51			
Área das Upas 500 – 1000 ha	Hectare	17			
Área das Upas 1000 – 2000 ha	Hectare	10			
Área das Upas 2000 – 5000 ha	Hectare	5			
Área das Upas 5000 – 10000 ha	Hectare	1			
Total		237			
Total de Upas		1150			

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA, 2007/08. Organização do autor.

Pelo viés do levantamento do LUPA, estimamos o número de UPAs produtoras de cana-de-açúcar e a quantidade de pequenos produtores.³⁵ Após separar as UPAs de até 50 ha, estabelecemos as porcentagens e agrupamos os produtores em pequenos, médios e grandes. Por não interessar o recorte das UPAs acima de 50 ha, subtraímos os agricultores pertencentes

³⁴ Idem 33.

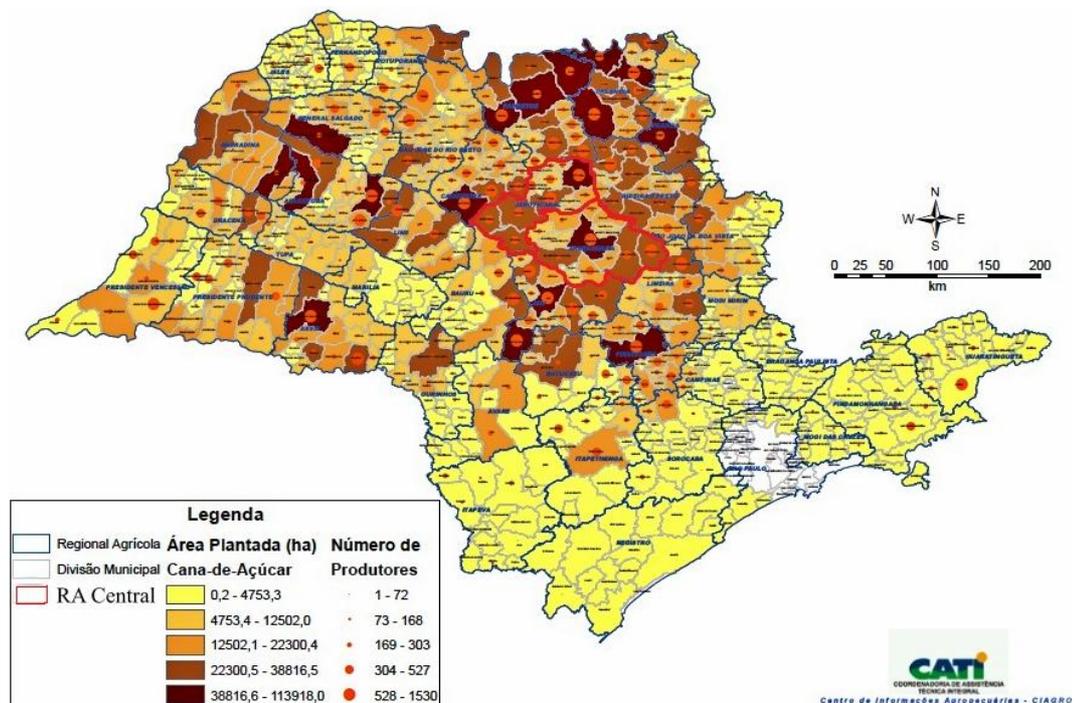
³⁵ Reafirmo que os dados foram apenas estimados, pois, durante a pesquisa, não obtivemos uma base de dados específica. Sendo assim, para conseguirmos trabalhar em campo, adotamos as estimativas apresentadas pelo LUPA, 2007/08.

a essa categoria, sempre focando a análise nos pequenos produtores canavieiros. Logo, analisando as estimativas dos municípios estudados, concluímos que o número de UPAs de até 50 ha corresponde a 78%, em Jaboticabal, e a 64%, em Araraquara.

1.4 Araraquara e Jaboticabal: um “campo de pesquisa”

O recorte da pesquisa privilegia dois municípios da região central do Estado de São Paulo: Jaboticabal e Araraquara (Figura 9).

Figura 9: Distribuição geográfica da área cultivada e número de produtores, 2007/2008.



Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/mapaculturas/Cana.php>. Acesso em: 22/09/2012.

As duas regionais agrícolas estão geograficamente próximas ao município de Ribeirão Preto, região oeste do Estado, conhecido como a “capital” do agronegócio brasileiro e também como a “Califórnia Brasileira”.³⁶ Segundo a ABAG/RP³⁷ (Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto):

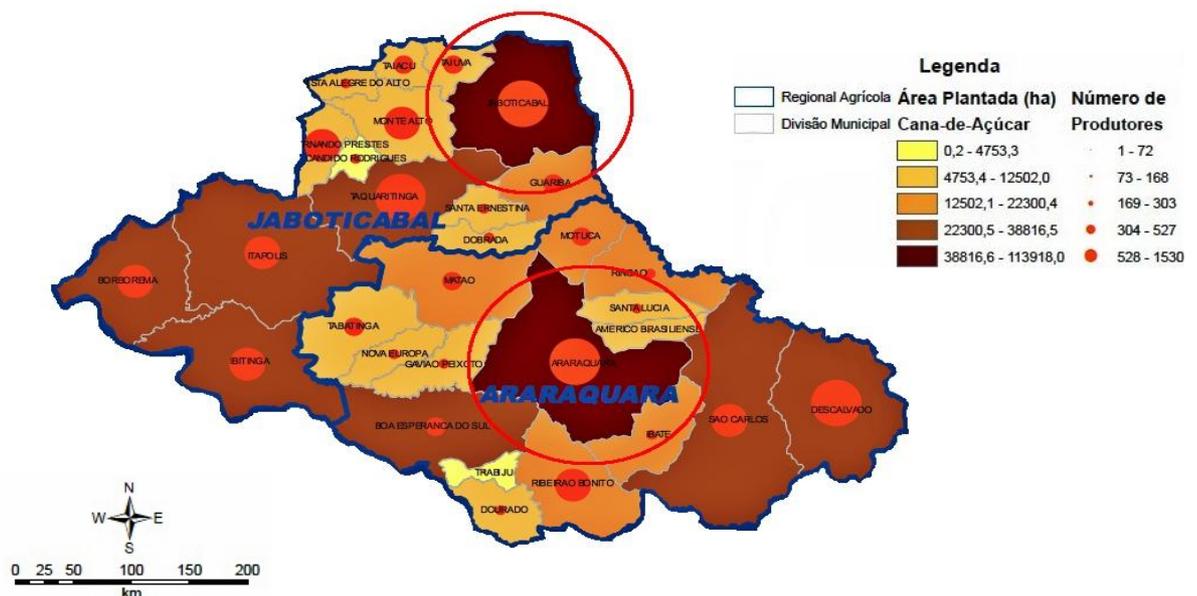
³⁶ “A região mais próspera do interior do Estado de São Paulo, a macro-região de Ribeirão Preto, conhecida como a ‘Califórnia brasileira’, é integrada em sua paisagem por Dumont, Sales de Oliveira, Buritizal, Pirangi, Monte Alto e Monte Aprazível, no cenário de uma conquista relevante: a conquista no ranking da qualidade de vida - em 6º, 7º, 8º, 12º, 13º e 14º lugares - numa avaliação na qual 625 municípios estão envolvidos. A macro-região, que faz parte da famosa “Califórnia brasileira”, denominação que o jornalista Roberto Kocho deu à região de Ribeirão Preto ao analisar os aspectos agrícolas, industriais e a variedade econômica dos municípios,

a iniciativa de outorgar à cidade o título de “Capital Brasileira do Agronegócio”, capitaneada pela ABAG/RP, ACI/RP, Pensa/USP e Prefeitura Municipal, contribuiu para valorizar a imagem dessa atividade da qual depende a vida de todos (ABAG/RP, 2002).

A região central³⁸ do Estado de São Paulo é formada por 30 municípios, sendo eles: Araraquara, Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Descalvado, Dourado, Gavião Peixoto, Ibaté, Matão, Motuca, Nova Europa, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Lúcia, São Carlos, Tabatinga, Trabiju, Jaboticabal, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Guariba, Ibitinga, Itápolis, Monte Alto, Santa Ernestina, Taiapuá, Taiúva, Taquaritinga e Vista Alegre do Alto.

Observando a região central, os dois municípios que se destacam em área plantada de cana-de-açúcar e em concentração de números de produtores são Jaboticabal e Araraquara, indicando assim um lócus sugestivo para a realização desta pesquisa (Figura 10).

Figura 10 – Região central do Estado de São Paulo: os municípios de Jaboticabal e Araraquara e as usinas de açúcar e álcool.



Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/mapaculturas/Cana.php>. Organização do autor.

atualmente tem uma contribuição em torno de 8,5% do PIB - Produto Interno Bruto do Estado.” (MARINO, 2000). Disponível em: <http://www.webcitation.org/68V8Fb8pj>

³⁷ Para saber mais sobre a Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto, acesse: <http://www.abagr.org.br/media/pdf/revista-capital-brasileira-agronegocio.pdf>

³⁸ Escolher a região central do Estado significa buscar novas referências para a pesquisa de campo e dos agentes envolvidos, ampliando o entendimento fora da região oeste. Também é pensar o agente canavieiro da região central e a produção de cana-de-açúcar em um espaço heterogêneo. Assim, leva-se em conta as demais influências gerais presentes, tanto da região oeste como um todo, quanto da produção presente no Estado de São Paulo.

A tabela 3, que contém os números de toneladas produzidas em 2012 pelos municípios que compõem as duas regionais agrícolas, contribui para a compreensão do significado da produção canavieira na região central do Estado.

Tabela 3 – Os municípios das regionais agrícolas de Jaboticabal e Araraquara: Região central do Estado de São Paulo. Toneladas produzidas de cana-de-açúcar no ano de 2012

Municípios da RA de Jaboticabal	Toneladas (t) de cana-de-açúcar	Municípios da RA de Araraquara	Toneladas (t) de cana-de-açúcar
Jaboticabal	3.487.500	Araraquara	2.664.000
Borborema	2.737.980	Américo Brasiliense	705.600
Cândido Rodrigues	201.600	Boa Esperança do Sul	2.550.000
Dobrada	842.000	Descalvado	1.699.930
Fernando Prestes	720.000	Dourado	620.000
Guariba	1.575.000	Gavião Peixoto	722.500
Ibitinga	3.000.000	Ibaté	1.456.890
Itápolis	3.273.520	Matão	1.190.000
Monte Alto	855.000	Motuca	742.000
Santa Ernestina	610.000	Nova Europa	648.000
Taiacu	382.500	Ribeirão Bonito	1.451.520
Taiúva	624.750	Rincão	1.407.000
Taquaritinga	2.433.200	Santa Lúcia	1.035.000
Vista Alegre do Alto	450.000	São Carlos	2.802.195
		Tabatinga	855.000
		Trabiju	193.200
Total	21.193.050	Total	20.742.835
TOTAL DE PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (2012)			41.935.885 (t)
TOTAL DE PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (2012)			406.152.815 (t)

Fonte: Produção Agrícola Municipal - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Organização do autor.

Essa chamada região central é responsável por aproximadamente 10% da cana-de-açúcar produzida no Estado de São Paulo.³⁹ A tabela 3 mostra que Jaboticabal é o município que mais produziu em sua regional, no ano agrícola de 2012, e que Araraquara é o 2º maior produtor, havendo pouca diferença em relação ao município de São Carlos.

A partir da tabela 3, portanto, é possível não apenas observar a quantidade produzida por cada um dos municípios da regional agrícola, mas também constatar que a maior

³⁹ Esse valor é a soma do total de cana produzida para a indústria com a cana de forragem e é uma estimativa, não tem as bases necessárias para precisão de valor.

produção de tonelada de cana-de-açúcar pertence aos municípios das regionais agrícolas de Araraquara e Jaboticabal.

A tabela 4 indica o desenvolvimento da produção da região ⁴⁰ entre 1998 e 2013. Dentro desse período, destacam-se os anos de 2011, 2012 e 2013, anos marcados pelo aumento constante nas áreas de produção de cana-de-açúcar.

Ano	Área Nova	Unid.	Área para corte	Unid.	Produção	Unid.
1998	49.924,00	ha	311.415,00	ha	24.827.850,00	t
1999	46.378,00	ha	261.459,00	ha	20.143.377,00	t
2000	45.430,00	ha	269.135,00	ha	19.510.798,00	t
2001	62.410,00	ha	271.160,00	ha	20.549.780,00	t
2002	56.300,00	ha	269.400,00	ha	21.103.100,00	t
2003	57.416,00	ha	272.574,00	ha	19.901.360,00	t
2004	51.316,00	ha	247.574,00	ha	20.092.820,00	t
2005	55.950,00	ha	259.980,00	ha	22.027.850,00	t
2006	61.430,00	ha	275.328,00	ha	22.409.390,00	t
2007	63.450,00	ha	300.528,00	ha	25.159.570,00	t
2008	63.692,00	ha	380.439,30	ha	32.094.455,00	t
2009	50.492,00	ha	342.018,60	ha	28.701.575,00	t
2010	52.665,04	ha	397.286,25	ha	32.335.722,70	t
2011	66.359,04	ha	413.442,15	ha	30.824.364,20	t
2012	63.358,00	ha	438.546,15	ha	34.647.589,20	t
2013	92.028,00	ha	441.777,00	ha	40.484.740,00	t

Fonte: Base de dados – Instituto de Economia Agrícola (IEA), 2015.

Segundo dados do IBGE, Araraquara tem uma população estimada de 208.662 habitantes. Os dados do Censo de 2010 ⁴¹ apontam que 97,1% dos habitantes vivem em área urbana e que apenas 2,9%, em área rural. O município está localizado a 277 km da capital do Estado e tem localização geográfica vantajosa, interligando várias importantes cidades paulistas, como São Carlos e Ribeirão Preto, por exemplo. No ranking de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do ano de 2010, Araraquara está como a 15ª melhor cidade do Brasil para viver.

A história de Araraquara e Jaboticabal são exemplos de municípios construídos entorno da agricultura. Por volta de 1850, o café começou a substituir as demais plantações e

⁴⁰ Esses valores representam o total de produção de cana para a indústria, ou seja, não é o total bruto, mas os valores industriais, produzidos na Região central do Estado de São Paulo.

⁴¹ Para saber mais, acesse: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>

tornou-se o produto de maior importância econômica do município. Em 1885, a chegada da ferrovia na cidade trouxe crescimento e desenvolvimento (NOSSO SÃO PAULO, 2010).

A importância dos negócios ferroviários e dos loteamentos na ocupação da região da Araraquarense é um caso bastante singular, diferente de regiões de ocupação mais antiga, como a de Araraquara, São Carlos, Ribeirão Preto, Campinas e Limeira, aonde os trilhos dos trens chegaram depois que as fazendas de café estavam em pleno funcionamento (MELO, 2013, p. 56).

Desde a década de 1980, Araraquara tem como uma de suas principais produções a cana-de-açúcar. Segundo dados disponibilizados pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), os principais produtos agropecuários produzidos na cidade são: cana-de-açúcar (826 UPAs), eucalipto (108 UPAs), laranja (88 UPAs), braquiária (pasto) (647 UPAs), e milho (261 UPAs) (PORTALLUPA, 2007/08).

A maioria das UPAs do município se dedica à produção de cana. A partir da tabela 5, é possível notar que, em Araraquara, entre os anos de 2010 e 2013, houve um aumento contínuo da produção de cana-de-açúcar para a indústria.

Tabela 5 - Cana para indústria município Araraquara

Ano	Área Nova	Unid.	Área para corte	Unid.	Produção	Unid.
2000	6.400,00	ha	32.000,00	ha	2.240.000,00	t
2001	6.400,00	ha	32.000,00	ha	2.240.000,00	t
2002	7.000,00	ha	32.000,00	ha	2.400.000,00	t
2003	7.200,00	ha	32.000,00	ha	2.400.000,00	t
2004	7.600,00	ha	32.000,00	ha	2.400.000,00	t
2005	7.600,00	ha	32.000,00	ha	2.400.000,00	t
2006	8.000,00	ha	32.000,00	ha	2.400.000,00	t
2007	8.000,00	ha	32.000,00	ha	2.400.000,00	t
2008	8.100,00	ha	32.000,00	ha	2.400.000,00	t
2009	8.100,00	ha	32.000,00	ha	2.400.000,00	t
2010	8.100,00	ha	32.000,00	ha	2.400.000,00	t
2011	12.000,00	ha	37.000,00	ha	2.812.000,00	t
2012	6.500,00	ha	37.000,00	ha	2.960.000,00	t
2013	6.800,00	ha	39.000,00	ha	3.120.000,00	t

Fonte: Base de dados Instituto de Economia Agrícola (IEA), 2015.

O município de Jaboticabal, segundo o Censo de 2010, apresenta uma população de 71.662 habitantes. Assim como Araraquara, Jaboticabal tem a maior parte de sua população residindo em área urbana (97% dos habitantes), com apenas 2,9% residindo em área rural. O município localiza-se a 370 km da Capital do Estado e, também como Araraquara, tem ótima

localização. Novamente, similar a Araraquara, a história de Jaboticabal também está ligada ao crescimento do café, principalmente durante a segunda metade do século XIX, quando o desenvolvimento consolidou-se com a implantação das ferrovias.

Com base econômica na agricultura, Jaboticabal destacou-se como importante centro regional nas atividades industriais, comerciais, bancárias e de prestação de serviços. Após a crise do café, Jaboticabal passou a diversificar suas produções e a investir em algodão, amendoim, arroz e milho. A partir dos anos 50, a cana-de-açúcar adquiriu importância crescente e transformou-se na principal atividade econômica do município, sobretudo no que diz respeito à produção de álcool e açúcar (PREFEITURADEJABOTICABAL, 2014).

Em 1970, após a intensa urbanização ocorrida a partir dos anos 50, 76% da população de Jaboticabal residiam em espaço urbano. Segundo o Ranking de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do ano de 2010, Jaboticabal ocupa a 145ª posição de melhor cidade para se viver, no Brasil.

A agricultura se mantém como importante atividade econômica no município (participação de 50% no ICMS, sendo 40% açúcar e álcool), seguida pela agroindústria, pelo comércio e pelo setor de prestação de serviços. Os principais destaques da cidade são o setor canavieiro (açúcar e álcool), a cultura do amendoim (exportação) e a indústria cerâmica (PREFEITURADEJABOTICABAL, 2014).

Segundo os dados disponibilizados pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), das 958 UPAs pertencentes ao município, 817 dedicam-se ao cultivo de cana-de-açúcar, representando cerca de 85% das UPAs do município. O segundo destaque de produção da cidade é a cultura do amendoim, com 124 UPAs. Em seguida, aparecem gramas (263 UPAs), milho (63 UPAs), braquiária (pasto) (52 UPAs) e eucalipto (32 UPAs) (PORTALLUPA, 2007/08).

Assim como Araraquara, Jaboticabal tem a maioria de suas UPAs dedicada ao cultivo de cana. A tabela 6 traz dados sobre a produção de cana para indústria e abarca o período compreendido entre 2000 e 2013.

Tabela 6 - Cana para indústria município Jaboticabal						
Ano	Área Nova	Unid.	Área para corte	Unid.	Produção	Unid.
2000	12.000,00	ha	40.000,00	ha	3.000.000,00	t
2001	12.000,00	ha	40.000,00	ha	3.000.000,00	t
2002	12.000,00	ha	40.000,00	ha	3.600.000,00	t
2003	12.000,00	ha	40.000,00	ha	3.600.000,00	t
2004	12.000,00	ha	40.000,00	ha	3.600.000,00	t

2005	12.000,00	ha	40.000,00	ha	3.600.000,00	t
2006	12.000,00	ha	40.000,00	ha	3.200.000,00	t
2007	12.000,00	ha	40.000,00	ha	3.600.000,00	t
2008	12.000,00	ha	40.000,00	ha	3.600.000,00	t
2009	13.000,00	ha	40.000,00	ha	4.000.000,00	t
2010	12.500,00	ha	40.500,00	ha	3.645.000,00	t
2011	0,00	ha	53.000,00	ha	4.505.000,00	t
2012	10.000,00	ha	43.000,00	ha	3.655.000,00	t
2013	4.000,00	ha	49.500,00	ha	4.207.500,00	t

Fonte: Base de dados Instituto de Economia Agrícola (IEA), 2015.

Entender e buscar esses dados e a história desses municípios faz parte do esforço em mapear e compreender o pequeno produtor canavieiro. Isso implica perceber a existência de multiplicidades e diversidades. Assim sendo, ao investigar os municípios escolhidos, esta pesquisa analisou os círculos que fazem parte do cotidiano dos pequenos produtores, definindo, assim, quem são esses agricultores com relação à terra e à produção.

2 O Perfil do agente: pequenos produtores fornecedores e arrendatários de cana

2.1 O agente produtivo e sua classificação: um debate com a literatura

Em seu livro “A Sociologia Rural”, Henri Mendras (1969) declara que as duas grandes transformações sociais foram a invenção da agricultura e o nascimento das cidades. O autor também comenta que os primeiros debates travados na sociologia rural e nos estudos rurais, de maneira geral, permeavam a dicotomia cidade-campo: um era sinônimo de avanço e progresso, e o outro, atraso e retrocesso. No entanto, “a oposição entre cidade e campo não é, senão, uma face da realidade, pois os citadinos e os rurais formam, em certos aspectos, uma mesma sociedade” (MENDRAS, 1969, p. 35).

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) afirma, em seu texto “O sitiante tradicional brasileiro e o problema do campesinato”, que os estudiosos das populações brasileiras demoraram para ir além da dicotomia entre as sociedades urbana e rural. Existia a camada populacional dos agricultores responsáveis pelas ligações dessas sociedades, realizadas através do comércio de mercadorias. No meio rural, eles tinham uma forte presença religiosa, pois tudo acontecia em torno das capelas, além de outros fatores que caracterizariam o rural, o sítio e o caipira brasileiro. Para essas populações, segundo a autora, não importava comparar o seu próprio desenvolvimento com aquele existente nas cidades.

A autora fez investigações que começaram a revelar quem eram esses agricultores tradicionais do Brasil. Estudos feitos por Oliveira Viana (1920/23), Gilberto Freyre (1933/36), Monteiro Lobato (1939/46), Caio Prado Jr. (1963), Nice Lecocq Müller (1951) e Antônio Cândido (1964) estabeleceram-se e destacaram-se nas análises iniciais sobre os habitantes do mundo rural (QUEIROZ, 1973). Este último autor apresentou, em sua obra “Os parceiros do Rio Bonito”, uma descrição minuciosa da vida do caipira do interior paulista.

Nessa obra, Antônio Cândido discorre sobre o típico caipira paulista que vivia em “bairros rurais” com autonomia em sua propriedade. Tudo era produzido em suas terras, e eles tinham um forte sentimento de localidade e pertencimento. Eram responsáveis pela circulação dos produtos em sua região, sendo que a especificidade de sua situação econômica fazia com que não fossem isolados: “a economia o força a sair do círculo restrito em que vive, mesmo que seja para vender o excedente de um produto qualquer na sede municipal” (QUEIROZ, 1973, p.14).

A autora observa que esses estudos mostraram, pela primeira vez, o contrário daquilo que vinha sendo proposto até então. Segundo a estudiosa, “havia pelo menos mais uma

camada social rural, além da dos fazendeiros e da mão-de-obra sem terra – a camada intermediária formada pelos sitiantes” (QUEIROZ, 1973, p.14).

Assim como ocorreu com o sitiante tradicional, descrito por Queiroz (1973) e Cândido (1964), que apenas tardiamente foi reconhecido como agente social, os estudos produzidos pela sociologia rural também não abordavam o pequeno agricultor. Em muitos estudos, eles sequer aparecem, uma vez que a ideia de monocultura é automaticamente associada à de latifúndio. Nesse ponto assimila-se ao tema dessa pesquisa, pois sabemos que é maioria as unidades de produção agrícola paulistas dedicadas à cana-de-açúcar⁴², e entre essas UPAs estão grandes e pequenas propriedades, às vezes permeia a ideia de que pequenos não produzem monoculturas.

Fica a questão que deve ser discutida e ponderada: como e onde classificar os pequenos produtores canavieiros do interior paulista?

Como explica Bourdieu (1997), para compreender o que se passa em um lugar que abriga pessoas diferentes, não basta dar razão a cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los em sua realidade, para fazer aparecer, pelo simples efeito da justaposição, o resultado do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas, que tem como efeito favorecer a lucidez (CARVALHO, 2008, p.18).

O agente produtivo com o qual trabalhamos, de até 50 ha, não só é preponderante nos municípios que estudamos, como também faz parte da realidade do interior paulista. Essa classe produtora, em sua maioria, é constituída de agricultores de idade avançada que habitam, hoje, a cidade. Grande parte desses agricultores teve sua formação no meio rural e, devido a algumas mudanças no estilo de vida, transferiu-se com suas famílias para as cidades, normalmente em locais próximos de seus sítios⁴³.

Quando viviam na zona rural, os agricultores produziam tudo o que necessitavam, em sua propriedade. Com as transformações do meio rural e urbano, esses produtores passaram a produzir um único produto. A maioria se dedicou à produção de cana-de-açúcar, tendo como destino as usinas produtoras de açúcar e álcool.

⁴² Sobre essa questão, desde o surgimento desta pesquisa, a primeira pergunta levantada em congressos e apresentações ia na direção de entender se existiam pequenos proprietários produtores de cana-de-açúcar no interior paulista. A ideia preponderante sobre a produção de cana, soja, além de outras culturas ligadas a grandes exportações e nichos de mercados exteriores é a de que apenas grandes latifundiários têm condições de produzir essas culturas. No caso da cana-de-açúcar, já sabemos que uma grande maioria da produção vem de pequenos proprietários. Inclusive demonstramos que, embora eles sejam maioria em número de produtores, a produção dos grandes muitas vezes fica acima em número de toneladas produzidas. Isso não muda o fato de que o pequeno proprietário é o agente rural mais presente no interior paulista.

⁴³ Todas essas afirmações são baseadas nos resultados da pesquisa de campo.

A agricultura se reconfigurou e adequou-se cada vez mais às mudanças vindas do capitalismo⁴⁴. Essas mudanças no sistema econômico criaram e transformaram o perfil dos agricultores. É, portanto, necessário compreender que os agentes classificados como camponês, agricultor familiar⁴⁵ ou pequeno produtor constituem todos um novo agente produtivo.

Existem, hoje, diversas discussões acadêmicas sobre a classificação dos camponeses. Para Eric Sabourin (2009), têm distintas correntes sobre esse tema, como a de Caio Prado Jr., por exemplo, que não legitimam a categoria e alegam que nunca houve camponeses no Brasil. Há, por outro lado, autores que classificavam o termo seguindo um viés político de esquerda, como Martins (1981). E autores que defendem a existência do campesinato no Brasil atual, como Nazaré Wanderley (2001).

Segundo Sabourin, “a parte representada pelo campesinato continua importante no Brasil, sobretudo no Nordeste, inclusive no âmbito da modernização da agricultura de tipo familiar” (SABOURIN, 2009, p.3).

A agricultura familiar aproxima-se em relação à descrição do camponês, mas tem também divergências, principalmente no que diz respeito às formas de classificação para famílias camponesas e agricultores familiares. Segundo Fernandes (2001):

Os teóricos da agricultura familiar defendem: que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001, p. 29).

Os agricultores familiares estão integrados com as demandas do mercado⁴⁶ e procuram atender às necessidades econômicas. É deles que vem o alimento para o prato dos brasileiros, já que a agricultura familiar é a responsável por cerca de 70% da produção de alimentos no Brasil. Mesmo que possuam a menor porcentagem de área total (24,3%) de terras no país,

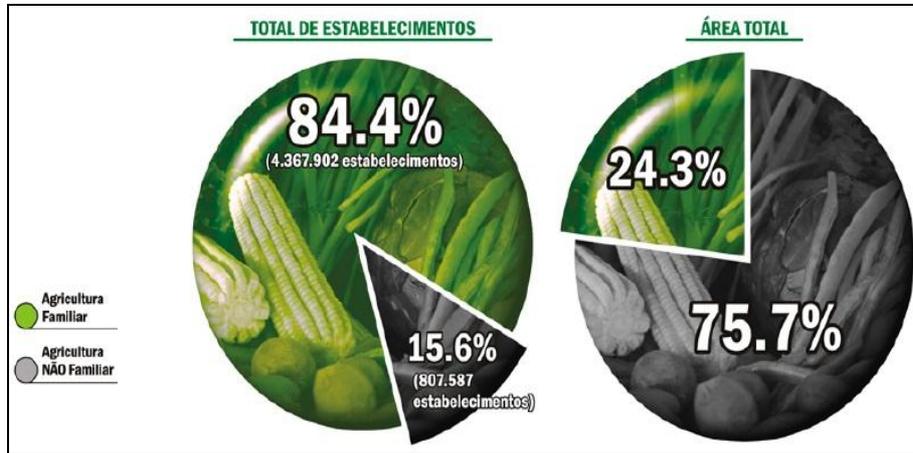
⁴⁴ Os estudos clássicos de Marx (1983) dentro do sistema capitalista o camponês, por não ter mais sua organização de trabalho familiar e a diversificação da produção para troca, o sistema de autossustentação desapareceria desaparecendo.

⁴⁵ LEI FEDERAL 11326/2006 **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>.

⁴⁶ É pequena a porcentagem de terras nas mãos dos pequenos produtores no país, mas estes são os responsáveis pelos principais produtos de nosso consumo diário: 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 16% da soja produzidos no Brasil. (Censo agropecuário, 2006).

84,4% dos estabelecimentos pertencem a essa categoria (Figura 11), que é a que mais emprega no campo (BRASIL, 2014).

Figura 11 – Estabelecimentos familiares e não familiares no Brasil



Fonte: Censo agropecuário, 2006.

O agricultor familiar é um pequeno produtor, mas um pequeno produtor não é necessariamente um produtor familiar. Para classificar o agricultor que é familiar, o governo delimita as especificações necessárias através da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Eis as especificações:

- I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (LEI FEDERAL 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

É pertinente destacar que a utilização do termo “pequeno” é apenas uma referência à classificação do tamanho da propriedade,⁴⁷ de forma que esta terminologia não deve ser entendida como pejorativa.

Assim, esta pode ser de 20 hectares, de 50 hectares ou mesmo de 100 hectares (Silva, 33). Para alguns autores, a simples discriminação por estrato de área é suficiente para demonstrar a relevância da participação da pequena produção na produção agropecuária. Contudo, este procedimento pode encobrir situações reveladoras, quer no sentido da participação significativa na produção de apenas uma pequena parcela

⁴⁷ Como já apresentado neste trabalho, relembro que o INCRA subdivide as propriedades em pequenas, médias e grandes. Através da Lei Federal 8629/93 vemos que as pequenas medem de 1 a 4 módulos fiscais, os médios proprietários detêm de 4 a 15 módulos fiscais e os grandes detêm propriedades com mais de 15 módulos fiscais. A decisão acerca do tamanho de cada módulo fiscal é municipal.

dos pequenos produtores, quer na constatação da extrema diversidade da produção familiar no agro brasileiro (LEITE, 1989/90, *apud* SILVA, 1981, p. 36).

Com os avanços da modernização da agricultura, o campo não é mais associado à ideia de atraso, mas sim à de tecnologia. Nesse sentido, é cada vez maior o surgimento de possibilidades de ampliação da qualidade de produção.

Os agricultores familiares, mesmo que ligados ao mercado capitalista e às modernizações do campo, apresentam sua base de trabalho composta pelos membros das suas famílias. No caso dos pequenos produtores canavieiros, no entanto, que constituem o objeto de estudo desta pesquisa, cabe observar que muitos não têm o núcleo de trabalho formado pela família, em virtude do sistema criado pela monocultura.

Um ponto essencial, nesta discussão que busca definir o agente produtivo constituído pelos pequenos produtores (fornecedores e arrendatários) de cana-de-açúcar, diz respeito ao manejo, mão-de-obra e uso de tecnologia na produção.

O que define quem faz o manejo da propriedade são as “possibilidades” desses agricultores. Como mostrou a pesquisa de campo, 60% dos canavieiros que são fornecedores executam seu próprio trabalho.⁴⁸ Em alguns desses casos, há trabalho familiar, pois irmãos ou “compadres”⁴⁹ trabalham junto.

Nesses casos de produção envolvendo parceria agrícola, vale destacar que muitos dos sócios são convidados por agricultores que não conseguem mais manejar o trabalho exigido pela agricultura. Assim, para resolverem esse tipo problema, os agricultores, muitas vezes, estabelecem acordos com seus familiares ou com conhecidos dos tempos em que viviam no campo para cultivar suas terras.

Portanto, um pequeno agricultor não é excluído do mercado e/ou da economia capitalista. Muito pelo contrário. Ele se adapta às necessidades exigidas para poder se integrar e produzir dentro desse sistema econômico, ou seja, ele procura maneiras para conseguir fazer parte das exigências do mercado. O objetivo é a sobrevivência do agricultor e, de alguma forma, também a sobrevivência da propriedade rural.

⁴⁸ Discutiremos mais sobre o manejo dos agricultores na subseção 2.3 (“O Perfil da propriedade: renda e produção”).

⁴⁹ Segundo o dicionário online de português, “compadre” é: O padrinho de alguém em relação aos seus pais; Os pais de quem foi batizado em relação à pessoa que o batizou; Pessoa muito querida com quem se mantém uma relação afetiva, de amizade; Modo com que se trata alguém amigo, um vizinho ou conhecidos; Pessoa com a qual se planeja, ou trama, algo contra alguém; Ardiloso; Pessoa que age com astúcia; Patinho; Urinol masculino em que o doente urina sem sair do leito. Adj. Brasil. Que é presunçoso; Que se vangloria de suas qualidades: era um comadre! Bonito; De boa aparência. (Etm. do latim: *compater.tris*). Disponível: <http://www.dicio.com.br/compadre/>

Assim, a mão-de-obra da pequena produção pode ou não ter origem familiar. No geral, produtores ligados aos cultivos de monocultura contam com a tecnologia e apoio de empresas, empreiteiras e/ou usinas, entre outros, mas isso não exclui a possibilidade de um agricultor de pequena produção canavieira manejar sua terra. Mais do que isso, ele pode procurar outras fontes de renda, para além da agricultura, ou aproximar-se mais das produções dos agricultores familiares.

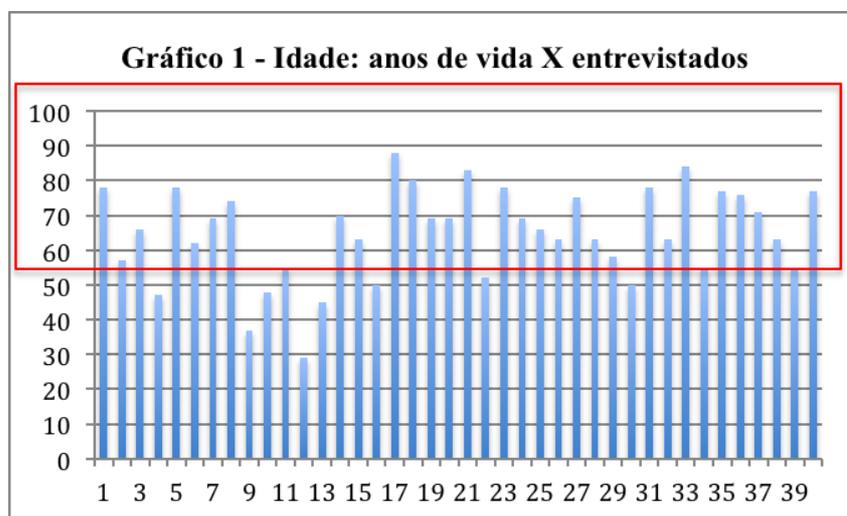
2.2 Faixa etária, escolaridade e moradia

A média da idade dos agricultores entrevistados é de 64,7 anos. O primeiro ponto a ser considerado, portanto, é que esse produtor caracteriza-se, em sua maioria, por uma idade avançada (Gráfico 1). As falas extraídas das entrevistas realizadas no trabalho de campo são emblemáticas nessa caracterização:

“Somente cana na minha propriedade, por quê? Porque eu hoje moro na cidade e tenho idade. No momento é cana, eu trabalhei muito com algodão, né? O que eu mais soube trabalhar foi algodão. A cana é melhor, né? Nem tem mais algodoeira por aqui, né? Sumiram todas as algodoieras daqui, no momento é cana mesmo. Tá difícil, né? Tá difícil porque hoje eu já tenho bastante idade, tá difícil porque a idade está avançada” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 3, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

“Por causa da idade. Já tô de idade, daí eu acho que não dá mais” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 11, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

O gráfico 1 mostra o alto índice de agricultores (participantes da pesquisa) que têm mais de 60 anos.



Legenda: Destaque para os entrevistados com mais de 60 anos.

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2014.

O envelhecimento da população vem sendo discutido em vários países, tanto nos desenvolvidos, quanto nos que estão em desenvolvimento, como o Brasil. Estudiosos do tema afirmam que, nos últimos 50 anos, foram muitas as mudanças sociais que refletiram no aumento da expectativa de vida. Em resumo, pode-se dizer que a ampliação dos avanços nas condições de saúde, profilaxias, medicamentos, entre vários outros acontecimentos, contribuiu para ampliar a expectativa de vida. O perfil estudado insere-se nessa caracterização.

As discussões vinculadas ao envelhecimento da população são normalmente ligadas à previdência social. Isso ocorre porque os idosos, cada vez mais, representam um alto número populacional. Soma-se à discussão a presença da queda da taxa de natalidade em vários países, que está ligada a diversos fatores, sendo um dos mais representativos a entrada da mulher no mercado de trabalho desde os anos 1970.

Com a diminuição da natalidade e o crescimento da expectativa de vida, o futuro da população economicamente ativa fica comprometido. Isso vem ocorrendo principalmente em países desenvolvidos, mas já pode ser notado também nos países em desenvolvimento.

O envelhecimento da população atualmente é uma realidade na maioria dos países em desenvolvimento e desenvolvidos (Morais et al., 2008). Este fato se deve principalmente pela conquista do século XX nas áreas de saúde e condições sanitárias, ou seja, melhorou o acesso das populações urbanas e rurais aos hospitais, tratamentos de saúde, vacinas, saneamento básico e outros benefícios. Portanto, é evidente que a melhoria da qualidade de vida da população irá refletir no aumento da expectativa de vida e que o envelhecimento da população traz desafios às políticas públicas e ao sistema de saúde dos países. Entretanto, quando se trata do meio rural temos que associar que o fenômeno de envelhecimento da população é acompanhado por outro, o êxodo dos jovens rurais para os centros urbanos. Estes dois fenômenos juntos trazem consigo o problema da reprodução social da agricultura familiar no campo, pois sem atrativos o jovem migra para as cidades, fazendo com a faixa etária da população no meio rural seja de pessoas acima de 40 anos (GODOY E PÉREZ, 2009, p.6).

No caso estudado, o envelhecimento da população é mais crítico. Ao consideramos as mudanças na sociedade brasileira “entre 1960 e 1980, o êxodo rural alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Poucos países conheceram movimentos migratórios tão intensos, quer se considere a proporção ou a quantidade absoluta da população rural atingida” (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1999, p.1).

O número de agricultores canavieiros que moram atualmente na área rural corresponde a 11 dos entrevistados, representando 27% do total. E os agricultores que nunca chegaram a morar na área rural são 3 dos entrevistados, 7,5% do total. Os 29 restantes vivem hoje na área urbana, sendo 72,5% do total.

Tabela 7: Agricultores canavieiros dos municípios de Jaboticabal e Araraquara – Idade X Local atual de moradia.

Local atual de moradia		Vivem na cidade	%	Vivem no campo	%
Idade					
Jaboticabal	Acima de 60 anos	13 entrevistados	32,5%	2 entrevistados	5%
	Abaixo de 60 anos	4 entrevistados	10%	1 entrevistados	2,5%
Araraquara	Acima de 60 anos	7 entrevistados	17,5%	5 entrevistados	12,5%
	Abaixo de 60 anos	5 entrevistados	12,5%	3 entrevistados	7,5%
Total			72,5%		27,5%

Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2014.

A maioria dos entrevistados com mais de 60 anos vive atualmente na sede dos municípios: em Jaboticabal, são 32,5% dos entrevistados, e, em Araraquara, 17,5%.

O dado que mais chama a atenção, nesse questionamento sobre o local de moradia do agricultor entrevistado, é que a maioria (77,5%) já viveu parte da vida no campo. Nesse ponto, os agricultores caracterizam-se como integrantes da realidade brasileira proveniente do êxodo rural, característica que endossa a hipótese de pesquisa segundo a qual o agricultor canavieiro tem um laço afetivo com a terra, uma vez que boa parte de sua história foi construída no meio rural.

Portanto, a ligação desses agricultores com a terra vai além de questões econômicas e agrícolas, pois esse vínculo envolve não apenas o produtor mas, sobretudo, o cidadão, que se vê como parte de uma “comunidade rural”. Alguns entrevistados lembram desse período de suas vidas:

“Cheguemos, que ano Lice, na cidade? (O entrevistado pergunta à sua mulher) ... Faz uns 25 mais ou menos. Ficamos só nós lá né? Saíram tudo mundo, a cana que jogou nós para a cidade” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 7, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

“Morei no sítio bastante tempo mesmo, fui nascido e criado, nascido e criado [...]. Eu saí do sítio porque, para dar estudo para as minhas filhas, senão não sairia também” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 3, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

“Nasci aqui, morei naquela casa ali 24 anos. Agora tô morando em Guarapiranga e meu pai aqui no sítio na inchada no pé de corta arroz, depois começou a cana, tinha que carrega caminhão de cana amarrado no feixo, na mão tinha que carregar, trabalhei muito... Sete ano de idade nós ia na escola depois nós trocava de roupa e ia colher algodão, naquele tempo era algodão, descalço... Ia na escola a pé, trabalhava até 7 anos, carpiá arroz, em 1951 que meu pai compro o primeiro trator, daí para frente começou mecanizar melhorou. Mais daí começou plantar cana e eu sofri porque o dono tem que pegar na frente, era três irmãos e três caminhões, um irmão em cada caminhão e eu que era fiscal e ajudava carregar, meus filhos cresceram que eu nem vi, minha mulher que tomo conta, cresceram, eu saia cedo e voltava de noite, às vezes chegava de noite tinha um com febre e precisava pegar carro... foi difícil (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 9, Araraquara, São Paulo, 2014).

Ao que parece, o vínculo entre o produtor e a terra experimenta um misto de afetividade e nostalgia, associado à dureza do trabalho ali depositado. Com o desinteresse que o meio rural vem sofrendo, ao longo dos anos, fica a dúvida sobre o posicionamento das futuras gerações em relação ao modo de vida experimentado por seus familiares mais velhos. Dos entrevistados, 92,5% têm filhos e 72,5% deles acreditam que os filhos não vão se desfazer da propriedade ao recebê-la como herança. É uma pergunta difícil de responder, pois as respostas apenas relatam percepções e desejos dos entrevistados.

Sobre a perspectiva dos jovens no meio rural, estudos têm mostrado não ser das mais fascinantes. O universo urbano fascina o imaginário dos jovens, apresentando um caminho com mais oportunidades. Brumer (2007), ao analisar o autor francês Patrick Champagne (1986), deixa claro que, “ao fazer a sua avaliação do modo de vida rural, os jovens comparam-no com o modo de vida urbano, o que os leva a considerar a agricultura de maneira mais negativa do que positiva.” Champagne (1986) continua:

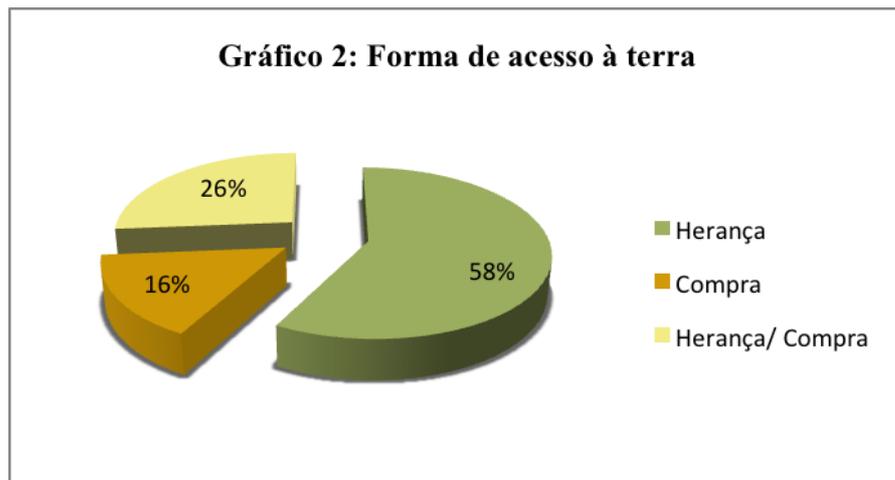
Entre os aspectos negativos, eles destacam a ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho. Eles mencionam ainda a atividade agrícola como penosa, dura, difícil, que submete os trabalhadores ao calor e ao frio e a posições de trabalho pouco confortáveis, assim como os rendimentos baixos, irregulares e aleatórios. Como positivo os jovens salientaram a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão (BRUMER, 2007, *apud* CHAMPAGNE, 1986, p. 84-5).

Essa temática é de suma importância para o desenvolvimento do meio rural, pois será através dos jovens que o trabalho agrícola se manterá na família ou deixará de ser feito por ela. Assim, a escolha em perguntar para o agricultor se ele conhece a intenção dos filhos para o futuro e se estes vão continuar mantendo a propriedade de terra, embora pareça subjetiva, à primeira vista, é, na verdade, fundamental para a compreensão do papel do jovem no espaço rural.

A identidade entre família e unidade de produção, típica do modelo produtivista e da família camponesa, é colocada em xeque com a prática de atividades não-agrícolas inaugurando um movimento contraditório onde a individualização da força de trabalho convive com o caráter unitário da economia doméstica. Essa nova forma de unidade familiar de produção agrícola se caracterizaria não mais pela organização coletiva (familiar) do trabalho e do consumo, mas pela capacidade de gerar coletivamente o capital econômico, social e cultural visando a reprodução biológica e social dos indivíduos (CARNEIRO, 1999, p. 17).

Desenvolver possibilidades de permanência nos municípios rurais, como agricultores e na posse de terra, é uma forma de reconstrução da identidade pós-rural e de reafirmação identitária também perante a família e a história.⁵⁰

Entre os produtores entrevistados nesta pesquisa, 58% tiveram acesso à posse de terra por meio de herança, 26%, por meio de herança e também por compra, e 16%, por meio de compra, exclusivamente, ou seja, não receberam qualquer herança (Gráfico 2).



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2014.

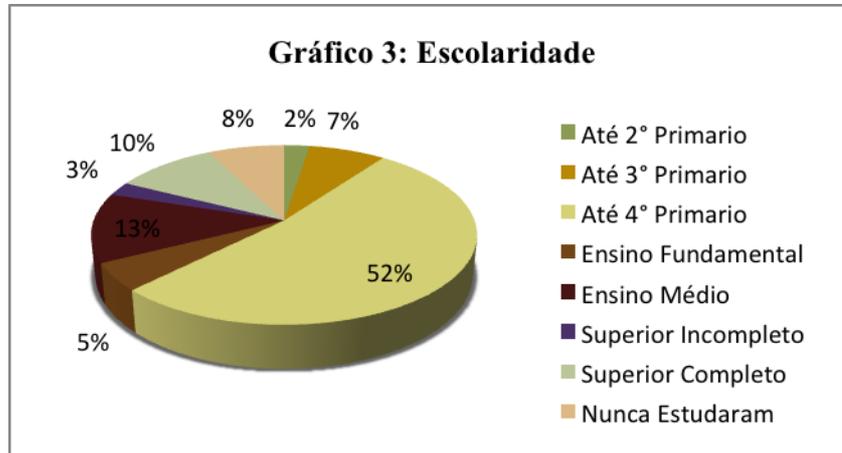
Importa referir que a região abordada neste estudo é fortemente marcada pela política de imigração do século XIX e pela posterior aquisição de pequena propriedade por parte dos imigrantes de 1º e 2º gerações. Boa parte das propriedades hoje em mãos de pequenos fornecedores e arrendatários corresponde a frações de heranças desses primeiros lotes.

Nesse período, as famílias rurais eram numerosas e valorizadas por representar braços para a lavoura. Embora esse quadro tenha se modificado, ainda é possível perceber alguns resquícios daquele momento. Os dados produzidos pela pesquisa de campo revelaram que 69% dos agricultores entrevistados não cursaram o ensino fundamental ou nunca tiveram acesso ao estudo formal.

Os entrevistados apontaram que tinham que trabalhar desde muito jovens e não poderiam estudar ou continuar frequentando a escola. É possível constatar, pois, que eles

⁵⁰ Cabe ressaltar a importância de se incentivar as políticas públicas e governamentais, pois são de extrema importância para realocar o homem em ligação direta com a terra. Essas iniciativas fazem crescer a possibilidade de desenvolvimento e fortalecimento do rural, ampliando empregos e provavelmente ajudando na redução da superpopulação de centros urbanos. Esse fenômeno levou ao surgimento de formas de vida sub-humanas, dentro das cidades, e se desenvolveu com a desigualdade e miséria social. Para aprofundar a questão, consultar “Planeta Favela”, do geógrafo Mike Davis (2006).

fazem parte do estilo de vida dos imigrantes e têm uma história ligada ao trabalho familiar junto a terra (Gráfico 3).



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2014.

Em suma, pode-se dizer que os dados produzidos por esta pesquisa de campo refletem a escolaridade média do meio rural brasileiro: “a escolaridade é muito baixa não só no grupo dos mais pobres, em que 35,7% dos adultos têm menos de um ano de estudo e 69,4% sequer completaram o antigo primário (1ª a 4ª série), como também no grupo intermediário, em que 29,2% não concluíram a 1ª série e 56% sequer terminaram a 4ª série” (NEY E HOFFMANN, 2009, p. 165).

2.3 O perfil da propriedade: renda e produção

Nesta subseção, caracterizamos o perfil da propriedade dos agentes estudados. No total, as propriedades analisadas apresentam, juntas, 23,5 ha, dos quais, aproximadamente, 20,9 ha estão destinados à plantação de cana; os outros 2,6 ha constituem pastagens, benfeitorias ou áreas de proteção permanente (APP).

O outro ponto considerado por esta pesquisa diz respeito à distância entre a propriedade e a sede do município. Verificamos que, nos dados deste trabalho, essa distância é, em média, de 13 Km. Além disso, cabe observar que, em todas as propriedades analisadas, a principal via de acesso à sede dos municípios é por asfalto; o que facilita o transporte da cana-de-açúcar até a usina de processamento. Essa medida não é fruto da casualidade, mas obedece a uma relação distância x custo, como explica a publicação da CNA/SENAR abaixo:

Usualmente, em tradicionais regiões produtoras de cana utiliza-se de uma distância econômica padrão da produção até a indústria, de 20 quilômetros. Esta distância é

determinada pelos altos custos de transporte da cana até a unidade industrial, sendo um dos fatores decisivos na rentabilidade da lavoura. Como exemplo: O produtor que tiver que deslocar a cana para ser processada em uma unidade industrial distante 50 Km de sua lavoura, terá um acréscimo no custo de produção de 13%. Já uma cana distante 5 Km da unidade industrial terá um custo inferior em 7% ao de uma lavoura distante 20 Km da unidade industrial (CNA/ SENAR, 2007, p.9).

Para esses agricultores, a renda da cana representa, em média, 65,5% do orçamento da renda familiar, do qual depende uma média de 2,8 pessoas. Portanto, dos agricultores entrevistados, 80% têm outra fonte de renda além da cana, ou seja, somente a cana não mantém o orçamento da maioria.

“Ah, o pequeno que planta cana, se ele não mudar de plantação vai morrer de fome. Hoje uma propriedade que só tem cana não consegue sobreviver. No passado aí com 4 ou 5 toneladas de cana você podia comprar até terra, hoje não dá nem para viver. Mas que nem eu tava falando para você, eu acho que mais uns 5 anos aí o pequeno acaba. Uma que os filhos foram tudo embora, estudou, um é medico e outro é não sei mais o quê, ninguém mais volta, a minha estudou e tá aqui, vamos ver se continua” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 13, Araraquara, São Paulo, 2014).

O quadro, portanto, é de diminuição dos ganhos com a cultura da cana e, ao mesmo tempo, de continuidade de relação com outras fontes de renda.

“Nós estamos assim, o pequeno produtor não vai mais aguentar só na cana, tá? Do jeito que tá indo, a usina tá judiando e subindo muito o custo, o custo tá lá em cima e eu não sei se vai, se nós vamos sobreviver. O que que eu faria hoje? Eu queria diversificar, mudar alguma coisa. Não sei se vai mudar alguma coisa. O pequeno proprietário, a usina tá matando a gente, não dá mais. E eles vão subir mais 15% o serviço deles e como a gente faz? A cana está abaixando e tá mais barato que eu vendi em 2006, e os custos estão em lá em cima. O pequeno tá, vou falar a verdade para você, ele está completamente desestimulado, a gente não tem mais condição de tocar. Vou falar a verdade, tá? A gente tá aqui porque não tem outra coisa para fazer, né? E você mudar de cultura é difícil. O problema também é que a nossa região é de monocultura, correto?” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 13, Araraquara, São Paulo, 2014).

Existem muitas famílias que dependem de outra renda além da renda agrícola. Essa maneira de equilibrar a renda é denominada de pluriatividade, ou seja, famílias pluriativas são aquelas que têm pessoas trabalhando tanto em atividades agrícolas quanto em atividades não-agrícolas. Em outras palavras, trata-se de famílias que complementam a renda familiar com outras atividades não-agrícolas.

Ainda em relação às famílias pluriativas:

Com uma estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos nos quais a sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso as atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho (BECKER, 2013, *apud* SCHNEIDER, 2001, p. 3).

Nesse sentido, as colocações de Delgado (1999) são providenciais para a discussão. O autor afirma que “em muitos casos, é a renda obtida das atividades não-agrícolas e/ou de transferências públicas (aposentadorias, pensões, etc.) que acaba viabilizando a manutenção do estabelecimento e da família rural” (DELGADO E CARDOSO JR, 1999, p.3).

Para Schneider (2009), foi através da divulgação dos dados do projeto Rurbano que esse aspecto da realidade brasileira se tornou explícito:

Produziram uma renovação na compreensão das características demográficas e ocupacionais do espaço rural no Brasil. Uma de suas principais contribuições foi a sedimentação da ideia de que o espaço rural deveria ser pensado para além da produção agrícola. Através das pesquisas do projeto Rurbano descobriu-se que houve um crescimento nas atividades não-agrícolas no rural e uma redução do número de ativos (PEA) ocupados em atividades agrícolas (SCHNEIDER, 2009, p.2).

A cana-de-açúcar compreende parte da pluriatividade na agricultura paulista. Por ser considerada uma cultura de fácil manejo, já que não necessita de um trabalho diário para seu cultivo, os agricultores têm a possibilidade de dedicar-se a outras atividades, agrícolas ou não.

A pesquisa de campo revelou que 60% dos entrevistados são fornecedores de cana e que são eles mesmos os responsáveis pelo manejo de sua produção. Muitos complementam a renda familiar com o salário de suas esposas e filhos. Alguns deles cultivam em sistemas de parceria, produzindo cereais durante a entressafra da cana. Para Balsadi (2001):

a agricultura em tempo parcial e a pluriatividade promovem uma articulação entre a agricultura e os demais setores econômicos, num contexto territorial que já foi agrícola e rural, passando cada vez mais a ser caracterizado pela presença de diversos ramos de atividade (BALSADI, 2001, p.159).

Na área rural, especificamente, a “saída” para a população residente foi encontrar ocupações fora da agricultura, no próprio campo ou nas cidades. Esse movimento ganhou tal magnitude no Estado que, no final dos anos 90, mais de 50% da população economicamente ativa (PEA) com residência rural ocupava-se em atividades não-agrícolas (569 mil pessoas, em 1998). No período 1992-97, houve uma inversão a favor das ocupações não-agrícolas, em detrimento das agrícolas, culminando com a maior ocupação dos residentes rurais nos mais diversos ramos da atividade econômica (BALSADI, 2000, *apud* BALSADI, 2001, p.155).

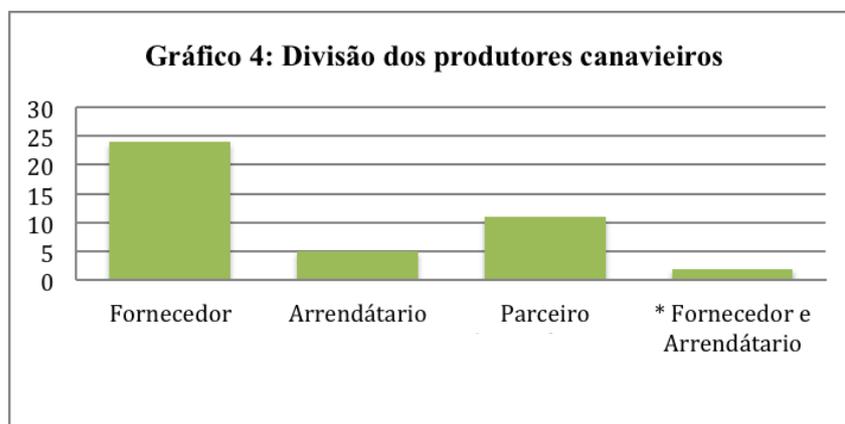
Deve-se levar em conta que ambas as rendas se complementam para a manutenção do agricultor e até mesmo para a manutenção da propriedade. Essas rendas, que fazem parte do cotidiano familiar dos agricultores entrevistados, são usadas para a compra de implementos e de defensivos agrícolas ou para a contratação de mão-de-obra.

As fontes de renda das famílias são múltiplas, e a agricultura é apenas uma delas, em muitos casos, nem sequer a mais importante. O fundamental a destacar aqui é que, com a liberação da mão-de-obra familiar para as atividades não-agrícolas, muitos dos antigos membros familiares não-remunerados acabam ocupando-se na condição de empregados. Isso ocorreu no Estado de São Paulo nos anos 90, quando houve uma redução de quase 50% no número de membros familiares ocupados na agricultura e residentes no meio rural, os quais engrossaram as fileiras dos empregados não-agrícolas, categoria mais significativa da PEA rural não-agrícola (BALSADI, 2000, *apud* BALSADI, 2001, p.160).

Em suma, mesmo que não seja oriunda apenas da propriedade ou da produção agrícola, essa renda extra dos agricultores é complementar; o que nos permite caracterizar esses produtores como agentes pluriativos na agricultura.

Para classificar os agricultores entrevistados de acordo com seu perfil produtivo, ou seja, como fornecedores, arrendatários ou parceiros, é importante primeiramente pensar como é feito o manejo: a forma como é realizado e quem o realiza têm importância para a organização econômica da propriedade. Esse tipo de informação é fundamental para esclarecer o tipo de vínculo que liga o proprietário à propriedade e à produção, servindo também para compreendermos qual é o relacionamento que o produtor canavieiro estabelece com a usina e com o trabalho no campo.

No que diz respeito aos dados deste trabalho, especificamente, verificamos que, dos agricultores entrevistados, 60% são fornecedores, 27,5%, parceiros, e 12,5%, arrendatários (Gráfico 4).



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2014.

O principal argumento fornecido pelos entrevistados, quando inquiridos sobre a preferência em ser fornecedor, foi o da maior rentabilidade⁵¹ gerada por esse tipo de função, já que o fornecedor produz e vende a cana para uma usina (CNA/ SENAR, 2007). O manejo é feito pelo proprietário, sendo que a usina se encarrega do Corte, Carregamento e Transporte da cana (CCT) e/ou do período de plantio da cana, que exige grande número de trabalhadores. É perceptível isso através da fala dos entrevistados:

“Sou fornecedor porque nossa terra é pouca. Se for arrendar num mantém a família, e como a gente já tem trator e tudo os implementos guardados, ainda consegue tocar. Se for plantar cana e pagar pro cara fazer isso, aí não compensa, aí compensa arrendar... Nós foi adquirindo trator, máquinas, devagarzinho. E aí a gente tem tudo, daí ficou mais fácil trabalhar. Agora, a colheita é a usina que faz” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 9, Araraquara, São Paulo, 2014).

“Nem compara arrendar, você recebe 20 por cento. Fornecedor, você recebe 80%, só que tem que trabalhar, né? Tem que ter trator, implemento. Eu faço tudo lá, deixo pronto, vendo só a cana em pé para usina?” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 4, Araraquara, São Paulo, 2014).

Os parceiros⁵² aparecem como produtores canavieiros flexíveis⁵³ e conseguem resolver alguns entraves do manejo da cana. O mais interessante, na relação entre os parceiros, é a adaptação perante o problema da falta de mão-de-obra no campo, além da articulação que realizam para conseguir um maior lucro dos arrendatários.

Em alguns casos, os agricultores têm dificuldades por conta da idade avançada; em outros, pela falta de empregados; em outros, ainda, pela escassez dos implementos e maquinários, entre outras situações. Independentemente dos motivos, para alguns, é difícil cuidar da propriedade. Os parceiros entram em acordo e tornam possível o manejo da propriedade sem necessidade de arrendar diretamente à usina.

⁵¹ O produtor deverá estar bem atento para não ter prejuízo nos contratos realizados pelo fornecimento da cana, pois os valores estipulados também dependem da quantidade e da qualidade da matéria-prima. O cálculo é bem simples. Por exemplo: o produtor que entregar 100 toneladas de cana-de-açúcar, com qualidade em ATR de 150 Kg/t, multiplicará 100 t. x 150 Kg/t = 15.000 Kg de ATR. Supondo-se que o valor do Kg do ATR é de R\$ 0,26/Kg, teremos: 15.000 Kg x R\$ 0,26/Kg, resultando: R\$ 3.900,00 (CNA/ SENAR, 2007).

⁵² Segundo a definição da cartilha da CNA/ SENAR (2007), a parceria agrícola é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso específico de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa, vegetal ou mista; e/ou lhe entrega animais para cria, recria, invernagem, engorda ou extração de matérias-primas de origem animal, mediante partilha de riscos: 1. Do caso fortuito e da força maior do empreendimento rural. 2. Dos frutos, produtos ou lucros havidos nas proporções que estipularem, observados os limites percentuais da lei. 3. E variações de preço dos frutos obtidos na exploração do empreendimento rural (CNA/ SENAR, 2007).

⁵³ Arrendatário/ Parceiro: No arrendamento rural, há a fixação de um preço certo, entre o arrendador e o arrendatário, em quantia fixa em dinheiro. Na parceria agrícola, não há fixação de um preço certo, mas a partilha dos frutos conforme estipulado no contrato entre o parceiro-outorgante e o parceiro-outorgado. (CNA/ SENAR, 2007.)

Os parceiros “são aqueles que cedem o uso do imóvel rural com participação nos lucros e prejuízos da atividade” (CNA/ SENAR, 2007, p.10). Em outras palavras, o parceiro não arrenda sua terra para a usina, mas arrenda seu imóvel rural para terceiros que executam o ano agrícola. No final, os lucros são divididos como forma de pagamento pelo aluguel da terra.⁵⁴

Já no caso dos arrendatários, os agricultores entrevistados indicaram alguns dos pontos que os levaram a escolher essa função: em primeiro lugar, a falta de implementos próprios para manejar a terra; em segundo lugar, a maior rentabilidade (arrendar é mais rentável do que ser fornecedor); em terceiro lugar, a falta de mão-de-obra disponível; e, por último, a questão da idade avançada.

Dois dos entrevistados (5%) declararam ser, ao mesmo tempo, fornecedor de cana e arrendatário. Abaixo estão as justificativas que eles apresentaram por pertencerem às duas categorias:

“Aqui tem as duas coisas. Hoje se fosse tudo da minha propriedade para fornecedor seria ruim. Hoje em questão de renda é melhor ser arrendatário que fornecedor... E um pouco divido as categorias para não desfazer de maquinário, implemento, mais financeiramente não é viável em hipótese alguma... A cana não se paga hoje, é tudo muito caro, fazer plantio é muito caro. Para não ficar tudo uma coisa só, só fornecedor seria ruim, mais hoje arrendatário é melhor” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 10, Araraquara, São Paulo, 2014).

“Interesse de se manter na vida, de crescer, porque a propriedade é pouca, então tem que arrendar e fornecer” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 20, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

Em relação ao manejo da propriedade, em 60 % dos casos, é feito pelos próprios agricultores; os outros 40% terceirizam o serviço.

Sobre o assalariamento sazonal ou temporário, 85% dos entrevistados classificaram-no como difícil, ao passo que 15% responderam que é fácil encontrar empregados.

“Com certeza, não acha ninguém. Hoje o pessoal só que saber de serviço fácil, computador é moleza, ninguém quer pegar no serviço difícil. Foi plantar uma área de seis alqueires meu e do meu vizinhos, não conseguimos arrumar uma pessoa, ficamos nós mesmo lá plantando um mês. Procurava gente, pagava comida, não tem

⁵⁴ Essa prática é comum também nas “entressafras” da cana-de-açúcar, pois a terra, após um certo período de cortes de cana, necessita de rotação de culturas. Essa é uma prática de descanso da terra, necessária para que não haja quedas na produção e esgotamento do solo. Normalmente, faz-se essa rotação com cereais ou leguminosas. Se o fornecedor não dispõe de maquinário e mão-de-obra necessária para essa prática, negocia com parceiros para que se execute a rotação de culturas naquele período, ou a usina também trabalha com fornecedores que arrendam as terras e necessitam de rotação de cultura na entressafra da cana. É importante ressaltar que normalmente esses contratos de parceria são firmados apenas oralmente entre os agricultores, fixando-se um número de sacas pelo valor do produto plantado. Artigos 92 a 96 da Lei 4.504/65; Lei 11.443/07; Decreto 59.566/66; Código Civil de 2002.

mais gente que quer trabalhar” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 4, Araraquara, São Paulo, 2014).

“Empregado não quer saber não, tá bem difícil, não tem mais. Não tem mais corte manual porque não tem mais gente que quer trabalhar não, é tudo mecanizado. O que não for mecanizado você não planta que você não colhe” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 9, Araraquara, São Paulo, 2014).

“Não é que tá difícil (encontrar empregado), o sistema que é a burocracia não deixa mais nós ter empregados”. (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 6, Araraquara, São Paulo, 2014).

A dificuldade em encontrar trabalhadores para a agricultura acontece desde o êxodo rural dos anos 1970. Com as possibilidades mais atrativas da cidade, o trabalhador prefere um emprego com mais regularidades e melhores condições de trabalho.

A modernização e mecanização do campo trouxeram a necessidade de um novo perfil de trabalhador, mais qualificado e mais bem remunerado. “O uso da mecanização levou trabalhadores permanentes a serem dispensados porque não eram mais necessários o ano todo e também sua dispensa liberava o proprietário de pagamentos de encargos sociais” (BALSAN, 2006, p.137). Além disso,

o processo de modernização levou um grande número de agricultores à decadência: forçou grande parte da força de trabalho rural a se favelizar nas periferias urbanas; e fez aumentar o número de pobres rurais, elevando a níveis insuportáveis a violência, a destruição ambiental e a criminalidade (BALSAN, 2006, *apud* VEIGA, 2000, p.133).

Os muitos agricultores que relataram a dificuldade de encontrar trabalhadores temporários, retratam um dos principais empecilhos para o manejo da terra que eleva a probabilidade de alienação da propriedade.

A colheita da cana, durante muitos anos, foi vinculada à necessidade de mão-de-obra para o corte, hoje esse contexto vem mudando devido a mecanização da produção. Quando feito manualmente, o corte de cana-de-açúcar, era antecedido pela queima da palha. Nesse contexto:

A expansão do setor significou um grande incremento no uso de mão-de-obra ocupada sazonalmente nos períodos de safra da cana, resultando inclusive em “importação” de trabalhadores de outros estados. Ocorre que, a partir do final do século XX, esse contexto começa a mudar em função da introdução de processos mecanizados de corte e também de exigências ambientais em relação as queimadas (CANO E VERGÍNIO, 2010, *apud* VEIGA FILHO, 1998, p. 3).

O trabalho, em sua maioria, era manual e causador de vários problemas, tais como a exploração de trabalho e a precarização da situação dos trabalhadores, entre outras questões.

O cortador de cana pode ser comparado a um atleta corredor fundista, de longas distâncias, e não a um corredor velocista, de curtas distâncias. Os trabalhadores com maior produtividade não são necessariamente os que tem maior massa muscular, tão necessária aos velocistas; para os fundistas, é necessário ter maior resistência física para a realização de uma atividade repetitiva e exaustiva, realizada a céu aberto, sob o sol, na presença de fuligem, poeira e fumaça, por um período que varia entre 8 e 12 horas (ALVES, 2006, p. 94).

Outro ponto questionado, sobre a queima da cana, é a questão ambiental:

“A pressão da sociedade pelo fim da prática das queimadas nos canaviais, pois são diversos os problemas respiratórios causados principalmente por compostos orgânicos gerados na combustão da palha: além dos principais gases emitidos com a queima, como o monóxido de carbono (CO) e dióxido de carbono (CO₂), existem outros que, produzidos em excesso, atingem de maneira negativa o meio ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida das pessoas (CANO E VERGINIO, 2010, p. 4).

Com a alta insatisfação da população do Estado de São Paulo, em relação à queima da cana na palha, o governo foi impulsionado a determinar que as usinas e destilarias de cana cumprissem um “Plano de Eliminação de Queimadas”, de acordo com o Art. 2 da Lei 11.241, de 19 de setembro de 2002.⁵⁵

Não faz muito tempo, a indústria canavieira brasileira dependia exclusivamente da mão-de-obra manual para realizar a colheita da cana-de-açúcar. De 2006 para cá, a colheita passou por uma profunda reformulação que ocorreu de forma acelerada no estado de São Paulo, maior produtor do país, graças ao Protocolo Agroambiental do Setor Suco energético. Hoje, 83% das áreas destinadas à cultura da cana são colhidas com máquinas, sem o uso do fogo (UNICA, 2014).

Em consequência dessa medida vigente desde 2002, a pesquisa de campo mostrou que a colheita do último ano agrícola foi realizada, em 45% das propriedades, de forma mecanizada; o corte manual da cana foi feito em 40% das propriedades; e, em 15% das propriedades, ocorreram os dois tipos de colheita.

“É que agora, esses últimos dois anos tá uma época difícil, desde a colheiteira, né? Não tem mais como tocar a propriedade por causa das colheiteiras, elas entram na propriedade e elas acabam com a propriedade. Dois, três anos você tem que rancar

⁵⁵ LEI N. 11.241, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002: Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. Disponível em: http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/24/Documentos/Lei%20Estadual_11241_2002.pdf

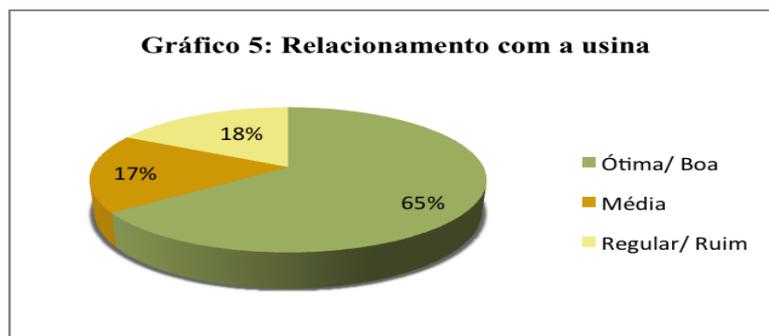
tudo e plantar de novo, no facão era sete oito, nove, dez cortes a cana tava perfeita” PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 4, Araraquara, São Paulo, 2014).

“A colhedora faz bem o serviço. O cara que tá lá que não faz o serviço certo, ele briga com a esposa, vem brabo e caba com tudo. Daí você vai falar para o cara que tá estragando e ele fica mais bravo ainda, estraga mais ainda [...].Tem outro problema, a cana tão desenvolvendo variedade para cada vez produzir mais e com maior sacarose e essas variedades de cana com esse tempo louco que nós tamo, aí dificilmente ficam em pé para a maquina colher, ela tomba, né? Então o cortador vem ali e ela tá tombada, e corta a cana e não mexe com o toco, corta na colhedeira. Agora a máquina não. A máquina, para cortar, ela tem que trazer na reta e ela estoura a soqueira, tem que trabalhar em uma cana reta” PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 9, Araraquara, São Paulo, 2014).

As principais reclamações sobre a colheita, principalmente no município de Araraquara, estão relacionadas à depredação que a colhedora faz na soqueira⁵⁶ da cana. A colheita mecanizada, segundo os agricultores, dificulta a obtenção de mais cortes da cana, diminuindo, assim, o prazo para replantar a cana e fazer rotação de culturas, o que encarece a produção.⁵⁷

2.4 Propriedade e produtor: “produção” para além da cana

O relacionamento do produtor com as usinas de processamento, no total dos municípios, foi classificado, em 65% das entrevistas, como ótimo ou bom. Para 17% dos entrevistados, a relação foi classificada como média; e 18% classificaram-na como regular ou ruim (Gráfico 5).



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2014.

⁵⁶ A cana-de-açúcar é uma cultura semiperene, pois, após o plantio, ela pode ser cortada várias vezes antes de ser replantada. Seu ciclo produtivo é, em média, de seis anos com cinco cortes. Após o primeiro corte, que corresponde à chamada cana-planta, o canavial é colhido em média mais quatro vezes (cana-soca), a partir da rebrota da cana cortada (soqueira). Disponível em: <http://www.novacana.com/cana/aspectos-plantio-cana-de-acucar/>

⁵⁷ Após a última colheita do canavial, a terra fica vários meses descansando ou recebe uma cultura de rotação de amendoim, soja, girassol ou algum vegetal que ajude a nitrogenar o solo. Nesse caso, a produtividade do primeiro corte é muito mais alta, mas haverá um espaço de cerca de dois anos entre o último corte do ciclo anterior e o primeiro corte do novo ciclo. Disponível em: <http://www.novacana.com/cana/aspectos-plantio-cana-de-acucar/>

É importante separarmos os municípios para entendermos melhor o relacionamento dos agricultores com as usinas. No município de Araraquara, vários agricultores relataram dificuldades de relacionamento com a usina. Ao menos 13 dos entrevistados do município, ou seja, 65%, classificaram o relacionamento com as usinas da região como médio ou ruim. Já no município de Jaboticabal, 18 dos entrevistados afirmaram que o relacionamento com as usinas da região é ótimo ou bom. As falas a seguir demonstram as diferenças entre os municípios:

“Boa, com certeza sempre atenciosos. Eles ajudaram uma época agente a melhorar a renda da família, trabalhando de outra forma junto com a usina. Entendeu como parceiro, quando o meu pai começou a procurar algumas pessoas para entregar cana lá. Daí o meu pai ganhava uma comissão, porque eles tavam começando a região, aqui eles não tinham quase cana, nós fomos uns dos primeiros. Então meu pai trabalhou como parceiro e ganha uma comissão” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 2, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

“Agora, tá meio difícil viu? De primeiro era com o patrão mesmo, agora não é com o patrão que a gente conversa” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 1, Araraquara, São Paulo, 2014).

“Nós fornecedor somos um número para eles, não somos fornecedores, somos um numero que entrega cana lá. E eles querem fazer a turma de escravo, paga o que quer, faz o que quer, corta a hora que quer” (PESQUISA DE CAMPO, – entrevistado 11, Araraquara, São Paulo, 2014).

Dos agricultores entrevistados, 77% participam de cooperativas, associações ou sindicatos. É interessante ressaltar que a maioria desses produtores cria uma sociabilidade entre si, principalmente quando convivem em associações, sindicatos, ou até nas usinas, pois cria-se uma rede de comunicação e identificação entre os produtores e os espaços frequentados por eles.

Identifica-se como característica da contemporaneidade não apenas a mobilidade espacial, mas, sobretudo, a simbólica que se expressa pela capacidade do indivíduo de mover-se entre vários universos culturais em diferentes escalas espaço temporais, e de lidar com um amplo repertório de material simbólico – matéria prima para a construção ou redefinição de identidades sociais. A coexistência desses diferentes códigos simbólicos – em um mesmo grupo, indivíduo ou localidade – distingue o cenário social das sociedades contemporâneas. Os indivíduos não pertencem mais a um só grupo ou localidade e, portanto, não têm mais uma única identidade distintiva e coerente (FROEHLICH, 2002, p. 1-2).

Esses espaços passam a ser importantes lugares de trocas, informações e formação da identidade dos produtores canavieiros. A sociabilidade presente na relação entre cooperativas, associações e sindicatos é uma ligação mais relacionada aos interesses econômicos, especificamente.

A sociabilidade é entendida como processo dinâmico de relações de interação construtivas da comunidade, da vida em família e da rede de vizinhança e parentesco, criando uma esfera específica de existência. Simmel (1983) define as inter-relações como sociabilidades enquanto formas autônomas ou lúdicas da socialização que têm existência própria, sem interações objetivas, conteúdos e resultados exteriores; é um jogo vazio, a finalidade e a matéria de sua própria existência. Quando falamos em sociabilidade nos referimos ao vínculo social e relacional do indivíduo e da sua família, e desses com grupos sociais no lugar/ local e no processo social envolvente. As formas de socialização passam pela dinâmica da redefinição das múltiplas interações entre os indivíduos (ROSAS, 2007, p. 190).

Antônio Cândido (1964), no livro “Os parceiros do Rio Bonito”, trabalhou com uma ideia de sociabilidade do agricultor que se aproximava mais do perfil do camponês. Essa sociabilidade é consequência dos modos de vida que o caipira levava, a ponto de “podermos dizer que as sociedades se caracterizam, antes de mais nada, pela natureza das necessidades de seus grupos, e os recursos de que dispõem para satisfazê-las” (CANDIDO, 1964, p. 9). A ideia da sociabilidade que criava uma reciprocidade entre os agricultores mudou junto com o êxodo rural. É importante observar que essa mudança não significa o desaparecimento total da sociabilidade, mas sim a sua transformação.

A sociabilidade de que fala Antônio Cândido (1964) atualmente é mais influenciada pelos interesses econômicos, pois são eles que despertam nos agricultores o desejo de integrar uma cooperativa ou associação. A questão econômica passou a ter centralidade, ocupando um lugar de interesse para aqueles que viviam, até então, pautados por uma sociabilidade resultante, especialmente, das necessidades criadas pelo modo de vida rural. Ali eram compartilhados os dias de trabalho e os alimentos, a partir de relações entre pequenos grupos que se ajudavam e criavam laços próximos ao de parentesco. (CANDIDO, 1964, p.9).

Mesmo que o perfil da sociabilidade e do modo de viver camponês tenham mudado, ainda é a interação entre os agricultores canavieiros que torna possível visualizar o perfil desses produtores enquanto agentes produtivos, uma vez que é extremamente necessário que os agricultores canavieiros mantenham-se próximos, discutindo seus interesses.

Uma outra ideia sobre o pequeno produtor canavieiro é a de que ele tenha se afastado do meio rural. Assim, pelo fato de o agricultor não habitar mais o ambiente rural, ele teria se desvinculado de tudo o que está ligado àquele ambiente, ou do seu histórico de vida. O que também condiz com essa ideia sobre a preponderância da produção de cana-de-açúcar: o fato de ser um cultivo ligado a uma empresa de monocultura teria ajudado a afastar os agricultores da necessidade diária de ir para o campo ou de manter uma relação mais contínua com a terra.

A pesquisa de campo mostrou que não é o fato de o pequeno produtor canavieiro não viver mais no meio rural que o afastou desse ambiente. As entrevistas produziram dados que

mostram que, em 47% das propriedades rurais, existe outro tipo de produção particular além da cana-de-açúcar, como pomar, horta, gado, galinhas etc. (Gráfico 6).



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2014.

A situação investigada mostra que os pequenos produtores, há anos, procuram manter o vínculo com suas origens e história, como pode ser percebido no seguinte dado: mais da metade das propriedades, 65% do total, possuem benfeitorias como casa, barracão, paiol etc.

“Tem a casa do caseiro, tem barracão de trator, tem chiqueiro de porco, tem horta” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 14, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

“Tinha mais destruiu. Não tem mais empregado, ninguém mora mais lá, ninguém quer ir lá, nem dando de graça ninguém vai” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 20, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

Ainda sobre a questão do vínculo do produtor com a terra e com o ambiente rural, ao perguntar se o produtor tem uma ligação afetiva ou de reciprocidade com a terra, para além da relação econômica, 37 dos entrevistados – o que corresponde a 92% – responderam que sim, que gostam da terra e que sentem afetividade pelo que fazem.⁵⁸

“A terra significa o meu viver, porque além do meu viver eu tocava arrendamento por fora, outras terras para poder manter a família” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 3, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

⁵⁸ É interessante notar que, das três respostas negativas dos agricultores sem afetividade pela terra, nenhuma delas provém de um arrendatário, ou seja, de alguém que arrenda a terra independentemente do que é produzido ou que tem pouco contato. Dois produtores são fornecedores e um é parceiro. Esse dado leva-nos a repensar certos (pre)conceitos, já que, normalmente, somos propensos a pensar que os arrendatários são mais distantes da sua propriedade.

“Ah, sem dúvida, né? Também afetiva, né? Quase mais afetiva do que financeira, porque claro você vive daqui...” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 10, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

“Gosto muito, eu acredito na terra, isso aqui não produz nada não, ô (se referindo ao asfalto)... a cidade não dá nada” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 17, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

Quando questionados se já pensaram em vender suas propriedades, a maioria – 36 entrevistados: o que significa 90% – disse que não pensou em vender, nem venderia. E, ainda, 34 agricultores – 85% – declararam um interesse em comprar mais terras.

“Para você entender um pouco, se você vende uma propriedade dessa, a não ser que você tenha um negócio muito bom para se fazer, se for para você pegar o dinheiro daqui e investir o dinheiro em outra coisa. Porque para você pegar o dinheiro e vender e colocar o dinheiro no bolso, não... aí não... Se você me perguntasse da seguinte maneira, entre a terra, o valor da terra vale x, uma fazenda dessa e o dinheiro no banco, eu preferia a terra, não o dinheiro no banco. Porque dinheiro é papel, se você não souber mexer com ele vai embora. Isso aqui (a terra), daqui 200 anos vai ter alguém ganhando dinheiro nessa terra. Não sei se vai ser tataraneto, o que vai ser quando ficar para minhas filhas ou netos, o que vai virar. Alguém vai ser dono de isso aqui, alguém vai usufruir da terra, ela vai dar um retorno, isso aqui não tem idade, terra não tem idade, então daqui 100 anos alguém vai estar aqui ganhando dinheiro. Aqui, ali ou em qualquer lugar da terra. Então, por isso, é uma coisa que não fabrica, igual um carro. Ela tá ali, a terra não se fabrica a terra. Então, fosse se desfazer de um negócio dele, depois você não consegue comprar. Daqui a 50 anos atrás era terra, era isso ou o era de ser alguém tava ganhando dinheiro com isso, e daqui mais 100 anos terá alguém usufruindo dela, então é uma coisa que você tem que pensar muito, muito, para se desfazer, cê entendeu? Eu conheci muita gente que muitos anos atrás venderam terra, cabou em nada. Se não pegar em nada, se não pegar o dinheiro e investir certinho, saber, é preferível terra. Pode até não dar em nada, você fala: mas eu não estou tendo lucro. Tudo bem, se não tá tendo lucro mas esta lá, ninguém vem tomar, não perde, não tem idade, é um patrimônio para você pensar muito. Apesar dos pesares de não tá vendo bem a lavoura, você já ouviu isso, né? Está péssimo, horrível, para se trabalhar muito difícil, muito, todo ano você vem diminuindo a fatia do lucro, tá no limite. Hoje, do jeito que está, é quase impossível, muito difícil, foi muito melhor” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 10, Araraquara, São Paulo, 2014).

A produção canavieira apresenta uma forma de ligação com a renda da terra, pois ela se traduz na permanência do homem como proprietário da terra, e não necessariamente no homem que permanece no espaço rural. Independentemente da agricultura produzir cana-de-açúcar ou qualquer outra cultura, o pequeno produtor se sente fortemente ligado à terra. Trata-se, no entanto, de um novo tipo de ligação com a terra e com o rural, havendo também novas formas de sociabilidade e de relação com a ruralidade de uma forma geral.⁵⁹ Mesmo assim, há

⁵⁹ É válido ressaltar a necessidade de se repensar alternativas para esse pequeno produtor canavieiro, que está muito dependente do nicho de mercado onde se encontra. Do mesmo modo que políticas públicas aparecem para fortalecer a agricultura familiar, o governo deve inserir e intensificar novos estímulos para ampliar a renda dos pequenos produtores. Não se trata apenas de fazer crescer a renda, mas sim de aumentar a autonomia desse

que se considerar que a propriedade da terra e seu arrendamento, na forma de “renda da terra”, constituem uma fonte de renda segura, que pode não ser suficiente, mas integra a renda definidora desse novo perfil de produtor, tão comum no interior do Estado de São Paulo.

A média de tempo em que esses produtores plantam cana, em anos, é de 24,5. Eles sabem, pois apontaram, que uma crise no setor canavieiro afeta-os primeiramente, já que eles são o ponto mais fraco dessa cadeia.

Desde o ano de 2012, o setor vem sofrendo alguns problemas econômicos:

O endividamento do setor sucroalcooleiro do Centro-Sul chegou a R\$ 48 bilhões na safra 2011/2012 e deve continuar aumentando, segundo estudo divulgado em agosto pelo Itaú BBA. De acordo com os dados da análise, a dívida cresceu R\$ 5 bilhões no último ano e deve chegar a uma situação de “fundo do poço”, em março de 2014. As principais razões para o déficit são o aumento de custo de produção, em função da quebra da safra de cana-de-açúcar, falta de competitividade do etanol e investimentos tardios na recuperação de canaviais e mecanização (NOVACANA, 2012).

Segundo dados divulgados pela revista “Época”⁶⁰ (2014), já foram fechadas 82 usinas no Brasil:

As principais queixas do setor estão relacionadas à perda de competitividade do etanol em relação à gasolina, cujos preços estão congelados. O etanol sofre um tabelamento informal em relação à gasolina. Ele só é economicamente vantajoso para os consumidores quando é vendido por, no mínimo, 30% menos que a gasolina (PATURY, 2014).

A crise sentida pelas usinas, que é causadora de demissões e fechamentos, também reflete nos produtores, sobretudo nos pequenos, que são totalmente dependentes dessa cultura. Nesse caso, os pequenos produtores ficam “sem saída” para se sustentar, e muitos acabam se endividando para conseguir continuar a produção:

“Num é que era mais barato ter cana antigamente... antigamente o óleo diesel era bem mais barato. Para você ter uma ideia, em 94, uma tonelada de cana era 17,50 reais, livre do corte e do carregamento. O óleo diesel era 40 centavos o litro. Divide para você ver o quanto comprava de diesel com uma tonelada de cana. Hoje a cana é

agricultor perante as dependências do mercado canavieiro. Seria interessante expandir cursos e palestras junto às Casas de Agricultura, cooperativas, CATI, sindicatos, associações, enfim, todos os órgãos ligados ao rural, para mostrar a esses agricultores alternativas de desenvolvimento de renda e os estimular a não ficarem tão dependentes de apenas uma cultura. Dentre as possibilidades que o “Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento” oferecem, através da “Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF), estão diversos programas criados para estender o desenvolvimento rural no Brasil. Para saber mais dos programas do MAPA, acesse: <http://www.Mda.gov.br/sitemda/pagina/programas#sthash.WqFDxW2r.dpuf>.

⁶⁰ Disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/felipe-patury/noticia/2014/11/ja-sao-b82-usinas-de-alcool-fechadasb-por-cao-da-cao-do-setor.html>

35, livre do corte e carregamento, e você compra um terço do óleo diesel que você comprava e é a base da cana. Agora, você vem falar para mim que cana é combustível. Quanto gasta de diesel para produzir um litro de álcool? Gasta 300 ml de diesel para produzir 1 litro de álcool, compensa fazer isso? Como combustível, não é uma energia limpa, porque consome 300 ml de diesel para produzir um litro de álcool, desde o plantio até terminar ela, que leva até a distribuidora. É essa média de diesel para produzir. A cana deveria ser um alimento, né? Não combustível. É que envolve muitas coisas, parte de indústria de caminhão, máquina, emprego, mão-de-obra, daí vem pecas, tudo que corre em cima. Na verdade, a gente está voltando lá no descobrimento do Brasil, né? A gente tá sendo colônia dos outros, né? As empresas 100% familiares acabou. Agora, não sei porque eles acabaram. Não é que se gasta muito e sempre viveram pendurado no governo, foi ou não foi?” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 11, Araraquara, São Paulo, 2014).

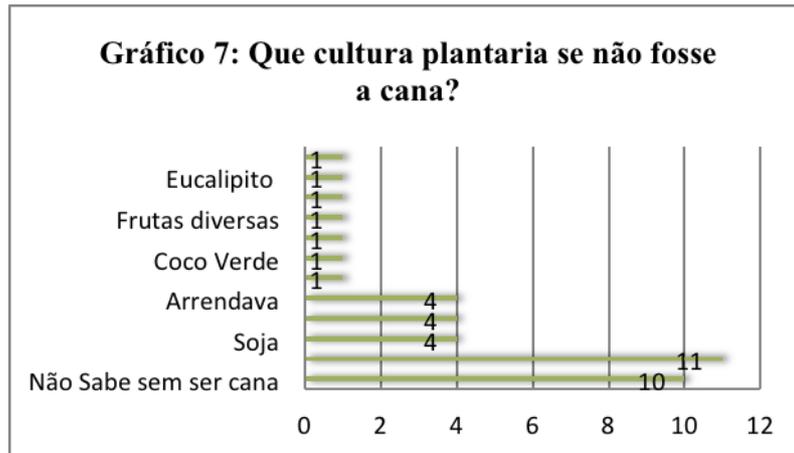
No que diz respeito a uma possível intenção do pequeno produtor canavieiro em parar de produzir cana-de-açúcar ou diversificar sua produção, a pesquisa de campo mostrou que, se decidissem plantar outro tipo de cultura, plantariam, em 27,5% (11) dos casos, milho; 25% (10) dos entrevistados disseram, por seu turno, que não saberiam o que produzir, se não plantassem cana (Gráfico 7).

“Eu penso em plantar outra coisa, cana tá muito caro. Se começa a pensar, a inventar em outra coisa, inventar, por milho. Tô pensando em seriamente em mudar, abrir uma porta, uma saída.” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 10, Araraquara, São Paulo, 2014).

“Bom, tem o milho assim por irrigação. Hoje a cana está meio quase de paraquedas nela, você entendeu? Se partir para um milho, cê tem área. Aí que nós tá plantando amendoim, plantando milho, cê entendeu? Tá dando mais do que a cana... A cana, eu vou te falar para você que ela vai diminuir” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 10, Jaboticabal, São Paulo, 2014).

“Se não for cana é milho, né? Nós somos apaixonados por plantar cereais, tem tudo o maquinário. Os últimos dois anos nós colhemos bem por hectare, mais perdemos dinheiro porque o preço é muito baixo. É melhor largar a terra parada, só não tá parada que tá com cana, né?” (PESQUISA DE CAMPO – entrevistado 9, Araraquara, São Paulo, 2014).

As demais culturas mencionadas nas entrevistas foram amendoim (4 entrevistados – 10%), soja (4 entrevistados – 10%) e arrendamento da propriedade (4 entrevistados – 10%). Ainda foram relatadas culturas como batata, coco verde, abacaxi, frutas diversas, horta, eucalipto e pasto.



Fonte: PESQUISA DE CAMPO, 2014.

A possibilidade de abrir opções de novos cultivos dentro das propriedades comprova o quanto a agricultura pode ser heterogênea. As alternativas podem vir também das práticas não-agrícolas, que ampliam os negócios da família e estimulam a retomada com o meio rural. Dentre elas, destaco o turismo rural, doces artesanais, pousadas e o pesque-pague. Além das mencionadas, há várias outras atividades ou readequações que só o rural e o campo oferecem. Cada vez mais, o pequeno produtor precisa se reinventar e fazer parte das novas alternativas de culturas agrícolas.

Desse modo, criam-se possibilidades para a manutenção e para a melhora da vida dos produtores familiares, agricultores, camponeses, monocultores, caipiras, ou para qualquer outro agente rural/urbano.

O modo de vida rural contemporâneo caracteriza-se por alternativas diferenciadas que revivem o rural, ou melhor, que recriam práticas e culturas para o “novo”⁶¹ meio rural.

Para Carneiro (2012),

[...] esse conjunto de reflexões nos leva a pensar a ruralidade como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um

⁶¹ “A partir de meados dos anos 80, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Esse “Novo Rural”, como o temos denominado, pode ser também resumido em três grandes grupos de atividades: a) uma agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 170). As ruralidades contemporâneas observam os pequenos resgates da vida rural, no Brasil e no mundo, onde o aumento de interesse em produtos orgânicos, espaços de turismo rural e mesmo a busca por uma melhor qualidade de vida resultam no resgate de práticas rurais e da natureza. Assim, essas novas modalidades representam uma nova possibilidade econômica de relação do produtor com a terra e a produção.

movimento em duas direções, nas quais se identificam, de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, de outro lado, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo assim, uma situação que pode contribuir para alimentar a sociabilidade e repressões culturais distintos, mas que sustentam noções de espaços e de tempo sociais diferentes dos outros (CARNEIRO, 2012a, p.35).

Estudiosos da área da sociologia rural, entre os quais Carneiro (2012), Darolt (2002), Guivant (1998), Primavesi (2002), Schineider (2003), Veiga (2006); Wanderley (2000), entre outros, perceberam o aumento do interesse em produtos orgânicos e espaços de turismo rural, além de uma maior busca por qualidade de vida.

No debate brasileiro, as dinâmicas recentes no chamado mundo rural são identificadas, por um lado, à tendências à expansão das ocupações não agrícolas por populações que habitam áreas até então reconhecidas como rurais e, enquanto tais, como predominantemente agrícolas ou, de outro, pela manifestação de práticas culturais tanto na cidade como no campo que são expressões da construção de novas identidades sociais (CARNEIRO, 2005, p. 7).

Assim, essas novas modalidades representam outras possibilidades econômicas de relação do produtor com a terra e com a produção. E para uma agricultura que assume múltiplas funções, não podendo mais ser vista apenas como atividade produtora de matérias-primas, mas também como geradora de bens materiais e imateriais, mercantis e não mercantis (CAMARGO, 2010, p. 15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procuramos compreender e discutir o perfil do pequeno produtor canavieiro da região central do Estado de São Paulo, com a intenção de construir um campo de pesquisa que integrasse dois dos municípios mais emblemáticos no processo de produção e fornecimento de cana-de-açúcar para usinas de processamento: Araraquara e Jaboticabal.

Buscamos, no texto, construir esse chamado “perfil” dos fornecedores de cana partindo da história do desenvolvimento da região central do Estado de São Paulo. Situar o pequeno produtor nesse processo significou partir de uma base produtiva concreta e também pensar em termos de “Estado” (São Paulo) como um todo é importante.

Nesse caso é o Estado de São Paulo, que este se destaca no contexto da produção nacional, e, apesar dos institutos e legislações esparsas ou federalizadas, o Estado é referência na produção canavieira. O campo de pesquisa, compreendendo os municípios de Araraquara e Jaboticabal estão inseridos neste processo, se particularizando em especificidades, conforme estudo desenvolvido.

Assim sendo, por este trabalho sugerir, construir o “perfil” desse agente produtivo, descobrimos que este é movido não apenas por atributos do mercado, mas também por um laço de afetividade, que mistura nostalgia, valores, memória histórica etc. Mesmo considerando tais fatores, buscamos ultrapassar a dimensão subjetiva e simbólica, entendendo a construção objetiva e palpável desse perfil. Em outras palavras, procuramos responder às seguintes questões: “Quem é o pequeno produtor, fornecedor e arrendatário de terra do interior paulista? Como e do que ele vive?”.

O estudo conclui que a produção canavieira, principal atividade ou não, é uma ponta do processo, já que, em geral, os produtores, ou suas famílias, costumam desenvolver outras atividades geradoras de renda.

A figura desse “agente” estudado é significativa. Como os dados do IBGE mostraram, 37% das propriedades presentes no Estado de São Paulo são consideradas minifúndios e pequenas propriedades. Os dois municípios que compõe o campo de estudo dessa pesquisa apresentam um montante considerável dos classificados pequenos produtores de cana. Segundo dados do LUPA, em Jaboticabal, 78% dos considerados pequenos proprietários plantam cana e, em Araraquara, 64%.

O pequeno produtor, conforme mencionado ao longo deste trabalho, tem idade avançada e uma forte ligação histórica com o ambiente rural. Mais da metade dos entrevistado

estudou apenas os primeiros anos escolares e teve como principal fonte de acesso à terra a herança da propriedade (58% dos casos). Atualmente, a grande maioria dos entrevistados vive no meio urbano (72,5%), mas vale ressaltar que, entre eles, 77,5% já viveram no meio rural e acabaram transferindo-se para o meio urbano.

Em relação à afetividade com a terra, a grande maioria dos entrevistados demonstrou que a cultura produzida atualmente não faz com que o produtor perca o histórico ou o contato com o rural, até porque ele mantém-se como proprietário da terra. Para 92% dos entrevistados, ser proprietário de terra tem um significado afetivo tão forte quanto o econômico. Prova disso é que 90% desses entrevistados declararam que não venderiam suas terras. Muitos desses produtores optam pela produção de cana em decorrência das facilidades de manejo e pela logística das usinas concentradas na região paulista, como relata Graziano Silva (1980), ao tratar da logística canavieira já no início da década de 80.

Em suma, podemos concluir, a partir desta pesquisa, que não é a permanência do homem no espaço rural que o caracteriza como agricultor, e tampouco o tipo de produção desenvolvido (se é cana-de-açúcar ou qualquer outra cultura). O que caracteriza o agricultor é, antes de tudo, o seu histórico com a terra e a sua herança familiar - não apenas econômica, mas sobretudo cultural. O mesmo pode ser dito em relação às possibilidades de se conservar ou não a propriedade de terra, já que essa questão associa-se ao sentimento e significado que a propriedade tem para cada produtor.

REFERÊNCIAS

- ABAG RP - **Associação Brasileira de Agronegócio da Região de Ribeirão Preto**. A Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (ABAG/RP) é uma entidade sem fins lucrativos, 2002. Disponível em: <http://www.abagr.org.br>. Acesso em: jun. 2014
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1998.
- AGUIAR, D. A.; SILVA, W. F.; RUDORFF, B. F. T.; SUGAWARA, L. M.; CARVALHO, M. A. Expansão da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo: safras 2003/2004 a 2008/2009. **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 9-16.
- ALVES, F; **Por que morrem os cortadores de cana?** Saúde soc. vol.15, no.3. São Paulo, Sept./Dec. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902006000300008
- ALCARDE, A. **Processamento da cana-de-açúcar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária** – EMBRAPA, 2005-2011. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_102_22122006154841.html
- ANUÁRIO DA CANA, safra 2002/03**, Volume Centro Sul. Ribeirão Preto: PROCANA, 2004.
- BACCARIN, J. G; GEBARA, J. J.; FACTORE, C. O. Concentração e integração vertical do setor sucroalcooleiro no centro-sul do Brasil, entre 2000 e 2007. In: **Informações Econômicas**, SP, v.39, n.3, mar, 2009.
- BACCARIN, J. G. **Sistema de Produção Agropecuário Brasileiro: Características e Evolução Recente**. Jaboticabal, SP, 2011. Disponível em: http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/MIOLO%20Sistema%20de%20Prod%20Agropecuário.pdf
- BALSADI, O. **Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo Perspect. vol.15 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000100017&script=sci_arttext
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: http://www.academia.edu/7173525/IMPACTOS_DECORRENTES_DA_MODERNIZAÇÃO_DA_AGRICULTURA_BRASILEIRA1_DECURRENT_IMPACTS_OF_THE_AGRICULTURE_MODERNIZATION_IN_BRAZIL
- BECKER, R. **O Cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar no município de Presidente Lucena – RS**. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, PRESIDENTE LUCENA, 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87506/000909300.pdf?sequence=1>

BIAZZO, P. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. In: **4º Encontro nacional de grupos de pesquisa – ENGRUP**, São Paulo, pp. 132-150, 2008. Disponível em: http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf

BRANCO, A. **A produção de soja no Brasil: uma análise econométrica no período de 1994-2008**. Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Econômicas do Centro de Economia e Administração da PUC Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas;. CAMPINAS, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.agrolink.com.br/downloads/a%20produção%20de%20soja%20no%20Brasil%20-%20uma%20análise%20econométrica%20no%20per%20C3%ADodo%20de%201994%20-%202008.pdf>

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**. Anuário estatístico da agro energia 2012. Brasília, MAPA. 2013. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/anuario_agroenergia_web_2012.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2014.

_____**MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. E CASTRO, E. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 28p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0621.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2009.

CAMARGO, A. M. M. P; CASER, *et al*; **Dinâmica e tendência da expansão da cana-de-açúcar sobre as demais atividades agropecuária, Estado de São Paulo, 2001-2006**, Informações Econômicas, SP, v.38, n.3, mar. 2008. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/bioenergia/textos/ie-0308.pdf>

CAMARGO, R. A. L. **Agricultura Familiar e Ruralidade em Ouro Fino-MG**. Tese de Doutorado (em engenharia agrícola), 2010. Tese defendida em qual Instituição de ensino?

CAMARGO, R. A. L. **O impacto de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar na segurança alimentar em assentamentos de reforma agrária no norte do Estado de São Paulo**. FCAV - UNESP Jaboticabal, 2011.

CAMPOS, R. L. S. **Capacitação rural: o caso do SAI – Sistema Agroindustrial Integrado do SEBRAE/SP – Módulo de Araraquara**. Relatório de pós-doutorado. UNESP/Fclar, 2010.

CAMPOS, R. . Diversificação e estratégias de resistência produtiva no contexto da pequena agricultura da região de Araraquara. In **Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflito/ Caderno de Resumos do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais/** Gutemberg Guerra Belém: Rede de Estudos Rurais, 2012. Belém - Para: Editora Açai, 2012. v. 01. p. 01-01.

CANASAT - **Monitoramento da Cana-de-Açúcar por Imagens de Satélite Desenvolvido pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)**. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/> Acesso em: 24 Março 2013.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1964.

CANO, A.; VERGÍNIO, C. Impactos da mecanização da colheita da cana no período de 2001 a 2006: estudo de caso de uma unidade produtora em Fernandópolis – SP. In: **Scientia FAER**, Olímpia - SP, Ano 2, Volume 2, 1o Semestre. 2010. Disponível em: <http://www.f aer.edu.br/revistafaer/artigos/edicao2/antonio.pdf>

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: Costa, L. F. C.; Moreira, R. J.; Bruno, R.. (Org.). **Mundo Rural e Tempo Presente**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, 1999, v. 1, p. 323-344.

CARNEIRO, M. J. . Apresentação do livro **Identidades Sociais: Ruralidades no Brasil Contemporâneo**. In: MORIEIRA, U. J.; MOREIRA, J. R. (Org.). **Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 7-13.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades Contemporâneas: modo de viver e pensar na sociedade brasileira**, Rio Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012 a.

CARNEIRO, M. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura. Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**, Natal, agosto, 1997. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>. Acesso em: 06 de Abril de 2012b.

CARVALHO, S. P. **Agricultura familiar e agroindústria canavieira: integrações e contradições**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás, 2008. Disponível em: https://ppagro.agro.ufg.br/up/170/o/AGRICULTURA_FAMILIAR_E_AGROINDUSTRIA_CANAVIEIRA.pdf

CATI – **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/new/index.php>. Acesso em: 22 de Setembro de 2012.

CNA/ SENAR. **Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro**. Ambiental, fundiário e contratos / Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. – Brasília:, 2007. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Cana-de-acucar_orientacoes_para_o_setor_canavieiro_000fipw96tk02wyiv80z4s4733kvhu6q.pdf

CONAB – **Companhia Nacional de Abastecimento**. Levantamento de safra. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&t=2>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

CONDÉ, J. **A cana-de-açúcar na vida brasileira**. Rio de Janeiro: coleção canavieira nº 7, 1971/1972.

CONTEÚDO aberto. In: **Wikipédia: a enciclopédia livre**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Depressão > Acesso em: 24 mar 2015.

CORALINA, C. **Melhores poemas**. 4ª. reimpressão. São Paulo: Global, 2011.

CORTEZ; MAGALHAES *et al.* Principais subprodutos da agroindústria canavieira e sua valorização. **Revista Brasileira de Energia**. Vol. 2 | No 2 Principais subprodutos da agroindústria canavieira e sua valorização , 1992.

DAROLT, M. R. **Agricultura orgânica inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região Sul do Brasil**. Brasília: IPEA, 1999.

DEL GROSSI, E.; SILVA J. G. **Novo rural: uma abordagem ilustrada**. Instituto Agrônômico do Paraná, Londrina-PR, 2002.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil**. BRASÍLIA: IPEA, 1999.

DAVIS, M. **Planeta favela**. PORTO ALEGRE: BOITEMPO, 2006.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS - O **Dicio, Dicionário Online de Português**, é um dicionário de Língua Portuguesa contemporânea, composto por definições, significados, exemplos e rimas que caracterizam mais de 400.000 palavras e verbetes. Disponível: <http://www.dicio.com.br/compadre/>

FERNANDES, B. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar**. Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro de 2001, Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf

FROEHLICH, J. M; RAUBER, C. *et al.* **Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS**. Cienc. Rural vol.41 no.9 Santa Maria Sept. 2011 Pub. Sep. 16, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84782011000900030

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1984.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980. Disponível em: http://araguaia2.ufmt.br/professor/disciplina_arquivo/16/20131211135.pdf

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, Instituto de economia, 1999.

GODOY, C.; PÉREZ, F. Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS. In: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER**. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2009, Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>

GUIVANT, J. A agricultura Sustentável na Perspectiva das Ciências Sociais. In: VIOLA, E.; LEIS, H. R.; WARREN I.; GUIVANT, J.; VIEIRA, P. F.; KRISCHKE, P. J. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**. Florianópolis: Cortez Editora, 1998.

GUIVANT, J. S.; RIAL, C. (Org). **Novas Práticas Alimentares no Mercado Global**. Florianópolis. Editora da UFSC, 2010.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 26/04/2012.

_____ **Censo Agropecuário 2006 e a Reforma Agrária – aspectos metodológicos e primeiros resultados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf>. Acesso em: 29 de Setembro de 2012.

_____ **Produção Agrícola Municipal** - Disponível- site IBGE. URL: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cgi-bin/prtabi>. Consultado em 30 jul. 2012.

_____ **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível: site. <http://www.sidra.gov.br/bda/tabela/listabl.asp>. Consultado em 17 dez. 2012.

IEA - **Instituto de Economia Agrícola**. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=8911>>. Acesso em: 28 de Julho de 2012.

INCRA - **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 04 de Março de 2013.

INVESTE SP - **Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade**. Disponível em: <<http://www.investe.sp.gov.br>>. Acesso em: 20 de Janeiro de 2013.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KOHAN, N. **Dicionário básico de categorias marxistas**. Disponível em: <HTTP://PCB.ORG.BR/PORTAL/DOCS1/TEXT03.PDF>

LEI FEDERAL LEI Nº 3855, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1941. Estatuto da Lavoura Canavieira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3855.htm

LEI FEDERAL 4.870 LEI Nº 4.870, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1965. Dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14870.htm

LEI FEDERAL 8629/93 Lei nº 8.629, 25 de fevereiro de 1993. Dispõem sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, 1993 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm> Acesso em: 20 de Setembro de 2012.

LEI FEDERAL 10.336 Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 - (Lei do Alcool): Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/2001/lei10336.htm> de 2001

LEI FEDERAL 10.453 **LEI Nº 10.453, DE 13 DE MAIO DE 2002**: Dispõe sobre subvenções ao preço e ao transporte do álcool combustível e subsídios ao preço do gás liquefeito de petróleo - GLP, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10453.htm

LEI FEDERAL 11241/2002 **LEI N. 11.241, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002**: Dispõe sobre a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar e dá providências correlatas. A substituição da queima e corte manuais da cana-de-açúcar será feita mecanizada. Mais informações: http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/24/Documentos/Lei%20Estadual_11241_2002.pdf

LEI FEDERAL 11326/2006 **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, 2006, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 20 de Março de 2014.

LEITE, S. **A pequena produção e o quadro recente da agricultura brasileira**. Perspectivas, São Paulo, 12/13: 31-53. 1989/90.

LENZ, M. H. A evolução do conceito de renda da terra no pensamento econômico: Ricardo, Malthus, Adam Smith e Marx. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica**. Aracajú-SE, 2007.

LOPES, M. F. O complexo agroindustrial canavieiro e a territorialização no Estado de São Paulo. In: **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças Espaço de diálogos e práticas**, Porto Alegre, 2010.

MALAGODI, E. **Propriedade fundiária e campesinato: Um estudo de Smith, Ricardo e Marx**. Editora Universitária da UFPB João Pessoa/PB 2004.

MARINO, T. **Califórnia brasileira: municípios que integram macro-região de Ribeirão Preto destacam-se em pesquisa na qual estão envolvidas 625 localidades**, 2000. Disponível em: <http://www.webcitation.org/68V8Fb8pj>

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política (livro III)**. São Paulo. Difel, 1983.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELO, B. M. de. **HISTÓRIA E MEMÓRIA NA CONTRAMÃO DA EXPANSÃO CANAVIEIRA: um estudo das formas de resistência dos sítiantes do extremo noroeste paulista**. Tese de Doutorado (em Sociologia). São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2013.

MENDES, E.; SILVA, J. **AGRICULTURA FAMILIAR E CULTURA: identidades e territorialidades**. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.agb.org.br%2Fevento%2Fdownload.php%3FidTrabalho%3D1364&ei=SZG_VIDaBoOdNvm4hMgI&usq=AFQjCNEyrqE9kU21xD17JEFa3i7U6zBqJA&sig2=FT_OHX04RLgFjKBVT-6cfA&bvm=bv.84116906,d.eXY

PORTAL LUPA – **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>. Acesso em: fev., 2013.

PREFEITURAMUNICIPALDEJABOTICABAL, **História: Origem e Evolução de Jaboticabal**, 2014. Disponível em: <http://www.jaboticabal.sp.gov.br/2010/index.php/conteudo/listar/22/historia>

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo : a agricultura em regiões tropicais**, NBL Editora, 2002.

QUEIROZ, M. I. **O campesinato brasileiro. Ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973

RAMOS, P. **Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil**. Unicamp; São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.

RAMOS, P. **A evolução da agroindústria canavieira e os mercados de açúcar e de álcool carburante no Brasil: a necessidade de planejamento de planejamento e controle**. - IE - UNICAMP PIRACICABA - SP – BRASIL - Estrutura, Evolução e Dinâmica dos Sistemas Agroalimentares e Cadeias Agroindustriais. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/9/35.pdf>

REIS, T. **Territórios e novas arenas de poder no rural paulista: um estudo de caso**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

REIS, T. **PROPRIEDADE E RENDA FUNDIÁRIA: Configurações contemporâneas do rural paulista**. Dissertação Mestrado (em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

ROSAS, E. Do campo para a cidade: saindo para ficar. In: CARNEIRO, M. E; CASTRO, E. **Juventude rural em perspectiva**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

ROVIERO, A. **TERRAS NAS MÃOS DOS PEQUENOS**: relações produtivas e sociabilidade dos pequenos fornecedores de cana e terra para as usinas de açúcar e álcool do interior paulista. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado ao Conselho de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em ciências sociais, 2013.

SABOURIN, E. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas**. In: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Aracajú: UFS, 2003. v. 1, p. 1-26.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., 2009

SABOURIN, E. **Sociedades e Organizações Camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SABOURIN, E. **A Construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil.** Revista Espaço Diálogo e Desconexão (REDD), v.4, n.2, 2012, p. 83-104.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Protocolo Agroambiental.** Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/129474/lei-11241-02>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo- LUPA 2007/2008.** São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 20 de Abril de 2012.

SÃO PAULO (Estado). **Secretaria de energia do Estado de São Paulo.** Disponível em: <http://www.energia.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/99.jpg>. Acesso em: 02 de Abril de 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Prefeitura de Jaboticabal 2014.** Disponível em: <http://www.jaboticabal.sp.gov.br/2010/>

SCHNEIDER, S.; NAVARRO, Z. **Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural — um estudo sobre as tendências recentes,** 1998.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação.** In: GRAMMONT, H. C. de; MARTINEZ VALLE, L. (Comp.) (Org.). **La pluriactividad en el campo latino-americano.** 1a ed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/396.pdf>

SEADE, Fundação. **Pesquisa de Investimentos no Estado de São Paulo.** Disponível: <http://www.seade.gov.br>

SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio - efeitos da Lei de 1850.** Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool” Agrária. In: **Revista do Laboratório de Geografia Agrária, USP,** n.2, p.02-39, São Paulo, 2005.

SILVA, J.; MENDES, E. P. P. **AGRICULTURA FAMILIAR E CULTURA: identidades e territorialidades.** In: **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos - crises, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças Espaço de diálogos e práticas,** Porto Alegre, 2010.

SIQUEIRA, P. H. L; JUNIOR, L. G. C. **Fusões e aquisições das unidades produtivas e da agroindústria de cana-de-açúcar no Brasil e nas distribuidoras e álcool hidratado etílico.** In: **Rev. Econ. Sociol. Rural** vol.48 no.4 Brasília Oct./Dec., 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000400009

SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. **Diferenças fundamentais entre o mundo rural e urbano.** In: **Introdução crítica à sociologia rural,** São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUZA, J. P. G. T. **O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no município de Barretos – SP: um estudo de caso.** Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, UNESP, Câmpus de Jaboticabal, para graduação em AGRONOMIA. Jaboticabal/ SP, 2014.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira (1930-1975).** Campinas: Hucitec, 1976.

TEIXEIRA, J. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, v. 2 – n. 2 – ano 2, Setembro de 2005. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Artigos/jodenir.pdf>

TESCHE, R. W.; MACHADO, J. A. D. A reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar. In: **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n36, p.7-37, jul./dez. 2012, Também disponível online em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/1563/2341>

TROIANO, J. A. **A subjetividade do novo agente produtivo-consumidor na produção orgânica: o caso do Instituto ANNONA de Agricultura Sustentável.** Relatório Final de Iniciação Científica, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

TSUNECHIRO, A. *et al.* Valor da produção agropecuária do Estado de São Paulo em 2013: estimativa preliminar. In: **Análises e Indicadores do Agronegócio**, v. 8, n. 11, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=12841>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

UDOP - **União dos Produtores de Bioenergia.** Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php>. Acesso em: 20 de Setembro de 2013.

UNICA – **União da Indústria de Cana-de-açúcar.** Disponível em: <www.unica.com.br> Acesso em: 24 de julho 2012.

VEIGA, J. E. **Nascimento de outra Ruralidade.** São Paulo: Editora?, May/Aug. 2006.

VEIGA, J. E. *et al* **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, Séries Textos para Discussão**, n.1, Brasília-DF: NEAD, ago.2001.

WANDERLEY, M. N. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

WANDERLEY, M. de N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, out. 2000. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>> Acesso em: 05 de Setembro 2012.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário

**Questionário aplicado aos pequenos produtores canavieiros
localizados no município de Araraquara e Jaboticabal**

n° _____

Data: ____/____/____

Município _____

1) Nome: _____

2) Profissão: _____

3) Idade: _____

4) Escolaridade: _____

Da Propriedade

5) Qual é a área total de sua propriedade? (hectares)

6) Quanto da área total é destinada à cultura de cana-de- açúcar? (hectares)

7) Qual é a distância entre a propriedade e a cidade mais próxima?

8) A principal via de acesso entre o município e sua propriedade é terra (chão batido) ou asfalto?

9) Você reside na propriedade ou na cidade (área urbana)?

 Sítio (rural) – **Ir para pergunta 10** Cidade (urbano) – **Ir para pergunta 11**

10) PERGUNTAS PARA MORADORES DO SÍTIO - Por que prefere viver no campo?

Pretende continuar? Sua família pretende permanecer?

11) PERGUNTAS PARA MORADORES DA CIDADE – Você já morou no sítio? Por que saiu? Pretende voltar? Com qual frequência você visita sua propriedade?

Sobre a formação familiar, renda e história da propriedade

12) Tem Filhos?

- Sim Não – **Ir para pergunta 14**

13) Seus filhos têm interesse em agricultura? Acredita que eles mantenham o negócio do pai?

14) Qual a renda média da propriedade por ano? (Pergunta optativa)

- R\$ 768,00 a R\$1.200,00 De R\$ 1.200,00 a R\$ 1.800,00
 R\$1800,00 a 2.200,00 Mais que R\$ 2.200,00

Ou estimativa anual: _____

15) Qual é a porcentagem da sua renda proveniente da cana?

16) Quantas pessoas de sua família dependem da renda da cana-de-açúcar?

17) Tem alguma outra fonte de renda? Qual?

18) Como você adquiriu a propriedade?

- Herança Compra Outra _____

19) Em que ano você adquiriu a propriedade?

20) Você tem ligação afetiva e de pertencimento com a propriedade ou a vê como mero investimento?

21) Quando você adquiriu a propriedade, qual era a cultura produzida naquele período? Foi uma decisão sua produzir cana-de-açúcar?

Sobre a produção de cana-de-açúcar

22) Há quantos anos você planta cana-de-açúcar em sua propriedade?

- Menos de um ano 1 a 5 anos
 5 a 10 anos mais de 10 anos

23) Qual o tipo de contrato que você tem com a usina?

- Fornecedor/ Parceiro – **Ir para pergunta 24**
 Arrendatário – **Ir para pergunta 25** Outro: _____

24) PERGUNTA PARA FORNECEDOR – Qual o motivo de sua escolha para ser fornecedor e por que não arrendatário?

25) PERGUNTA PARA ARRENDATÁRIO - Qual o motivo de sua escolha para ser arrendatário e por que não fornecedor?

26) Para qual usina ou destilaria você fornece ou arrenda? Como foi a escolha por essa usina? É a mais próxima de sua propriedade?

27) Como é sua relação com a usina? Como você se sente perante a usina?

28) O contrato é estabelecido verbalmente ou firmado por escrito?

29) Como é feita a colheita de cana-de-açúcar em sua propriedade?

Manual Mecanizada Ambas Outra _____

30) Você terceiriza ou realiza por conta o manejo de trato, plantio e colheita em sua terra? Se necessita de mão-de-obra em sua propriedade, consegue esse tipo de serviço facilmente?

Outros tipos de produção, participação em programas públicos, e sobre o futuro da propriedade.

31) Tem algum outro tipo de produção em sua propriedade?

a) Se sim, qual?

b) Se não, por quê?

32) Faz parte de alguma cooperativa, sindicato ou associação de produtores canavieiros? Qual? Desde quando? Por quê?

33) Já utilizou o crédito oferecido pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)? Para quê?

34) Quais as benfeitorias/instalações existentes em sua propriedade? (casa, barracões, galinheiro, paiol... etc)

35) Desde que você planta cana-de-açúcar, houve investimentos nas benfeitorias/ instalações de sua propriedade?

a) Se sim, por quê?

b) Se não, por quê?

36) Se fosse para plantar outra cultura, tem ideia de qual seria? E, no caso, se não pudesse arrendar ou manter um contrato com uma indústria, como é o caso da cana-de-açúcar com a usina, você iria conservar sua propriedade assim mesmo?

37) Você pensa em vender sua propriedade? Por quê?

38) Pretende adquirir mais terras? Por quê?

ANOTAÇÕES DO PESQUISADOR:

Apêndice B - Entrevistas Realizadas e médias dos dados

	Entrevistado 10	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13	Entrevistado 14	Entrevistado 15	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19	Entrevistado 20
1.	Agricultor	Agricultor	Aposentado	Aposentado	Do Lar	Agricultor	Aposentado	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor
2.	50	78	63	84	55	77	76	71	63	55	77
3.	4 ° ano	Não estudou	4 ° ano	4 ° ano	4 ° ano	4 ° ano	4 ° ano	4 ° ano	4 ° ano	Colegial comp.	Não estudou
4.	39	24	22	34	12	36	22	24	31	36	39
5.	39	24	22	34	12	36	22	17	29	31	39
6.	20	12	16	16	20	16	16	5	6	16	20
7.	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto
8.	Sítio	Cidade	Cidade	Cidade	Cidade	Cidade	Cidade	Sítio	Sítio	Cidade	Cidade
9.	Sim, já.	Sim, já.	Sim, já.	Sim, já.	Sim, já.	Sim, já.	Sim, já.	Mora atualmente	Mora atualmente	Sim, já.	Sim, já.
10.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
11.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não sabe	Sim
12.	40%	80%	70%	60%	70%	90%	80%	70%	100%	100%	60%
13.	3	2	2	2	1	2	2	2	3	2	2
14.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
15.	Herança/Compra	Herança	Herança	Herança	Herança	Herança/Compra	Herança	Herança	Herança	Herança/Compra	Compra
16.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
17.	Algodão	Algodão	Já era cana.	Algodão	Já era cana.	Já era cana.	Já era cana.	Não Sabia	Já era cana.	Já era cana.	Já era cana.
18.	35	30	20	14	40	21	20	20	30	16	24
19.											
20.											
21.											
22.	Usina Pitangueiras	Usina Pitangueiras	Usina Pitangueiras	Usina Pitangueiras	Usina Pitangueiras	Santa Clara	Usina Pitangueiras	São Francisco	Usina Pitangueiras	Santa Clara	Santa Eliza
23.	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Boa	Não tão boa	Boa	Boa	Boa
24.	Verbal/Sem contrato	6 anos	5 anos	Verbal/Sem contrato	Verbal/Sem contrato	5 anos	5 anos	Verbal/Sem contrato	Por escrito	Verbal/Sem contrato	5 anos

25.	Mecanizada	Mecanizada	Mecanizada	Mecanizada	Mecanizada	Manual	Manual	Manual	Mecanizada	Manual e mecanizada	Manual e mecanizada
26.	O proprietário	Terceiriza	Terceiriza	Terceiriza	Terceiriza	Terceiriza	Terceiriza	O proprietário	O proprietário	O proprietário	O proprietário
27.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
28.	Sim, pouca coisa	Não	Não	Não	Sim, pouca coisa	Não	Não	Sim, pouca coisa	Sim, pouca coisa	Não	Não
29.	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
30.	Sim, três cooperativas	Sim, duas cooperativas	Não	Não	Sim, uma cooperativas	Não	Não	Sim, duas cooperativas	Sim, uma cooperativas	Sim, uma cooperativas	Sim, uma cooperativas
31.	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
32.	Milho	Arrendava	Arrendava	Arrendava	Arrendava	Amendoim	Milho	Amendoim	Não Sabe sem ser cana	Não Sabe sem ser cana	Batata
33.	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
34.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Pesquisa de campo

MÉDIA DADOS JABOTICABAL			
Média a idade dos entrevistados	67,8 anos		
Porcentagem Escolaridade	Até 3° Primário	1	5%
	Até 4° Primário	15	75%
	Colegial	2	10%
	Nunca Estudaram	2	10%
Media área total (ha)	24,1 ha		
Media área de cana (ha)	23,4 ha		
Media da distancia da cidade	15,5 km		
Via de acesso (Principal)	100% Asfalto		
Já morou no sítio, ou morar atualmente	100%		
Tem filhos	95%		
Filhos se interessam pela terra?	Sim	16	80%
	Não	3	15%
	Não Sabe	1	5%
Media da Participação da cana no orçamento	76%		
Media das Pessoas dependentes da renda da família.	2,45		
Tem outra fonte de renda além da cana	Sim - 17	85%	
	Não - 3	15%	
Forma de Acesso a terra	Herança	12	60%
	Compra	1	5%
	Herança/Compra	7	35%
Sente afetividade pela terra	Sim	19	95%
	Não	1	5%
Cultura Anterior	Algodão	9	45%
	Já era cana	10	50%
	Não Sabia	1	5%
Media dos anos que se planta cana na propriedade	24,5 anos		
Fornecedor - 10 entrevistados	50%		
Arrendatário para usina- 1 entrevistados	5%		
Arrenda a terra para terceiros - mais é fornecedor - 9 entrevistados	45%		
Usina que fornecem os entrevistados	Diversas	1	5%
	Pitangueiras	14	70%
	Santa Clara	2	10%
	São Francisco	2	10%
	Santa Eliza	1	5%
Relação com a Usina	Ótima/Boa	19	95%

Colheita da cana no ultimo ano agrícola	Regular/ Ruim	1	5%
	Manual	9	45%
	Mecanizada	7	35%
	Manual/Mecanizada	4	20%
Quem realiza o manejo da terra?	Terceiriza	10	50%
	O Proprietário	10	50%
Difícil encontrar quem queria trabalhar com a terra?	Sim	19	95%
	Não	1	5%
Outra produção? Mesmo que para consumo?	Sim	5	25%
	Não	15	75%
Já usou o PRONAF	Sim	3	15%
	Não	17	85%
	Sim	Cooperativa	12
Faz parte de Cooperativa/ Associação/ Sindicato?		Associação	0
		Sindicato	2
	Não		6
	Tem benfeitorias na propriedade (casa, barracão, etc.)?	Sim	8
Não		12	60%
Que cultura plantaria se não fosse a cana?	Não Sabe sem ser cana	6	30%
	Milho	5	25%
	Amendoim	4	20%
	Arrendava as terras	4	20%
	Batata	1	5%
Já pensou em vender a propriedade?	Sim	0	
	Não	20	100%
Compraria mais terras?	Sim	20	100%
	Não	0	
Fornecedor - faz o manejo da terra		10	
Arrenda para a usina		1	
Arrenda a terra para terceiros para o trato - mais é fornecedor.		9	

B.2 - Araraquara	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6	Entrevistado 7	Entrevistado 8	Entrevistado 9
Profissão?	Agricultor	Agricultor	Engenheiro	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor
Idade?	78	57	66	47	78	62	69	74	37
Escolaridade?	3 ° ano primário	Superior compl.	Superior compl.	1 ° ano Ensino Médio	2 ° primário	3° ano Ensino Médio	5 ° ano fundamental	Não Estudou	Superior compl.
Área total? (ha)	12	37,5	31,46	31,46	24,2	16,9	14,5	4,8	37,5
Área de Cana? (ha)	9	37,5	24,8	31,46	24,2	16,9	7,2	1,2	37,5
Distancia cidade? (Km)	9	20	13	3	20	12	4	9	20
Via de acesso?	Asfalto								
Onde mora hoje?	Cidade	Cidade	Cidade	Cidade	Sítio	Cidade	Sítio	Cidade	Cidade
Já morou no sítio?	Sim, já.	Sim, já.	Sim, já.	Sim, já.	Mora atualmente	Sim, já.	Sim, já.	Sim, já.	Não
Tem filhos?	Não	Não	Sim						
Interesse dos filhos na terra?	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Porcentagem da renda de cana ? (%)	30%	40%	20%	100%	50%	100%	30%	20%	100%
Pessoas dependentes dessa renda?	1	2	3	4	2	2	5	5	5
Tem outra renda?	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Forma de acesso a terra?	Herança	Compra	Compra	Herança	Compra	Herança/Compra	Herança	Compra	Herança/Compra
Sente afetividade pela terra?	Sim	Não	Sim						
Cultura anterior?	Já era cana.	Já era cana.	Mata	Já era cana.	Já era cana.	Café	Já era cana.	Já era cana.	Milho
Anos que é cana?	40	20	20	70	40	30	60	10	20
Fornecedor e faz o manejo da terra									
Arrenda para a usina									
Arrenda a terra para terceiros - mais é fornecedor.									
Usina que fornece?	Raizen	Tamoio	Maringá	Raizen	Raizen	Santa Cruz	Raizen	Raizen	Tonhã

Relação com a Usina?	Ruim	Boa	Ruim	Boa	Ruim	Boa	Media	Ruim	Boa
Forma de contrato com a Usina?	5 anos	Verbal/Sem contrato	5 anos	Anual	Anual	Anual	Verbal/Sem contrato	Anual	5 anos
Como foi feita a colheita?	Mecanizada	Mecanizada	Manual	Mecanizada	Manual	Manual	Mecanizada/M anual	Manual	Mecanizada/M anual
Quem faz o manejo da terra?	Terceiriza	O proprietário	Arrendado	O proprietário	O proprietário	O proprietário	O proprietário	O proprietário	O proprietário
Acredita que está difícil encontrar quem quer trabalhar com a terra?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim
Outra produção? Mesmo que para consumo?	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Já usou o PRONAF?	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Faz parte de Cooperativa/ Associação/ Sindicato?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Tem benfeitorias na propriedade (casa, barracão, etc.)?	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Que cultura plantaria se não fosse a cana?	Soja/Milho	Soja	Coco verde	Soja	Pasto	Não Sabe sem ser cana	Milho	Milho	Soja
Já pensou em vender a propriedade?	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Compraria mais terras?	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim

	Entrevistado 10	Entrevistado 11	Entrevistado 12	Entrevistado 13	Entrevistado 14	Entrevistado 15	Entrevistado 16	Entrevistado 17	Entrevistado 18	Entrevistado 19	Entrevistado 20
1.	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Agricultor	Motorista	Agricultor
2.	48	55	29	45	70	63	50	88	80	69	69
3.	2° ano Ensino Médio	6° ano fundamental	Superior Incompleto	Superior compl.	4° primário	3° primário	4° primário				
4.	50	27	29,1	50	21	12	12	12	12	12	12
5.	48	21	6	50	9,6	6	6	9,6	7,2	8	7
6.	22	4	8	10	20	11	11	1	8	3	3
7.	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto	Asfalto
8.	Sítio	Cidade	Sítio	Cidade	Sítio	Sítio	Sítio	Cidade	Cidade	Cidade	Sítio
9.	Não	Sim, já	Mora atualmente	Não	Mora atualmente	Mora atualmente	Mora atualmente	Sim, já	Sim, já	Sim, já	Mora atualmente
10.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
11.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
12.	100%	80%	50%	80%	50%	10%	50%	20%	30%	30%	100%
13.	6	2	5	4	2	5	5	2	1	4	1
14.	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
15.	Herança	Compra	Herança	Herança	Herança	Assentamento	Assentamento	Herança/Compra	Herança	Herança	Herança
16.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
17.	Gado	Já era cana.	Já era cana.	Já era cana.	Já era cana.	Pasto	Milho	Já era cana.	Café	Já era cana.	Já era cana.
18.	20	15	10	20	50	6	6	70	20	40	15
19.											
20.											
21.											
22.	Raizen	Raizen	Raizen	Raizen	Raizen	Maringá	Maringá	Maringá	Raizen		
23.	Boa	Ruim	Boa	Media	Media	Ruim	Media	Media	Boa	Media	Media
24.	5 anos	Verbal/Sem	Anual	Anual	Verbal/Sem	5 anos	6 anos	Anual	Anual	Anual	Anual

		contrato			contrato						
25.	Mecanizada	Mecanizada	Mecanizada	Mecanizada	Mecanizada	Mecanizada	Manual	Manual	Manual	Mecanizada	Mecanizada
26.	Arrendado	O proprietário	O proprietário	O proprietário	O proprietário	Arrendado	O proprietário	O proprietário	Arrendado	Terceiriza	O proprietário
27.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
28.	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
29.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
30.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
31.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
32.	Milho	Irrigação	Milho	Cereais	Eucalipto	Abacaxi	Milho	Não Sabe sem ser cana	Não Sabe sem ser cana	Não Sabe sem ser cana	Produção de fruta diversificada
33.	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
34.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim

Fonte: Pesquisa de campo.

MÉDIA DADOS ARARAQUARA			
Média a idade dos entrevistados	61,7 anos		
Porcentagem Escolaridade	Até 2° Primário	1	5%
	Até 3° Primário	2	10%
	Até 4° Primário	6	30%
	5° Ensino Fundamental	1	5%
	6° Ensino Fundamental	1	5%
	1° ano E.M	1	5%
	2° ano E.M	1	5%
	3° ano E.M	1	5%
	Superior Incompleto	1	5%
	Superior Completo	4	20%
	Nunca Estudaram	1	5%
	Media área total (ha)	22,9 ha	
Media área de cana (ha)	18,40 ha		
Media da distancia da cidade	10, 5%		
Via de acesso (Principal)	100% Asfalto		
Já morou no sitio, ou moral atualmente	85%		
Tem filhos	Sim	18	90%
Filhos se interessam pela terra?	Não	7	35%
	Sim	13	65%
Media da Participação da cana no orçamento	55%		
Media das Pessoas dependentes da renda da família.	3,3		
Tem outra fonte de renda além da cana	Não - 5	25%	
	Sim - 15	75%	
Forma de Acesso a terra	Herança	10	50%
	Compra	5	25%
	Herança/Compra	3	15%
	Assentamento	2	10%
Sente afetividade pela terra	Sim	18	90%
	Não	2	10%
Cultura Anterior	Já era cana	10	50%
	Não Sabia	1	5%
	Outras		
Media dos anos que se planta cana na propriedade	29,1 anos		
Fornecedor - 14 entrevistados	70%		

Arrendatário para usina- 4 entrevistados	20%		
Arrenda a terra para terceiros - mais é fornecedor - 2 entrevistados	10%		
Usina que fornecem os entrevistados	Raizen	13	65%
	Tamoio	1	5%
	Maringá	4	20%
	Tonhão	1	5%
	Santa Cruz	1	5%
Relação com a Usina	Ótima/Boa	7	35%
	Media	7	35%
	Regular/ Ruim	6	30%
Colheita da cana no ultimo ano agrícola	Manual	7	35%
	Mecanizada	11	55%
	Manual/Mecanizada	2	10%
Quem realiza o manejo da terra?	Terceiriza	6	50%
	O Proprietário	14	50%
Difícil encontrar quem queria trabalhar com a terra?	Sim	15	75%
	Não	5	25%
Outra produção? Mesmo que para consumo?	Sim	14	70%
	Não	6	30%
Já usou o PRONAF	Sim	12	60%
	Não	8	40%
Faz parte de Cooperativa/ Associação/ Sindicato?	Sim	17	85%
	Não	3	15%
Tem benfeitorias na propriedade (casa, barracão, etc.)?	Sim	18	90%
	Não	2	10%
Que cultura plantaria se não fosse a cana?	Não Sabe sem ser cana	4	20%
	Milho	6	30%
	Soja	4	20%
	Coco Verde	1	5%
	Abacaxi	1	5%
	Frutas diversas	1	5%
	Horta	1	5%
	Eucalipto	1	5%
	Pasto	1	5%

Já pensou em vender a propriedade?	Sim	4	20%
	Não	16	80%
Compraria mais terras?	Sim	14	70%
	Não	6	30%
Fornecedor - faz o manejo da terra		14	
Arrenda para a usina		2	
Arrenda a terra para terceiros para o trato - mais é fornecedor.		2	

Apêndice C – Fotos pesquisa de Campo



Foto 1: Entrada do sítio do entrevistado nº 02 da região de Araraquara. É possível ver na foto que o produtor mantém a maioria de sua propriedade com cana-de-açúcar, mas tem diversificação, como: banana e mandioca. Tirada: 30/05/2014. Por Andréia Roviero, Araraquara, São Paulo.



Foto 2: Sítio de pequeno produtor canavieiro e produtor de hortaliças hidropônicas. O entrevistado nº12 da região de Araraquara pretende investir mais em horta e cereais do que cana-de-açúcar. Tirada: 30/05/2014. Por Andréia Roviero, Araraquara, São Paulo.



Foto 3: Sítio de pequeno produtor canavieiro que só tem cana-de-açúcar. Entrevistado nº13, trabalha como parceiro de sítios vizinhos, na região, com cana-de-açúcar também. Tirada: 30/05/2014. Por Andréia Roviero, Araraquara, São Paulo.



Foto 4: Vista de região de Araraquara, “mar de cana” no horizonte. Tirada: 30/05/2014. Por Andréia Roviero, Araraquara, São Paulo.



Foto 5: Sítio de pequeno produtor canavieiro que, na maioria de sua propriedade, tem cana-de-açúcar, mas que pretende investir em outras culturas diversificadas, como pitaia e couve, pois só a cana-de-açúcar já não consegue mais manter a propriedade. Entrevista n° 09. Tirada: 30/05/2014. Por Andréia Roviero, Araraquara, São Paulo.



Foto 6: Sítio de pequeno produtor canavieiro onde a sede teve que ser abandonada por dificuldades financeiras. O agricultor relata que não teve coragem de demolir a casa por senti-la como parte do sítio, mas que, por dívidas, não tem condições de reformar ou manter um empregado. O agricultor mora há 30 anos na cidade de Jaboticabal. Entrevistado n°3. Tirada: 01/06/2014. Por Andréia Roviero, Jaboticabal, São Paulo.

ANEXOS

Anexo A – Tabelas e Quadros

**Tabela 1 – Os principais produtos agrícolas produzidos no Estado de São Paulo
(Valor da produção agropecuária no Estado em R\$ mil)**

Produtos selecionados	São Paulo	Brasil	Part. %
Produtos agrícolas	38.063.627	220.666.621	17,25%
Amendoim (em casca)	371.070	438.934	84,54%
Limão	375.190	553.080	67,84%
Laranja	2.970.120	4.595.830	64,63%
Caqui	125.966	211.885	59,45%
Borracha (látex coagulado)	499.696	861.015	58,04%
Chá-da-índia (folha verde)	1.322	2.349	56,28%
Cana-de-açúcar	22.430.536	40.451.016	55,45%
Palmito	157.020	338.367	46,41%
Figo	26.382	59.086	44,65%
Produtos de origem animal	12.018.122	105.386.093	11,40%
Carne bovina	5.277.001	46.569.109	11,33%
Carne de frango	3.234.361	23.941.581	13,51%
Ovos de galinha (mil dúzias)	1.791.023	7.461.767	24%
Leite (mil litros)	1.526.096	26.797.462	5,69%
Total	50.081.749	326.052.714	15,36%

Fonte: Instituto Nacional de Economia Agrícola (INVEST) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2012

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total			
Microrregião Geográfica = Araraquara - SP			
Variável = Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			
Ano = 2006			
Condição legal das terras	Grupos de área total		
Próprias	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	4	3227
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	7	
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	7	
	De 0,5 a menos de 1 ha	16	
	De 1 a menos de 2 ha	54	
	De 2 a menos de 3 ha	122	
	De 3 a menos de 4 ha	98	
	De 4 a menos de 5 ha	166	
	De 5 a menos de 10 ha	471	
	De 10 a menos de 20 ha	1.236	
	De 20 a menos de 50 ha	1.100	
	De 50 a menos de 100 ha	540	
	Arrendadas	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	
De 0,1 a menos de 0,2 ha		1	
De 0,2 a menos de 0,5 ha		3	
De 0,5 a menos de 1 ha		2	
De 1 a menos de 2 ha		6	
De 2 a menos de 3 ha		15	
De 3 a menos de 4 ha		3	
De 4 a menos de 5 ha		9	
De 5 a menos de 10 ha		31	
De 10 a menos de 20 ha		61	
De 20 a menos de 50 ha		75	
De 50 a menos de 100 ha		46	

Em parceria	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	69
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	1	
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	2	
	De 0,5 a menos de 1 ha	-	
	De 1 a menos de 2 ha	2	
	De 2 a menos de 3 ha	2	
	De 3 a menos de 4 ha	1	
	De 4 a menos de 5 ha	1	
	De 5 a menos de 10 ha	11	
	De 10 a menos de 20 ha	17	
	De 20 a menos de 50 ha	32	
	De 50 a menos de 100 ha	15	

Nota: 1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caráter X. 2 - A categoria **Total** inclui os estabelecimentos que declararam ter mais de uma **Condição legal das terras**.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Tabela 3 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por condição legal das terras, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica e grupos de área total			
Microrregião Geográfica = Jaboticabal - SP			
Variável = Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			
Ano = 2006			
Condição legal das terras	Grupos de área total		
Próprias	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	23	3589
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	11	
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	20	
	De 0,5 a menos de 1 ha	24	
	De 1 a menos de 2 ha	46	
	De 2 a menos de 3 ha	115	
	De 3 a menos de 4 ha	156	
	De 4 a menos de 5 ha	213	
	De 5 a menos de 10 ha	691	
	De 10 a menos de 20 ha	1.050	
	De 20 a menos de 50 ha	1.240	
	De 50 a menos de 100 ha	507	
Arrendadas	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	6	292
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	4	
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	7	
	De 0,5 a menos de 1 ha	10	
	De 1 a menos de 2 ha	14	
	De 2 a menos de 3 ha	7	
	De 3 a menos de 4 ha	13	
	De 4 a menos de 5 ha	21	
	De 5 a menos de 10 ha	60	
	De 10 a menos de 20 ha	70	
	De 20 a menos de 50 ha	80	
	De 50 a menos de 100 ha	48	

Em parceria	Mais de 0 a menos de 0,1 ha	4	106
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	1	
	De 0,2 a menos de 0,5 ha	1	
	De 0,5 a menos de 1 ha	1	
	De 1 a menos de 2 ha	-	
	De 2 a menos de 3 ha	3	
	De 3 a menos de 4 ha	5	
	De 4 a menos de 5 ha	4	
	De 5 a menos de 10 ha	17	
	De 10 a menos de 20 ha	26	
	De 20 a menos de 50 ha	44	
	De 50 a menos de 100 ha	18	

Nota: 1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caráter X. 2 - A categoria **Total** inclui os estabelecimentos que declararam ter mais de uma **Condição legal das terras**.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Tabela 4 - Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários, por condição legal do produtor em relação às terras, sexo do produtor, grupos de atividade econômica e grupos de área total - Ano = 2006												
Microrregião Geográfica	Grupos de área total											
	De 0,1 a menos de 0,2 ha	De 0,2 a menos de 0,5 ha	De 0,5 a menos de 1 ha	De 1 a menos de 2 ha	De 2 a menos de 3 ha	De 3 a menos de 4 ha	De 4 a menos de 5 ha	De 5 a menos de 10 ha	De 10 a menos de 20 ha	De 20 a menos de 50 ha	De 50 a menos de 100 ha	De 100 a menos de 200 ha
Jales - SP	19	46	91	205	201	439	512	1.555	2.020	1.983	704	345
Fernandópolis - SP	37	14	41	58	96	128	135	456	687	807	411	279
Votuporanga - SP	1	6	16	60	101	116	177	507	711	907	446	266
São José do Rio Preto - SP	110	132	166	210	436	307	545	1.234	1.898	2.675	1.277	736
Catanduva - SP	11	12	26	50	98	100	142	421	524	553	203	130
Auriflama - SP	1	3	9	39	48	66	137	276	448	636	355	207
Nhandeara - SP	9	11	23	61	162	185	240	474	935	1.095	445	248
Novo Horizonte - SP	2	6	12	54	111	182	173	546	725	612	228	115
Barretos - SP	8	7	10	20	37	39	49	136	282	243	137	125
São Joaquim da Barra - SP	3	5	12	20	36	29	67	161	218	311	249	223
Ituverava - SP	8	8	14	30	36	42	53	160	242	335	188	150
Franca - SP	26	45	132	230	176	84	158	453	667	896	554	410
Jaboticabal - SP	24	33	39	67	129	174	252	771	1.241	1.299	541	317
Ribeirão Preto - SP	17	27	179	123	154	84	135	343	833	611	307	193
Batatais - SP	2	12	24	74	67	130	152	442	585	750	395	255
Andradina - SP	11	226	175	97	149	180	154	542	2.134	990	367	270
Araçatuba - SP	3	4	27	60	91	52	73	230	336	472	282	219
Birigui - SP	23	31	49	81	151	159	298	753	1.257	1.535	698	357
Lins - SP	-	1	13	42	69	68	71	167	1.046	432	231	164
Bauru - SP	26	53	85	147	371	191	280	730	1.194	1.174	612	489
Jaú - SP	9	29	65	84	136	127	145	582	604	762	338	233
Avaré - SP	3	17	36	64	156	147	166	468	648	747	401	328
Botucatu - SP	9	9	39	78	128	103	120	347	436	496	284	168
Araraquara - SP	10	15	18	71	142	102	177	517	1.417	1.149	564	290
São Carlos - SP	5	8	25	29	40	25	41	116	189	242	190	115
Rio Claro - SP	14	13	17	28	106	47	96	249	376	496	227	173
Limeira - SP	66	64	60	125	213	156	185	569	542	541	142	90
Piracicaba - SP	19	31	51	74	130	75	144	338	453	597	261	174

Pirassununga - SP	3	6	13	40	58	80	70	245	268	344	153	108
São João da Boa Vista - SP	55	31	49	146	332	380	426	1.149	1.247	1.145	534	356
Moji Mirim - SP	14	34	40	89	133	151	151	535	536	601	273	130
Campinas - SP	48	75	86	303	484	208	230	550	427	388	150	123
Amparo - SP	71	133	171	479	570	340	459	848	707	550	198	101
Dracena - SP	4	14	26	83	140	187	293	713	861	831	279	169
Adamantina - SP	7	16	36	120	198	323	419	1.209	1.451	1.403	490	276
Presidente Prudente - SP	20	92	147	222	454	396	534	1.622	5.767	3.849	1.216	802
Tupã - SP	8	41	69	96	170	102	149	353	450	642	246	174
Marília - SP	11	52	151	113	201	107	167	517	734	779	442	339
Assis - SP	18	53	86	108	198	171	257	613	888	1.213	618	371
Ourinhos - SP	76	91	106	300	319	299	319	996	1.264	1.366	602	374
Itapeva - SP	57	97	87	201	317	223	351	1.059	1.471	1.535	711	417
Itapetininga - SP	32	46	55	155	278	165	268	558	666	646	300	182
Tatuí - SP	18	50	102	204	252	219	229	539	551	523	247	111
Capão Bonito - SP	144	204	147	286	332	222	306	655	636	780	326	209
Piedade - SP	380	551	415	731	669	536	501	902	836	842	246	130
Sorocaba - SP	26	53	79	170	262	160	260	599	527	454	213	141
Jundiaí - SP	28	40	61	95	162	80	92	225	170	102	35	29
Bragança Paulista - SP	109	194	169	385	448	262	381	821	687	658	275	126
Campos do Jordão - SP	5	5	26	60	61	38	50	118	141	167	71	46
São José dos Campos - SP	267	279	165	143	250	114	173	565	428	472	288	199
Guaratinguetá - SP	11	17	27	62	72	37	47	136	235	342	266	182
Bananal - SP	4	14	18	25	48	31	39	86	190	293	189	138
Paraibuna/Paraitinga - SP	37	70	68	159	256	184	298	692	1.049	1.235	580	343
Caraguatatuba - SP	5	28	20	46	21	19	22	24	33	28	7	6
Registro - SP	35	102	118	315	448	277	372	851	1.030	1.229	528	313
Itanhaém - SP	1	2	3	18	45	31	64	120	168	236	59	21
Osasco - SP	2	7	-	-	7	1	1	5	7	3	6	4
Franco da Rocha -	1	-	2	7	3	2	8	6	7	6	3	1

SP													
Guarulhos - SP	7	13	38	69	34	28	20	46	35	35	13	8	
Itapecerica da Serra - SP	2	9	12	27	35	13	19	44	8	11	3	2	
São Paulo - SP	25	27	35	31	19	9	20	39	25	18	4	1	
Mogi das Cruzes - SP	27	135	205	355	466	219	313	576	395	258	79	35	
Santos - SP	-	-	1	2	2	2	4	3	4	2	1	-	

Nota: 1 - Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caráter X.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

Tabela 5 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária							
Variável = Área plantada (Hectares)							
Lavoura temporária = Cana-de-açúcar							
Brasil e Município	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	6.390.474	7.086.851	8.210.877	8.845.833	9.164.756	9.616.615	9.752.328
Jaboticabal - SP	40.000	40.000	40.000	43.000	40.500	53.000	46.500

Nota: 1 - Os municípios sem informação para pelo menos um produto da lavoura temporária não aparecem nas listas; 2 - A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas dos produtos melancia e melão passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos; 3 - Os produtos girassol e triticales só apresentam informação a partir de 2005. 4 - Valores para a categoria Total indisponíveis para a variável Quantidade produzida, pois as unidades de medida diferem para determinados produtos. 5 - Subentende a possibilidade de cultivos sucessivos ou simultâneos (simples, associados e/ou intercalados) no mesmo ano e no mesmo local, podendo, por isto, a área informada da cultura exceder a área geográfica do município. 6 - As culturas de abacaxi, cana-de-açúcar e mandioca são consideradas culturas temporárias de longa duração. Elas costumam ter ciclo vegetativo que ultrapassa 12 meses e, por isso, as informações são computadas nas colheitas realizadas dentro de cada ano civil (12 meses). Nestas culturas a área plantada refere-se a área destinada à colheita no ano. 7 - A diferença entre a área plantada e a área colhida na lavoura temporária é considerada como área perdida.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 6 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária							
Variável = Área plantada (Hectares)							
Lavoura temporária = Cana-de-açúcar							
Brasil e Município	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	6.390.474	7.086.851	8.210.877	8.845.833	9.164.756	9.616.615	9.752.328
Araraquara - SP	32.000	32.000	49.000	49.000	32.000	37.000	37.000

Nota: 1 - Os municípios sem informação para pelo menos um produto da lavoura temporária não aparecem nas listas; 2 - A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas dos produtos melancia e melão passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos; 3 - Os produtos girassol e triticales só apresentam informação a partir de 2005. 4 - Valores para a categoria Total indisponíveis para a variável Quantidade produzida, pois as unidades de medida diferem para determinados produtos. 5 - Subentende a possibilidade de cultivos sucessivos ou simultâneos (simples, associados e/ou intercalados) no mesmo ano e no mesmo local, podendo, por isto, a área informada da cultura exceder a área geográfica do município. 6 - As culturas de abacaxi, cana-de-açúcar e mandioca são consideradas culturas temporárias de longa duração. Elas costumam ter ciclo vegetativo que ultrapassa 12 meses e, por isso, as informações são computadas nas colheitas realizadas dentro de cada ano civil (12 meses). Nestas culturas a área plantada refere-se a área destinada à colheita no ano. 7 - A diferença entre a área plantada e a área colhida na lavoura temporária é considerada como área perdida.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 7 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária							
Variável = Área plantada (Hectares)							
Lavoura temporária = Cana-de-açúcar							
Brasil e Microrregião Geográfica	Ano						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	6.390.474	7.086.851	8.210.877	8.845.833	9.164.756	9.616.615	9.752.328
Jaboticabal - SP	220.660	226.710	237.625	242.340	233.770	263.290	257.840
Araraquara - SP	183.351	219.437	270.676	248.209	215.965	263.915	272.934

Nota: 1 - Os municípios sem informação para pelo menos um produto da lavoura temporária não aparecem nas listas; 2 - A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas dos produtos melancia e melão passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos; 3 - Os produtos girassol e triticales só apresentam informação a partir de 2005. 4 - Valores para a categoria Total indisponíveis para a variável Quantidade produzida, pois as unidades de medida diferem para determinados produtos. 5 - Subentende a possibilidade de cultivos sucessivos ou simultâneos (simples, associados e/ou intercalados) no mesmo ano e no mesmo local, podendo, por isto, a área informada da cultura exceder a área geográfica do município. 6 - As culturas de abacaxi, cana-de-açúcar e mandioca são consideradas culturas temporárias de longa duração. Elas costumam ter ciclo vegetativo que ultrapassa 12 meses e, por isso, as informações são computadas nas colheitas realizadas dentro de cada ano civil (12 meses). Nestas culturas a área plantada refere-se a área destinada à colheita no ano. 7 - A diferença entre a área plantada e a área colhida na lavoura temporária é considerada como área perdida.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

